



A SUSPENSÃO DA CONCESSÃO DE EXAMES DE DNA GRATUITOS COMO FORMA DE MITIGAR ACESSO À JUSTIÇA

Gabriela Moreira Venâncio – (discente UEL / apresentador)
Karin Aparecida Domingos Vieira – (discente UEL / apresentador)
Claudete Carvalho Canezin – (docente UEL e coordenadora do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ)

Área Temática: Direitos humanos e Justiça

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 1420

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ – é projeto de extensão vinculado ao Programa Universidade sem Fronteiras (USF), da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com recursos do Fundo Paraná e em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, por meio da PROEX – Pró Reitoria de Extensão.

O projeto visa ao atendimento de casos em que se verifique que criança ou adolescente esteja em situação de risco, risco esse que pode se caracterizar por violência física, abusos sexuais e psicológicos, abandono material ou afetivo, negativa de direitos fundamentais, entre outros, seja por negligência dos responsáveis ou por omissão do Poder Público.

Caracterizada a vulnerabilidade, o núcleo atua em defesa dos direitos da criança e do adolescente, garantindo-lhes amparo judicial e extrajudicial, bem como tratamento psicológico clínico e encaminhamento para os serviços especializados.

1.2 Atividades realizadas

Atualmente o NEDDIJ atua em processos de regulamentação de guarda e responsabilidade, regulamentação de visitas, adoção, destituição do poder familiar, alimentos, execuções, investigação de paternidade, busca e apreensão de menores, medidas de proteção em favor da criança e do adolescente, entre outras demandas

que se façam necessárias à tutela dos interesses do menor. Ainda, atua em defesa dos interesses de adolescentes em conflito com lei, em ações de apuração de atos infracionais e execução de medidas socioeducativas em meio aberto.

A partir de 2013, o núcleo passou a ingressar com mandados de segurança objetivando a concessão de vaga em creche para crianças privadas do direito à educação infantil, em decorrência da negativa do município em fornecer vaga em instituição de ensino.

A demanda se estendeu até o ano de 2016, totalizando o ingresso de 848 ações, com estimativa de que 1.500 crianças foram atendidas e estão atualmente matriculadas em instituição de ensino.

Diante do crescimento exponencial das ações o Município de Londrina ajustou a política de oferta de vagas a fim de atender um número maior de crianças e conter as judicializações: foi criada uma Central de Vagas para atender essas demandas, desta forma, a atuação do núcleo atingiu seu objetivo.

Objetivando o amparo integral e efetivo do público atendido, o núcleo realiza atendimentos psicológicos com os menores e seus familiares, como forma tratar os danos causados pelo conflito que motivou a intervenção jurídica.

O núcleo também realiza atendimento à população, fornecendo orientações e realizando atividades em locais públicos com a finalidade de difundir informações acerca de temas relativos à proteção integral do menor. Ressalta-se que o NEDDIJ é um local de ensino, estudo e pesquisa para estudantes e profissionais da área do Direito e da Psicologia.

Desde o ano de 2006, foram atendidas aproximadamente 7.000 crianças, totalizando a quantia de 23.269 de atividades realizadas nestes 11 anos, conforme se denota dos dados quantitativos elencados na tabela abaixo:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
ATENDIMENTOS AO PÚBLICO	140	176	183	200	180	602	682	1.029	705	1.340	1.952	7.189
PETIÇÕES DIVERSAS	75	87	99	105	153	621	927	1.568	1.405	1.835	2.746	9.621
EVENTOS/PALESTRAS	6	6	7	10	7	14	7	23	13	19	6	118
AÇÕES AJUIZADAS	15	19	22	45	55	86	88	250	224	642	1.248	2.694
REUNIÕES/ DISCUSSÕES	30	35	54	70	62	153	152	216	223	301	174	1.470

ES DE CASOS												
AUDIÊNCIAS	15	22	32	40	33	55	93	143	165	184	620	1.402
ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS	0	0	0	0	0	132	93	157	136	148	109	775

A partir da análise dos dados acima, observa-se a intensa necessidade de amparo jurídico da população londrinense hipossuficiente, em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que são submetidos às mais diversas situações de desamparo, violência e negligência.

2 INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Faz necessário salientar que trataremos da investigação de paternidade por esta ser mais recorrente na situação fática do Núcleo, contudo, em situações esparsas é possível se verificar a situação inversa, sendo a genitora a pessoa que demonstra recusa em reconhecer seu vínculo sanguíneo.

O reconhecimento de paternidade tem como escopo declarar o parentesco existente entre pai e filho que não foi reconhecido desde o ato do nascimento e está previsto no Código Civil, dos artigos. 1.607 ao 1.617. Pode ser feito de maneira voluntária por pai ou mãe, demonstrando assim a relação que os une ao filho por meio de um ato jurídico. Este ato tem como característica a irrevogabilidade e a impossibilidade de ser praticado por indivíduo que apresenta prejuízo das faculdades mentais ou esteja interditado.

A legislação que trata do assunto, Lei nº 8.560/92, traz em seu artigo 1º, que tem como correspondente no Código Civil o art. 1.609, quatro formas de efetuar o reconhecimento de filhos concebidos fora do casamento, sendo elas: no registro do nascimento assim que o mesmo se verifica; por meio de escritura pública ou particular, que será arquivada em cartório; por testamento; diante de manifestação expressa no momento que se está perante juiz, ainda que o reconhecimento não tenha sido o assunto principal que levou as partes a estarem em juízo.

Aliada a essas possibilidades de reconhecimento deve estar a vontade do filho em obtê-lo, havendo a possibilidade de aquele que foi reconhecido quando menor impugnar o reconhecimento nos quatro anos que seguirem à maioridade ou emancipação. Contudo, com a ocorrência da maior idade não cabe o reconhecimento sem o consentimento daquele que o obterá.

Discorre o dispositivo anteriormente citado a respeito dos momentos em que é possível haver o reconhecimento, sendo estes, antes mesmo do nascimento ou posterior ao seu falecimento, se deixar descendentes. Destarte, os efeitos jurídicos podem ser aplicados ainda ao nascituro ou aos descendentes do filho.

O reconhecimento voluntário não é modalidade eventual, assim como a intervenção do judiciário para que haja o reconhecimento também não é. Em diversas situações o possível genitor, mesmo diante de indícios quase que incontestáveis de

sua posição, se recusa a oferecer o reconhecimento voluntário. A atuação do judiciário pode se dar de diversas maneiras, a exemplo de situação em que magistrado tem em mãos certidão na qual consta apenas o nome da mãe, de ofício, remete-a para juízo competente juntamente com as informações que obtiver sobre o suposto pai. Feito isso, o possível genitor é notificado, e ao se apresentar em juízo, pode confirmar a paternidade. Diante dessas circunstâncias é lavrado termo de reconhecimento e a certidão é remetida ao oficial de registro para averbação. Há, porém, situações em que o filho (ou responsável) procura o judiciário a fim de comprovar os fatos por qualquer meio legal e moralmente legítimo, se valendo dos diferentes tipos de prova, e principalmente do exame de DNA. Desse modo, a busca pelo reconhecimento será feita de forma coercitiva, por meio da ação de investigação de paternidade que tem natureza declaratória, pois busca declarar a filiação, além de evidenciar acerca de outras providências.

A ação de investigação de paternidade, em sua maioria, a fim de dar celeridade ao processo e de regulamentar toda a situação que decorrerá da declaração de paternidade, é cumulada com os pedidos de regulamentação de guarda, alimentos e visitas. Será plausível ação de alimentos em situações em que a pessoa a ser reconhecida for menos de 18 anos ou tiver o direito, por outros motivos, de receber a pensão alimentícia. Este fator é de grande importância, visto que por diversas vezes a criança se encontra em estado de necessidade, sendo os alimentos ali fixados de grande importe. Mostra-se plausível cumular a investigação de paternidade à ação de sucessão, isto quando o suposto genitor já faleceu, tendo assim o filho direito aos bens deixados por ele. Nesses casos, a natureza jurídica passa a ser declaratória e condenatória, pois se o filho for reconhecido, terá direitos alimentícios ou sucessórios.

Quando se fala em ação desta espécie são admitidos todos os tipos de provas constatados na lei ou não, desde que legais, sendo eles: prova documental, testemunhal, confissão, e principalmente a prova pericial.

A prova testemunhal apresenta peculiaridades, sendo vista como prova frágil, isto porque, aqueles que prestarão depoimentos por terem algum conhecimento sobre o caso podem em sua maioria serem manipulados para favorecer uma das partes. Já a prova documental possui grande valor, é o que registra um acontecimento, evidenciando algum tipo de documento que possa demonstrar o parentesco, podendo até ser fotos da mãe com o pai. Na confissão, o genitor expõe que é realmente o pai do indivíduo. Caso as provas anteriores não sejam suficientes para convencer o julgador, é possível se valer do auxílio de um perito, técnico específico de uma área, a fim de afirmar ou excluir a situação.

2.1 Importância do exame de DNA no reconhecimento de paternidade

A prova pericial mais utilizada quando se fala em ação de investigação de paternidade é o exame de DNA (ácido desoxirribonucleico), pois por meio dele é possível identificar se as informações genéticas do filho foram herdadas do suposto pai ou da mãe.

O exame de DNA teve diversas mudanças desde que foi descoberto, sendo aperfeiçoado ao passo que a medicina evoluía. Hoje, oferece grande segurança jurídica quando analisado junto com outras provas, sendo um método extremamente eficaz para descobrir paternidade, e sem dúvida um dos maiores elos entre direito e medicina. Pode ser feito por meio da coleta de qualquer tecido celular, como sangue,

raiz dos fios de cabelo, medula óssea, entre outros. O mais utilizado atualmente é exame sanguíneo, tendo em vista a facilidade de coleta.

A análise feita através de exame de DNA traz uma ampliada gama de possibilidades quanto a sua realização, é possível que se faça a extração de DNA em nascituros, colhendo uma amostra de um componente da placenta ou em casos em que o suposto pai venha a falecer o exame poderá ser realizado em seus descendentes, alcançando da mesma forma resultados de extrema confiabilidade.

Será deferida a necessidade desta prova pericial em questão a partir da análise de cada caso concreto, pois mesmo apresentado alta taxa de eficácia, ela possui seus custos, que por serem elevados, não são acessíveis a todos. Desse modo, o juiz pode não utilizar o exame de DNA se acreditar que as outras provas apresentadas demonstram indícios suficientes para concretizar o resultado.

Cabe ressaltar que o réu não é obrigado a fazer o exame, porém, sua negativa poderá gerar presunção de veracidade das alegações apresentadas nos autos da ação, sendo desse modo a paternidade declarada.

2.2 O exame de DNA como direito inerente a justiça gratuita

O direito ao acesso à justiça é garantido constitucionalmente por meio de seu artigo 5, inciso XXXV, que expressamente diz “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. É conceito de suma importância que vai muito além do seu sentido apenas literal, abrange não somente a garantia de que o conflito existente poderá ser apreciado pelo Judiciário, mas que também essa apreciação será feita de forma justa, tratando ambas as partes de forma igualitária, será também efetiva e com uma duração considerada razoável para cada caso concreto.

Assegurada pela Constituição Federal, artigo 5, inciso LXXIV, a assistência judiciária gratuita é gênero que visa garantir uma tutela jurisdicional efetiva a partir da nomeação de representante público para aqueles que arguirem a impossibilidade de contratação de defensor particular sem que haja o comprometimento da renda mensal. Equivocadamente a doutrina, e por vezes os legisladores, acabam por confundir o instituto explanado com o instituto da justiça gratuita, que vem a ser espécie do gênero supracitado, tendo, portanto, o mesmo escopo de garantia a uma tutela jurisdicional efetiva ao assegurar a gratuidade de todas as custas processuais para aqueles que declarem a necessidade de usufruir desse direito, custas estas que abrangem desde os gastos com a movimentação do processo até a gratuidade de laudos periciais, isto é, alberga todas as possibilidades de resolução da lide da melhor forma possível.

O Código de Processo Civil, posto em vigor no ano de 2016, traz dispositivos que tratam exclusivamente do direito de gratuidade da justiça, dentre os quais prevê o acesso ao exame de DNA, essencial a investigação de paternidade, como já demonstrado acima.

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei... V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;

Infere-se, desse modo, que a lei infraconstitucional ambiando garantir o acesso à justiça, direito também garantido constitucionalmente, tem feito o seu papel de assegurar que independentemente de classe social, grau de instrução ou descendência racial, aqueles que possuam a necessidade de recorrer ao judiciário serão, em tese, por ele socorrido. Todavia, o que se observa na prática é a não obediência a essa regra, isto é, há em verdade a mitigação ao direito a tutela jurisdicional efetiva.

2.3 Suspensão dos exames de DNA como forma de refrear o acesso à justiça

Em contrapartida ao que vem sendo realizado em todo o Brasil, a exemplo do estado de São Paulo, que a partir de campanhas de reconhecimento de paternidade feita pelos chamados Poupatempo e da coleta de material genético que passou a ser executada pela própria defensoria pública, busca a agilização de todo o processo de reconhecimento de paternidade. O estado do Paraná no ano de 2017 suspendeu a realização de exames periciais de DNA gratuitos, em razão da necessidade de concessão de nova licitação, visto que a realização dos exames é feita através de convenio entre o tribunal do estado com a secretária da infância do estado. A suspensão dessa forma mostra-se plausível, porém, vige por período de tempo demasiado, não havendo informação circulante atualmente de que um novo convenio com o mesmo laboratório ou outrem esteja sendo negociado, o que dificulta em enorme escala o requerimento do reconhecimento quando se trata de famílias de baixa renda.

O que se observa atualmente no estado é a implantação de políticas alternativas para que a realização desse exame pericial não seja totalmente paralisada, sendo uma delas o rateio dos custos entre a genitora e o possível pai quando ambos estão de acordo com a realização do exame, porém, ainda sim o valor mostra-se elevado para essas famílias. Situação mais grave se observa no caso concreto em que o provável genitor mostra-se contrário a realização do exame, pois nesses casos, quando possível, genitora arca sozinha com a totalidade dos custos, valor este que para muitos pode ser considerado irrisório, mas para mulheres que vem ao Núcleo pleitear por alimentos no importe de 1/3 do salário mínimo nacional, valor líquido de 312 reais, e com ele buscam suprir as necessidades de seus filhos, é valor de considerável relevância. Observando com o cotidiano do Núcleo e a experiência partilhada por essas mulheres o quanto o custo elevado deste exame pericial, que em média pode chegar até R\$ 300,00, é empecilho para o reconhecimento da paternidade e conseqüente minora o acesso à justiça, visto que é valor inviável de ser arcado por muitas famílias.

A suspensão que atualmente vige é assunto de extrema importância e gravidade, pois se demonstra como forma expressa de violação ao direito constitucional do acesso à justiça, visto que impossibilita a tutela jurisdicional e sua efetividade para as famílias de baixa renda que não conseguem sustentar os custos de um exame pericial tão caro, e de diversos outros direitos que deste irão derivar, como por exemplo no caso da investigação de paternidade que não se realiza, cumulado à inexistência de tutela jurisdicional efetiva há a inaplicabilidade de diversos outros direitos garantidos pela Constituição, em seu artigo 227, às crianças e adolescentes, dentre eles o direito ao convívio familiar, e ao recebimento de alimentos que auxiliarão na obtenção não somente de comida mas de objetos materiais que toda pessoa necessita para uma existência com o mínimo de dignidade.

As consequências que decorrem da suspensão, seja qual for a motivação que lhe sustenta, são de extrema gravidade, visto que o acesso à justiça, e a proteção integral da criança que tem como base o convívio familiar, o direito a uma existência digna que será proporcionada com o auxílio dos alimentos são todos direitos previstos na Constituição e devem ser respeitados. Para que o problema seja resolvido é necessária ampla discussão, pois, enquanto o problema mantiver-se sem solução, a transcendência dos resultados irá se alastrando para uma gama maior da sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como base para o artigo foram utilizados dados reais extraídos da situação fática observada de cada cliente do Núcleo de Estudo e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude. Contudo, é impossível a ilustração dessa situação com a citação de casos de reais e seus desdobramentos, visto que esse tipo de processo corre em segredo de justiça uma vez que envolvem a situação de crianças e adolescentes que devem ter sua identidade amplamente preservada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao Estado compete à ampla proteção da dignidade da pessoa humana, bem como a proteção à criança e ao adolescente, em razão de se encontrarem em um estado incompleto de desenvolvimento, sendo necessário especial respeito à sua condição de pessoa humana, visto que é um dever da família, sociedade e Estado resguardar o menor de qualquer ofensa ou ato atentatório à sua dignidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consagra no artigo 15 o princípio da dignidade quando reza que: *“A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”*.

Segundo Maria Berenice Dias, o Estatuto da Criança e do Adolescente é regido pelos princípios do melhor interesse, paternidade responsável e proteção integral, visando a conduzi-los à maioridade de forma responsável, a fim de que possam gozar de forma plena de seus direitos fundamentais (DIAS, 2016).

Conforme o artigo 227, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, outro princípio relevante é o da proteção integral à criança e adolescente, que nas palavras de Paulo Luiz Netto Lôbo “não é uma recomendação ética, mas diretriz determinante nas relações da criança e do adolescente com seus pais, com sua família, com a sociedade e com o Estado”.

Atento aos direitos e condição especial desse segmento populacional e da importância da realização do exame de DNA no processo de reconhecimento de paternidade e dos efeitos que este reconhecimento gerará para crianças e adolescentes, seja no âmbito material, com a possibilidade de fixação de alimentos em face daquele que agora comprovadamente tem deveres e direitos em favor do reconhecido, tanto no âmbito afetivo, visto que é a convivência familiar é direito constitucionalmente garantido, como acima citado, as atividades desenvolvidas pelo NEDDIJ são voltadas à concretização da legislação de proteção à criança e ao adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente exercem papel fundamental na regulamentação de normas que salvaguardam os direitos do menor, principalmente daqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade.

O NEDDIJ, como projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL), participa ativamente na comunidade londrinense, oferecendo atendimento jurídico e psicológico à população hipossuficiente, além de promover eventos de conscientização da população a respeito de seus direitos, bem como seus deveres no que tange ao direito da infância e juventude.

Portanto, desde 2006 o núcleo vem buscando intensamente a efetivação dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no ordenamento jurídico pátrio como um todo às crianças e aos adolescentes, sempre observando os princípios base que protegem a infância e juventude.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10.nov. 2017.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 13 DE JULHO DE 2010**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 10.nov. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8560.htm>. Acesso em: 18.nov. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 13.105, DE MARÇO DE 2015**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 20.nov.2017

BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE JANEIRO DE 2002**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 20.nov. 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22.nov.2017.

CAPPELETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CÔRTEZ DA PAIXÃO, Antônio. **O custo do exame de DNA como prova pericial na investigação de paternidade: obstáculo para o acesso à justiça**. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2685/1/tese_2588_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Antonio%20Cort%C3%A7%C3%A3o%20-%202008.pdf>. Acesso em 20 nov. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Investigação de paternidade e a questão da prova**. Prolegis. Disponível em: <<http://www.prolegis.com.br/investiga%C3%A7%C3%A3o-de-paternidade-e-a-quest%C3%A3o-da-prova/>>. Acesso em 18 nov. 2017.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEDROSA, Luciana Araujo. **A Relevância do Exame Pericial de DNA, na Ação de Investigação de Paternidade**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

PIERRI, Jean Carlos Carsos. **Diferença entre Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita**. Saber Digital. Revista Eletrônica do CESVA, Valença, v.1, n.1, p.7-17, mar./ago.2008. Disponível em: <http://faa.edu.br/revistas/docs/saber_digital/2008/artigos/ciencias_sociais/v1_n1_art01.pdf>. Acesso em 21 nov. 2017.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

Defensoria Pública passa a coletar material genético para DNA em SP. G1 São Paulo, São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/defensoria-publica-passa-coletar-material-genetico-para-dna-em-sp.html>>. Acesso em 20 nov. 2017.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
--



ABORDAGEM SOBRE A PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL NOS EIV'S DA ZONA OESTE DE LONDRINA

Ana Julia Longaretti Botti – (discente UEL / apresentadora)

Bárbara Menegazzo – (discente UEL / apresentadora)

Isabella Khauam Maricatto – (discente UEL / apresentadora)

Área Temática: **Meio Ambiente**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **1981**

1. Introdução

O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV é um instrumento de gestão e planejamento urbano, definido a partir do Estatuto da Cidade que consiste basicamente num estudo detalhado dos impactos gerados por um empreendimento e/ou atividade sobre a vizinhança da qual ele será ou está inserido, levando em consideração seu porte e atividades exercidas. Dentro do estudo de EIV são determinadas diretrizes para análise de impacto, entre elas está a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

O projeto de extensão: "Apoio à análise de Estudo de Impacto de

Vizinhança” é um projeto multidisciplinar, que conta com docentes e discentes das áreas de arquitetura, serviço social, direito e engenharia civil. Com o objetivo de elaborar e estruturar um referencial teórico-metodológico acerca do tema e sistematizar informações e dados referentes aos aspectos urbanos, foi realizada uma análise referente ao EIV na região Oeste de Londrina.

A partir dessa análise, a abordagem relativa à paisagem e patrimônio dentro do estudo foi considerada como um ponto de reflexão de qual seria sua atual contribuição para a manutenção da paisagem urbana.

2. Metodologia

A partir das atividades desenvolvidas no projeto de extensão: Apoio à análise de Estudo de Impacto de Vizinhança, foram listados doze casos de EIV de diferentes empreendimentos da zona oeste de Londrina. Os documentos foram retirados do site EIV Online (<http://eivonline.londrina.pr.gov.br/>) e sistematizados de acordo com as atividades exercidas em cada empreendimento, como postos de combustível, atacados e casas noturnas.

Sendo a paisagem e patrimônio cultural e natural o nosso foco de estudo, analisamos a abordagem desse tópico contido nos processos em questão a partir das definições determinadas pelo instrumento dentro do Estatuto da Cidade. Mediante essas definições, listamos algumas características que pudessem nortear nossa análise: de que maneira se desenvolve o estudo dos impactos quando os aspectos de paisagem e patrimônio cultural estão sendo tratados.

A partir dos resultados obtidos foi possível observar a falta de compreensão por parte dos estudos realizados e, por essa razão, propor uma metodologia específica como critério da análise da paisagem e patrimônio cultural dentro do instrumento em questão.

2. Referencial Teórico

2.1 O que é o EIV

Todo edifício e/ou atividade, seja ele de caráter corporativo, residencial ou industrial, é um objeto que ocupa seu lugar no espaço urbano e, ao mesmo tempo, causa um efeito nas relações econômicas, socioculturais e políticas na área em que está inserido. A análise desse conjunto de relações é denominada Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

O EIV aponta aspectos positivos e/ou negativos sobre o entorno de um empreendimento ou atividade, variando em função da dimensão (escala) e atividade econômica oferecida. É possível compreender melhor suas áreas de atuação a partir do Artigo 37 do Estatuto da Cidade.

“Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I - adensamento populacional;
- II - equipamentos urbanos e comunitários; III - uso e ocupação do solo;
- IV - valorização imobiliária;
- V - geração de tráfego e demanda por transporte público; VI - ventilação e iluminação;
- VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.” (Art. 37 - Lei 10257/01)

Contudo, o EIV é um estudo que deve estar associado ao empreendimento ou atividade desde seu anteprojeto até o seu processo de implementação e efetivação, garantindo aprovação e viabilização em lei.

2.2 O que é Paisagem e Patrimônio Cultural

O patrimônio natural e cultural é um item contemplado pelo EIV, apresentado no Art. 37 do Estatuto da Cidade. A importância da análise dos impactos gerados por empreendimentos e/ou atividades nas áreas de abrangência definidas pelo Plano Diretor, está na manutenção do patrimônio cultural de uma cidade, um aspecto de grande relevância quando tratamos de preservação da paisagem urbana.

A paisagem cultural foi considerada como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais pela Unesco, em 1992. A Portaria nº 127, regulamentada pelo Iphan em 30 de abril de 2009, entra em consonância com a Unesco quando caracteriza a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Conforme a definição, presente no Art. 1º: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”

Além disso, através da relação estabelecida entre homem e natureza, características fundamentais são incorporadas na paisagem cultural de uma porção territorial específica. Essas são reveladas a partir do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção, bem como as atividades culturais e sociais, tais aspectos se complementam para a construção de uma identidade.

2. 3 Metodologia Maria Elaine Kohlsdorf

A abordagem da paisagem e patrimônio natural e cultural no EIV está diretamente ligada a preservação no ambiente urbano. Preservar significa “livrar de algum mal; manter livre de corrupção, perigo ou dano; conservar [...] livrar, defender, resguardar”, e isso se dá também para edificações e atividades em seu contexto. Segundo a arquiteta e urbanista Maria Elaine Kohlsdorf, há diversos modos de entender a paisagem como algo significativo para a história e cultura do local e assim preservá-la.

Em seu método de investigação, a autora define três meios em que se é possível o indivíduo construir sua percepção da paisagem. O primeiro meio se dá como o observador cria sua referência de localização a partir do meio físico existente, de forma subjetiva e genérica. Em segundo lugar, a forma como ele entende o espaço a partir da memória criada com seus costumes cotidianos, recolhendo informações físicas e visuais, criando a ideia da identidade do local. O terceiro ponto critica o fato dos profissionais da arquitetura se restringirem a conceber edifícios unicamente a partir de projetos arquitetônicos, e não pelo significado que possa ter no local em que será inserido. No entanto, o projeto arquitetônico é peça fundamental para a preservação do patrimônio cultural por conter informações valiosas do edifício. “A geometria da percepção expressa um mundo tal como o vivenciamos sensivelmente, e a geometria projetual o descreve como jamais será efetivamente visto, mas disponibiliza dados indispensáveis às ações de preservação do patrimônio cultural” (cf. Kohlsdorf, 1996).

3. Análise dos EIVs de acordo com o nosso referencial teórico

Seguindo a metodologia de Maria Elaine Kohlsdorf, é possível observar distintas formas de se analisar e preservar a paisagem e patrimônio cultural e natural do local. Formas essas que poderiam ser aplicadas aos Estudos de Impacto de Vizinhança, tornando a diretriz abordada nesse estudo

mais objetiva e efetiva em sua execução.

No entanto, nota-se pela análise dos EIVs da região Oeste da cidade de Londrina, onde foram desenvolvidas as atividades do projeto de extensão, que o tópico não é abordado corretamente em seu conceito de paisagem e patrimônio cultural e natural como citado em nosso Referencial Teórico. Tal circunstância prejudica a eficiência do instrumento em sua aplicação, interferindo diretamente na conservação histórica local, perdendo características importantes para o meio urbano inserido. Em sua maioria, essa diretriz aparece pontuando a paisagem apenas como vegetação e comparando-a com a original do local; e considera o patrimônio cultural apenas como edificações consideradas legalmente de importância histórica e cultural.

4. Conclusão

A paisagem e patrimônio cultural é um importante item a ser obrigatoriamente contemplado e analisado no estudo de impacto de vizinhança. A partir dos resultados obtidos foi possível observar a falta de compreensão por parte dos estudos realizados. A leitura da paisagem se limita a alguns aspectos superficiais ou, se confundem com a presença ou não de vegetação no contexto vigente, este sendo apenas um elemento isolado dentro de tantos outros que constituem o caráter da paisagem.

A inconsistência das pesquisas indica a existência de lacunas dentro do modo como a paisagem é abordada atualmente nos estudos de impacto, as mesmas se dão pela não definição/existência de uma metodologia padrão para a realização das análises e leituras de paisagem.

A importância da inserção de uma metodologia para a análise desse item em questão é uma alternativa que estabelece um parâmetro para o tipo de estudo que deve ser considerado quando nos referimos à paisagem e ao patrimônio cultural dentro do EIV. As relações estabelecidas a partir dos espaços de convivência revelam a identidade dentro do contexto urbano e

Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

devem auxiliar na manutenção e preservação da paisagem urbana.

REFERÊNCIAS

IPHAN. **Paisagem Cultural.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em 19 nov 2017.

BRASIL. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17.

Nature Consultoria Ambiental. **O que é e pra que serve o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança?** Disponível em <http://www.natureambiental.com.br/site/o-que-e-e-para-que-serve-o-eiv/>.

Acesso em 19 nov 2017.



ACADEMIAS AO AR LIVRE COMO SUPORTE PARA A ATIVIDADE FÍSICA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ.

Renière Pimentel Rosa - (discente UEL / apresentador)

Raissa Galvão Bessa Santana – (discente UEL)

Mariana Ragassi Urbano – (docente UEL)

Milena Kanashiro – (docente UEL)

Área Temática: **Tecnologia e Produção**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01839**

1. Introdução

São inúmeras as transformações urbanas. O automóvel, por exemplo, vem alterando diretamente as cidades ao demandar espaço de circulação, produzir poluição, tráfego e insegurança para a prática de outras formas de mobilidade, como caminhada e deslocamento por meio de bicicletas. Tais atividades recentemente estão sendo relacionadas ao ambiente construído como suporte a prática de atividade físicas que estão diretamente relacionadas à qualidade de vida.

Partindo desta premissa, a presente pesquisa tem como objetivo verificar a relação entre as infraestruturas urbanas do município de Cambé – PR, e a realização de atividades físicas por pessoas com faixa etária cima de 40 anos, a fim de analisar a influência do espaço urbano na saúde pública. As academias ao ar livre instaladas estão, de fato, atendendo a todos, propiciando atividade física segura? A

partir destas questões e com base no banco de dados do VIGICARDIO, um estudo elaborado na Universidade Estadual de Londrina, busca “estimar a prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares por sexo e condição socioeconômica em pessoas com 40 anos ou mais de idade, no município de Cambé, Estado do Paraná, Brasil”. (SOUZA et al., 2013, p.1). Assim, este trabalho buscou verificar, se os espaços públicos nos quais as academias ao ar livre estão instaladas respondem aos critérios de qualidade espacial.

2. Referencial Teórico

Criado pelo Ministério da Saúde, o PAS (Programa de Academia da Saúde) alterou o panorama urbano da prática de atividades físicas a partir das instalações de academias ao ar livre. Os equipamentos instalados pelo município de Cambé são as principais análises desta pesquisa, que contemplam raios de alcance das academias no município, bem como análises físicas instalações e do meio urbano.

A análise dos equipamentos urbanos e ambientes construídos para a prática de exercícios ao ar livre está relacionada a fatores físicos que influenciam o indivíduo, como permeabilidade do local, relevo, acesso, conectividade e sombreamento, de acordo com a literatura consultada. Porém, a percepção da melhoria desse ambiente físico por meio dos usuários é relativa, pois está intrínseca às suas características sociais, como escolaridade, e classe social. Para tal, a pesquisa toma como base o banco de dados do VIGICARDIO. O projeto VIGICARDIO é uma pesquisa consolidada desde 2011 que vem investigando as causas de doenças cardiovasculares no município de Cambé. O projeto é focado na área da saúde, e por meio dessa pesquisa pretende-se verificar de que forma o ambiente público para a prática de atividades físicas interfere na saúde dos indivíduos.

O projeto VigiCardio: ‘Doenças Cardiovasculares no Estado do Paraná: mortalidade, perfil de risco, terapia medicamentosa e complicações’. Trata-se de um projeto de iniciativa de docentes e alunos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da

Universidade Estadual de Londrina, em parceria com o serviço de saúde de Cambé-PR, que tem como foco as doenças cardiovasculares. A escolha do local de estudo decorreu da possibilidade de abranger a área urbana do município em sua totalidade, da relativa estabilidade da população residente, do baixo índice de verticalização residencial, da disponibilidade de dados populacionais atualizados para fins de amostragem e do interesse e apoio demonstrado pelo poder público municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Os dados foram obtidos em entrevistas domiciliares, medidas antropométricas e coleta de material biológico para realização de exames laboratoriais. (SOUZA et al., 2013, p.1).

Dessa forma, o direcionamento da pesquisa baseou-se nos dados coletados do VIGICADRIO e no mapeamento regional do município de Cambé, que consiste nas Regiões: Central, Norte, Nordeste, Sul, Leste e Oeste. Com base em estudos estatísticos que relacionam critérios como escolaridade, classe social e percepção do espaço urbano, as regiões escolhidas para enfoque das análises foram as regiões Central e Nordeste, que apresentaram maiores disparidades desses critérios, sendo a região Central estatisticamente mais privilegiada do que a Nordeste.

3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida é de caráter exploratório. Para chegar à conclusão da relação entre prática de atividade física e disposição de equipamento urbano, a investigação baseou-se, a princípio, em revisão de literatura e, em seguida, levantamento de informações a partir de estudo de campo do ambiente.

A partir dos estudos existentes definiu-se o seguinte protocolo e seus respectivos critérios analíticos:

Equipamentos:

- Ruim: dois ou mais equipamentos quebrados
- Razoável: um equipamento quebrado

- Bom: todos equipamento funcionando

Permeabilidade (segurança)

- Ruim: mais de uma barreira visual em mais de um sentido
- Razoável: uma barreira visual em apenas um sentido
- Bom: nenhuma barreira visual

Relevo (conforto)

- Ruim: acentuado
- Razoável: com declive ou aclave
- Bom: plano

Acesso (calçadas)

- Ruim: sem passeio para acesso
- Razoável: com passeios em condições ruins
- Bom: com passeio em boas condições

Conectividade (segurança)

- Ruim: locado em uma rua sem saída no fim
- Razoável: locado no meio da quadra
- Bom: locado na esquina

Diversidade de uso do solo (segurança)

- Ruim: apenas um residencial ou comercial, ou com construções espaçadas
- Razoável: com pelo menos 2 comércios próximo a área
- Bom: com mais de 2 comércios próximo a área

Sombreamento (conforto)

- Ruim: sem nenhuma árvore ou construção alta próxima a área
- Razoável: com apenas uma árvore pequena área de sombreamento
- Bom: com mais de uma árvore ou construção alta próxima

O levantamento in loco consistiu na visita aos polos de academias ao ar livre instaladas nas regiões Centro e Nordeste da cidade de Cambé, em diferentes horários. Uma outra parte da pesquisa relaciona-se com o mapeamento dos polos das AAL, quando divergiam dos dados apresentados pelo mapeamento obtido pela prefeitura de Cambé. ???? não entendi??? RETIRAR!!!!

4. Resultados

De acordo com Salvador et. al., existem alguns critérios que incentivam ou inibem a população da melhor idade a praticar atividades físicas. Segundo sua pesquisa, os maiores incentivadores são: a segurança do local, presença de comércios como mercearias e feiras, além de serviços, como bancos. Outros aspectos de percepção urbana elencados foram presença de ruas planas, praças e áreas verdes, bem como motoristas que respeitam a faixa de pedestres.

A partir da análise das AAL e suas respectivas localizações a partir dos quesitos apresentados previamente, nota-se que na Região Central critérios como relevo, sombreamento e diversidade de uso do solo são predominantemente ruins ou razoáveis (sendo 85,71% para relevo; 71,42% para sombreamento e 57,15% para diversidade e uso do solo). Por outro lado, na Região Nordeste, apenas sombreamento e diversidade de uso do solo foram apontadas com predominância de razoável ou ruim (60% para diversidade do solo e sombreamento).

Uma região somente residencial inibe a população idosa por não ser movimentada e não possuir atrativos de outras atividades, como o comércio; do mesmo modo, uma região de declives dificulta o acesso por exigir mais esforço físico e promover cansaço; ainda, academias pouco sombreadas dificultam o conforto térmico durante as atividades, haja vista que os equipamentos são construídos em metal.

5. Conclusão

A melhor idade é uma fase da vida que demanda maiores cuidados com a saúde. Levando-se em conta que a prática de atividades físicas é fundamental para a manutenção da saúde, fica claro que os espaços públicos destinados à essas atividades devem atender às necessidades de seus usuários.

A partir das informações coletadas, foi possível averiguar que em ambas as regiões do município de Cambé, as academias ao ar livre não se encaixam completamente nos critérios necessários para atender à população de idosos. Ambas as regiões apresentaram carência de uso misto do solo e e sombreamento, inibidores por questões de segurança e conforto.

Dessa forma, independentemente do nível de escolaridade, da classe social ou das diferentes percepções do meio físico pelos usuários, conclui-se que as

instalações analisadas não cumprem todos os critérios para plena utilização por meio da população idosa. Com isso, chega-se à consideração de que, ao mapear os locais para instalações de melhorias públicas, nem sempre são traçados os perfis de todos os usuários e, com isso não há garantia de plena utilização dos equipamentos públicos e uso democrático pela população.

6. Referências

FRANK et al. Many Pathways from Land Use to Health. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, Il, vol. 72, nº 1, p. 75-87, 2006.

HINO, A. A. F. et al. Ambiente construído e atividade física: uma breve revisão dos métodos de avaliação. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**, vol. 12, p. 387-394, 2010.

SALVADOR, E. P. et al. Percepção do ambiente e prática de atividade física no lazer entre idosos. **Revista Saúde Pública**: vol. 43, n.6, p. 972-980, 2009.

SOUZA, C. A. et al. Perfil dos frequentadores e padrão de uso das academias ao ar livre em bairros de baixa e alta renda de Curitiba-PR. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**: vol. 19, n. 1, p. 86-97, 2014.

SOUZA, R. K. T. et al. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em pessoas com 40 anos ou mais de idade, em Cambé, Paraná (2011): estudo de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**: vol. 22, n. 3, p. 435-444, 2013.

VIGICARDIO. Projeto: "Doenças Cardiovasculares no Parana", 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/saudecoletiva/vigicardio/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<p>Agradecimentos: Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX da Fundação Araucária pela bolsa concedida (Edital PROEX/PROINEX – 048/2016)</p>



ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE ORIUNDO DE ESCOLA PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Lucas Lobato da Cruz (discente UEL / apresentador) oengenheirolucas@gmail.com
Ângela Maria de Sousa Lima (docente UEL)

Área temática: **direitos humanos**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **00611**

1. Introdução

O presente resumo tem como objetivo retratar a vivência da população que deseja matricular-se na universidade nos dias de hoje. Tratará da implantação do sistema de cotas, que abriu um novo caminho para o acesso ao ensino superior. Esse trabalho decorre de estudos — leituras, palestras, discussões — e práticas desenvolvidas no âmbito das atividades do PROPE (Programa de Apoio ao Acesso e Permanência) da Universidade Estadual de Londrina, entre os anos 2016 e 2017, tais quais as visitas em escolas de ensino público, da região metropolitana de Londrina.

2. Ações Afirmativas

A ação afirmativa é uma política ou medida constituída a partir de um quadro de desigualdade. A ação pode ser determinada pelo Estado para garantir o direito à igualdade da população ou dos grupos afetados. Essas ações também são consideradas políticas compensatórias, ou seja, intervenções do Estado que buscam garantir os direitos sociais da população — que, muitas vezes, não são cumpridos na sociedade. Muitos estudos já destacaram a desvantagem a que a população negra está submetida socialmente e como esse grupo é inferiorizado pelas classes dominantes da sociedade brasileira. Por conta desse fato e do próprio racismo, o movimento negro interviu e reivindicou ações afirmativas que garantissem espaço e poder aos afrodescendentes, ou seja, representatividade aos negros na comunidade, tentando findar os ciclos de marginalidade sempre impostos a esse grupo social.

O sistema de reserva de vagas (cotas) é uma ação afirmativa que procura integrar e corrigir injustiças vivenciadas durante toda a escravidão e que deixou consequências danosas à população negra brasileira, no decorrer de sua história até

os dias atuais. As cotas não são um facilitador ou um favor aos negros e brancos oriundos de escolas públicas, mas um direito garantido. Essa ação auxilia na política de acesso, dada a falta de oportunidades que os mesmos trazem, em comparação aos alunos da rede privada. Podemos dizer que os alunos oriundos da rede pública de ensino acabam sofrendo as consequências desse desnível de conhecimento, imposto pela carência de recursos fornecidos pelo Estado à educação, o que fomenta a desigualdade social:

Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc. (MUNANGA, 2007, p.07).

Na descrição de Kabengele Munanga, a desigualdade espalha-se por todos os setores da sociedade brasileira. Mais adiante o próprio autor expõe o fator racial das desigualdades, fundamentando a pertinência das cotas raciais em seus estudos:

E esta falta de consideração da discriminação racial como umas das variáveis na discussão sobre cotas se constitui como complicadora, quando as chamadas cotas raciais ou étnicas são interpretadas como introdução do racismo no sistema educativo brasileiro, em vez de considerá-la como uma política para corrigir e reduzir as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos. (MUNANGA, 2007, p.07).

3- O que é o PROPE?

O Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a formação do estudante da UEL (PROPE) tem por objetivo geral aprimorar a divulgação do processo de ingresso na instituição e as condições de permanência do estudante, devendo atender aos objetivos específicos: divulgar entre os estudantes de Ensino Médio as possibilidades de acesso aos cursos de graduação e de permanência na Universidade, propiciar condições materiais para a permanência na Universidade e oferecer apoio pedagógico, visando aprimorar o processo de aprendizagem. A frente do programa, a Professora Maria Nilza da Silva, do curso de Ciências Sociais, assistentes do SEBEC (Serviço de Bem-Estar à Comunidade) e também outros professores do curso de Ciências Sociais, no final do ano de 2013, perceberam a necessidade de iniciar o PROPE, quando um novo perfil de estudante chegou à Universidade.

Mesmo com todo esse aparato, muitos alunos oriundos de escolas públicas sofrem gradativamente com as evasões durante os primeiros anos de curso, diferentemente dos alunos da rede privada. A partir dessa realidade, o PROPE busca auxiliar e manter os alunos oriundos de escola pública na universidade. O fato que levou o PROPE a se preocupar ainda mais com a garantia da permanência do aluno na Universidade decorre do grande número de dependências, ou seja, de reprovações ao longo do curso, seguidas da desistência do discente, que acontece em grande parte com alunos oriundos da rede pública.

O PROPE realiza a divulgação dos processos Seletivos de Entrada para ampliar o acesso dessa população à universidade. São eles o Vestibular da instituição, o SISU (Sistema de Seleção Unificada) e também a possibilidade de bolsas em Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

universidades particulares, através do PROUNI (Programa Universidade para Todos). O PROPE não se concentra apenas na apresentação e divulgação da UEL, mas também de outras universidades públicas, sejam elas estaduais ou federais. Desse modo, o PROPE tem buscado diminuir ou extinguir as desigualdades vivenciadas por esses alunos, pois um dos propósitos é mostrar à eles que o Ensino Superior é uma possibilidade e um direito.

4- Bolsista do PROPE

Sou bolsista cadastrado no Projeto de Pesquisa em Ensino “LENPES: Laboratório de ensino, pesquisa e extensão de Sociologia: “formação inicial e continuada de professores das Ciências Sociais, elaboração de materiais didáticos e pesquisas sobre juventudes e desigualdades socioeducacionais”, coordenado pela Profa. Angela Maria de Sousa Lima. E esse projeto LENPES realiza suas atividades nas escolas em parceria com o Programa PROPE.

Comecei a conhecer o PROPE numa mesa de apresentação das ações do Programa no CLCH. Participei do Programa apenas como colaborador nas primeiras semanas de ingresso na universidade. Por diversas vezes participei como ouvinte de reuniões, palestras e capacitações. Enquanto bolsista do PROPE, participei de reuniões formativas, com um nível de conhecimento já adquirido enquanto colaborador. As reuniões formativas realizavam-se quinzenalmente na sala de reuniões do Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC), nas quais debatíamos textos de grandes pesquisadores da área. Também comparecíamos nas reuniões do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO) para estudos complementares.

No decorrer do tempo, pude compreender, com maior êxito, quais eram o objetivos, linhas e foco de trabalho do PROPE e como suas atividades se desenvolviam na UEL e em toda Londrina. Nas reuniões, o conteúdo repassado aos bolsistas era sobre as ações afirmativas, as cotas, os sistemas de ingresso nas universidades, o racismo no Brasil. Com base nesses estudos, os bolsistas eram instruídos em como prosseguir nas visitas e palestras nas escolas públicas. Com uma profundidade maior de conhecimento sobre os assuntos, eu e os novos bolsistas iniciamos as visitas nas escolas públicas de Ensino Médio. Inicialmente, sempre fomos acompanhados por bolsistas mais experientes, que já realizavam as atividades do PROPE, para que apreendêssemos as experiências dos antigos propeanos e, futuramente, pudéssemos expor e aplicar tudo o que foi discutido em reuniões e capacitações na realização das visitas em sala de aula.

Foi possível perceber, já na primeira visita, as dúvidas e a carência de informação que os alunos das escolas da rede pública apresentavam. O sistema de reserva de vagas, sobretudo as cotas raciais, era visto com muitos pré-conceitos. Em geral, repetiam muitos discursos propagados pela classe dominadora. Ao longo da prática e com o advento da confiança, por meio de todo o conhecimento adquirido em reuniões e visitas, foi possível, cada vez mais, desconstruir e sanar todas as dúvidas pertinentes trazidas pelos alunos do Ensino Médio.

Como resultado do trabalho realizado nos anos de 2016 e 2017, enquanto bolsista do PROPE, ocorreu significativo aumento no número de inscritos para o cursinho popular pré-vestibular oferecido pela UEL, o CEPV – Curso Especial Pré-Vestibular, em comparação aos anos anteriores. Os dados mostram que as visitas realizadas pelo PROPE surtem efeito nos estudantes e, com isso, constatamos a ocupação desse estudante em um espaço que é seu por direito, a Universidade.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

JESÚS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo—diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2000.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs.). **O negro na Universidade**: o direito à inclusão. Brasília - DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo: uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Agradecimentos: À Fundação Araucária, pela concessão das Bolsas de Inclusão Social, e à toda equipe do PROPE e do LEAFRO.



AÇÕES AFIRMATIVAS NA UEL E O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO RACISMO

Kaique Batista Nunes (discente UEL / apresentador)

Jairo Queiroz Pacheco (docente UEL)

Área temática: **Ações afirmativas**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01703**

1. Introdução

Segundo Kabengele (2007), a desigualdade permeia todos os setores da sociedade brasileira: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc. Entre toda essa desigualdade, a educação ocupa posição de destaque, central, ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação, e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres.

A educação torna-se, assim, um instrumento de tomada de consciência do negro, fornecendo ferramentas para transformar este indivíduo – que foi e continua sendo sistematicamente oprimido – em um ser capaz de se apoderar de sua história, tomar as rédeas de seu futuro e atuar na sociedade como um sujeito ativo e crítico. O processo educacional também permite uma ascensão social, tornando mais possível que o negro ocupe lugares majoritariamente brancos, trazendo à tona tensões sociais e reflexões. A partir dessas constatações, em 2013, é criado o PROPE - Programa de Apoio ao Acesso e à Permanência da UEL.

PROPE tem por objetivo desenvolver mecanismos pedagógicos e de assistência estudantil que respondam às demandas oriundas das alterações do perfil do estudante ingressante, no intuito de manter e aprimorar o nível de qualidade da Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

formação universitária oferecida. O Programa também atua com mecanismos de divulgação das formas de ingresso na universidade junto aos estudantes de escolas públicas da região. Em síntese, o PROPE apresenta três linhas de atuação: acesso à universidade, apoio pedagógico e assistência estudantil.

O “acesso” intensifica a divulgação das modalidades e oportunidades de acesso à UEL junto aos estudantes de Ensino Médio na rede pública de ensino. Dentre essas oportunidades estão o sistema de cotas, a isenção da taxa do vestibular, o Cursinho Especial Pré-Vestibular (CEPV), a Feira de Profissões, além da recente modalidade de acesso à UEL pelo SISU, a partir do ENEM.

O “apoio pedagógico” objetiva oferecer suporte à aprendizagem aos estudantes de graduação, com vistas à superação das lacunas de formação nas áreas que apresentarem maior dificuldade. Há participação do LABTED – Laboratório de Tecnologia Educacional da UEL e do Cursinho Pré-Vestibular na execução, contando com a colaboração dos colegiados de curso.

Já a “assistência estudantil” busca ações que visam superar a situação de vulnerabilidade dos estudantes de graduação, de modo a garantir sua permanência no curso. Tais ações envolvem as áreas de saúde, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. Pretende-se chegar a estes objetivos apoiando as ações do do SEBEC – Serviço de Bem Estar à Comunidade, que já atua nessas frentes na universidade. O PROPE busca também captar recursos que possam ser aplicados na assistência estudantil junto a opções como o PNAEST – Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais e junto à instituições que disponibilizam apoio financeiro às Universidades, a exemplo da Fundação Araucária-PR.

Este resumo objetiva, assim, discutir as ações afirmativas, em especial as cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina, uma vez que envolvem o trabalho do PROPE no qual estou inserido. O presente trabalho resulta de muito estudo teórico e prático, efetivado através de visitas realizadas em escolas da rede pública da região de Londrina.

2. Ações afirmativas

As ações afirmativas têm por objetivo oferecer uma perspectiva de oportunidade de acesso, minimizando as barreiras seculares entre brancos e outros grupos raciais/étnicos. São leis e ações que visam reparar as disparidades geradas por outras ações institucionais ou institucionalizadas, tornando-se essenciais em uma sociedade extremamente racializada como a nossa. Negros e negras foram a base do sistema colonial e imperial, e continuaram como o setor mais proletarizado após a abolição. Apesar do advento da República, os setores sociais que estavam no topo e os que estavam na base permaneceram em suas posições, quase não houve alteração na hierarquia das classes. Em síntese, para Valter Roberto Silvério (2007, p.21), as políticas de ação afirmativa são

[...] antes de tudo, políticas sociais compensatórias. Quando designamos políticas sociais compensatórias queremos dizer que são intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, as quais garantem o cumprimento de direitos sociais, que não são integralmente cumpridos pela sociedade. As políticas sociais compensatórias, por sua

vez, abrangem programas sociais que remedeiam problemas gerados em larga medida por ineficientes políticas preventivas anteriores ou devido à permanência de mecanismos sociais de exclusão. Uma outra característica das políticas compensatórias é que elas têm uma duração definida, isto é, elas podem deixar de ter vigência desde que não existam os mecanismos de exclusão social que lhes deram origem.

Atualmente, as ações afirmativas ainda são alvo de inúmeras críticas de diversos setores da sociedade brasileira, como por exemplo da grande mídia, da própria Academia e do setor jurídico. Uma dessas críticas argumenta que um projeto universalista, que vise a melhoria do ensino público como um todo, seria a melhor escolha para acabar com a disparidade entre negros e brancos. Quanto a isso, o movimento negro não nega que uma educação pública básica de qualidade é imprescindível à luta contra as desigualdades raciais. Porém, Kabengele (2007, p.17) faz o seguinte comentário baseado em um estudo do IPEA:

[...] se o ensino básico público melhorasse seus níveis para que seus alunos pudessem competir igualmente nos vestibulares com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isto supondo-se que os brancos ficassem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros.

3. Cotas na UEL e na Medicina

A implementação das políticas de cotas na UEL teve início com diversos debates, reuniões e uma audiência pública, além do V Encontro “O Negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2004. Já em julho de 2004, o Conselho Universitário estabeleceu a reserva de vagas para os candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclararem negros.

A princípio, a reserva de vagas era de até 40% para estudantes da escola pública, sendo metade destinada aos estudantes negros. No entanto, esse percentual era atrelado ao número de inscritos, e desse modo, nos cursos mais concorridos, a inclusão foi mínima, muito abaixo dos 20% previstos.. Foi somente em 2011 que essa prerrogativa relacionada ao número de inscritos foi derrubada, e cursos como o de Medicina, que tinha apenas um ou dois negros matriculados mesmo com as cotas raciais, passaram a ter no mínimo dezesseis estudantes afrodescendentes.

A universidade por si só já é um ambiente elitizado e isso se torna ainda mais acentuado nos cursos de “maior prestígio” social, tais como Engenharia, Direito e Medicina. Nesses cursos, sendo histórica a exclusão de determinados grupos étnico-raciais, as cotas obtêm uma relevância ainda maior. Na Medicina, por ser um curso da área da saúde, a presença do negro nesses espaços de poder é de suma importância; afinal, a maioria dos usuários do SUS são negros.

Os bolsistas do PROPE participam de reuniões formativas nas quais se discutem as ações afirmativas — tanto no Brasil quanto na UEL, o racismo, bem como as formas nas quais este se estrutura em nossa sociedade. Além desta formação, também participamos dos encontros de formação do Núcleo de Estudos Afro-Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

Brasileiros (NEAB) da Universidade. Após um período de preparação, iniciam-se as visitas às escolas públicas de ensino médio de Londrina. Nessas visitas, nas quais divulgamos o vestibular e o sistema de cotas, sempre noto reações que oscilam entre o espanto e a admiração, quando me apresento e digo que faço Medicina. Penso que o vestibular e o ensino público básico se tornam uma barreira para o negro entrar na universidade, mas muitas vezes a maior barreira é a falta de perspectiva. Muitos negros e negras não conseguem nem se imaginar dentro da universidade pública. Assim, a presença negra nesses “cursos da elite” tem um poder de representatividade muito importante. Justifica-se, desse modo, a implementação do sistema de reserva de vagas, tal como a importância de um programa como o PROPE para as mudanças sociais na longa duração.

Referências:

SILVERIO ROBERTO, Valter. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SILVA, Maria Nilza da. Cotas universitárias para negros no Brasil e o caso de Londrina. In: CHAIA, Vera; MACHADO, Eliel (orgs.). **Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectiva**. São Paulo, SP: PAULUS, 2009.

<p>Agradecimentos: À Fundação Araucária, pela concessão das Bolsas de Inclusão Social, e a toda equipe do PROPE e do LEAFRO.</p>



AÇÕES AFIRMATIVAS, COTAS RACIAIS E SOCIAIS, E A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE RACISMO, EDUCAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL

Atos Ferreira Dias (discente UEL/apresentador)
Margarida de Cássia Campos (docente UEL)

Área Temática: **Educação**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01703**

1. Introdução

A implementação das políticas de cotas na UEL teve início com diversos debates, reuniões e uma audiência pública, além do V Encontro “O Negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2004. Em julho de 2004, o Conselho Universitário estabeleceu a reserva de vagas para os candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclararem negros. Inicialmente, a reserva de vagas era de 40% para estudantes da escola pública, sendo metade destinada aos estudantes negros. Porém, esse percentual era atrelado ao número de inscritos; com isso os cursos mais procurados não tiveram tanto impacto. Foi somente em 2011, que essa prerrogativa relacionada ao número de inscritos foi derrubada, e cursos como o de Medicina, por exemplo, que tinham apenas um ou dois negros matriculados, mesmo com as cotas raciais, passaram a ter, no mínimo, dezesseis.

O presente resumo é objeto de trabalho e estudos desenvolvidos no contexto do PROPE - PROGRAMA DE APOIO À PERMANÊNCIA, da Universidade Estadual de Londrina, entre os anos 2016 e 2017. Tem por finalidade conhecer, discutir e informar às pessoas sobre a importância da educação no combate ao racismo, e como as ações afirmativas, mais especificamente as cotas raciais e sociais universitárias, podem contribuir para equilibrar esse jogo de poder que existe entre o racismo, a conquista de uma vaga na universidade e a ascensão social.

2. Referencial Teórico

Segundo a definição do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) do Rio de Janeiro,

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater todas as discriminações aumentando a participação de minorias no processo político-social.²³

Adaptando tal definição para o meio acadêmico brasileiro, nos deparamos com as cotas universitárias, sociais e raciais. Elas são implementadas com a intenção de equilibrar a disputa desigual promovida pela meritocracia dos vários vestibulares que existem no país. Durante anos, os negros e pobres de escolas públicas foram excluídos da vida acadêmica por não reunirem condições necessárias para a competição com alunos de escolas privadas, as quais possuem maiores investimentos e são de alto custo. O negro, em particular, sofre ainda mais os efeitos dessa desigualdade, pois além de estudar em escolas públicas deficientes de investimentos públicos, sofrem discriminações por conta da sua cor.

Os efeitos do racismo e da exclusão do negro da vida acadêmica, ao longo dos anos, refletem-se nos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Síntese de Indicadores Sociais, 2016). Suas estatísticas²⁴ apontam que a taxa de frequência líquida no ensino superior de graduação, entre os jovens brasileiros de 18 a 24 anos de idade, correspondente à população negra, é de apenas 12,8% - embora a maioria da população brasileira se autodeclare negra -, enquanto para a população branca, essa mesma taxa é de 26,5%. Ou seja, o percentual de jovens brancos na Universidade é mais do que o dobro do percentual de jovens negros. Tais evidências já justificariam a necessidade de cotas raciais para equilibrar uma disputa que, ainda assim, continua sendo meritocrática. Para Roberto Silvério (2007, p. 21), as políticas de ação afirmativa são:

[...], antes de tudo, políticas sociais compensatórias. Quando designamos políticas sociais compensatórias queremos dizer que são intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, as quais garantem o cumprimento de direitos sociais, que não são integralmente cumpridos pela sociedade. As políticas sociais compensatórias, por sua vez, abrangem programas sociais que remedeiam problemas gerados em larga medida por ineficientes políticas preventivas anteriores ou devido à permanência de mecanismos sociais de exclusão. Uma outra característica das políticas compensatórias é que elas têm uma duração definida, isto é, elas podem deixar de ter vigência desde que existam os mecanismos de exclusão social que lhes deram origem.

Toda essa discussão sobre a inclusão dos estudantes negros e de escola pública na universidade ocorre porque também nos espaços acadêmicos se

²³ “Ações afirmativas”. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA, 2011. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>>.

²⁴ Dados baseados na PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>.

desenvolvem relações de poder que estruturam a sociedade. É na universidade que se graduam, que saem advogados, engenheiros, médicos, futuros presidentes da república (salvo raras exceções), entre outras profissões muito bem remuneradas no mercado de trabalho. Como não há possibilidades de modificar a ordem econômica vigente - que privilegia uns em detrimento de outros -, surgem as cotas, na expectativa de que alunos negros e de escolas públicas possam conceber a possibilidade de ocuparem essas vagas melhor remuneradas no mercado de trabalho, e isso só será possível com acesso e permanência na universidade. Sobre esse assunto, Kabengele Munanga (2007, p.07) afirma:

A desigualdade permeia todos os setores da sociedade brasileira: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc. Entre toda essa desigualdade, a educação ocupa uma posição de destaque como centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres. Nesse sentido a educação se torna também um instrumento de tomada de consciência do negro, fornecendo ferramentas para transformar este indivíduo que foi e continua sendo sistematicamente oprimido em um ser capaz de se apoderar de sua história, tomar as rédeas de seu futuro e se encontrar na sociedade como um sujeito ativo e crítico. Além de permitir uma ascensão social tornando mais possível que o negro ocupe lugares majoritariamente brancos, trazendo à tona tensões sociais e reflexões.

Apesar de todos os avanços políticos e sociais conquistados com muita luta de todos os grupos envolvidos, as ações afirmativas continuam sendo alvo de inúmeras críticas de diversos setores conservadores da sociedade brasileira, como a da grande mídia, da própria academia e do setor jurídico. Uma dessas críticas é de que um projeto universalista, que vise a melhoria do ensino público como um todo, seria a melhor escolha para acabar com a disparidade entre negros e brancos. Embora o movimento negro não negue que uma educação pública básica de qualidade é imprescindível para a luta contra as desigualdades raciais e sociais, Munanga (2007, p.17) faz o seguinte comentário baseado em um estudo do IPEA:

[...] se o ensino básico público melhorasse seus níveis para que seus alunos pudessem competir igualmente nos vestibulares com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isto supondo-se que os brancos ficassem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros.

3. Procedimentos Metodológicos

O PROPE (Programa de Apoio à Permanência) tem por objetivo desenvolver mecanismos pedagógicos e de assistência estudantil que respondam às demandas oriundas das alterações do perfil do estudante ingressante, com intuito de manter e aprimorar o nível de qualidade da formação universitária. Possui também a função de divulgação das condições de ingresso na universidade junto aos estudantes de escolas públicas da região. O Programa apresenta, portanto, três linhas de atuação: Acesso à Universidade, Apoio pedagógico e Assistência estudantil.

O “apoio pedagógico” objetiva oferecer apoio pedagógico aos estudantes de graduação, com vistas à superação das lacunas de formação nas áreas que apresentarem maior dificuldade. O apoio realiza-se com a participação do LABTED - Laboratório de Tecnologia Educacional -, do Cursinho Especial Pré-Vestibular (CEPV) e dos Programas de Educação Tutorial (PET – Educação Física, Geografia, Física, Matemática, Saúde e Zootecnia), contando também com a colaboração dos colegiados de curso. Já a “assistência estudantil” busca apoiar as ações que visam superar a situação de vulnerabilidade dos estudantes de graduação, de modo a garantir sua permanência no curso. Tais ações recobrem as áreas de saúde, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. Pretende-se chegar a estes objetivos com apoio do SEBEC, que já atua nessas frentes na universidade.

O “acesso”, por sua vez, intensifica a divulgação das modalidades de acesso à UEL junto aos estudantes de Ensino Médio na rede pública de ensino. Dentre essas modalidades estão o sistema de cotas, a isenção da taxa do vestibular, o CEPV e o SISU. Nessa linha, sobretudo, atuam os colaboradores do PROPE. Participamos de reuniões quinzenais com debates formativos - cada membro realiza, previamente, estudo dos textos a serem abordados em grupo. Os temas são variados, mas sempre com o intuito de preparar os bolsistas e demais colaboradores para o trabalho de campo, o qual ocorre após um período de treinamento em grupo. O trabalho de campo consiste na visita às escolas públicas de Londrina, com o intuito de informar os estudantes do terceiro ano sobre os detalhes e possibilidades do processo seletivo da UEL - o vestibular; além de informá-los a respeito da seleção para alguns cursos através da nota do ENEM. Durante a visita, os colaboradores são instruídos a fazer com que os alunos reflitam sobre a importância do sistema de cotas e o impacto que elas podem causar na sociedade. Além disso, a prática objetiva mudar a perspectiva do aluno de escola pública, o qual na maioria das vezes não consegue enxergar a universidade pública como possibilidade real. Essa realidade pode ser atenuada ou mesmo alterada com a simples presença dos bolsistas nas escolas, uma vez que estes também são oriundos de escolas públicas.

4. Resultados e Discussões

As ações do PROPE nos últimos anos vêm conseguindo aumentar gradativamente o número de concorrentes cotistas no vestibular da UEL. Além de que, colabora em sanar dúvidas dos estudantes que, na maioria das vezes, não tem acesso às informações ou incentivo a buscá-las.

É necessário haver essa ponte que gera aprendizado de ambas as partes, entendendo quais são as dúvidas e possibilitando reavaliar as maneiras de lidarmos com o público alvo e alcançá-los com mais efetividade.

Considerações Finais

Todas as frentes em que o PROPE atua, juntamente com todos os parceiros, tem vários aspectos a serem aprimorados – inclusive devido ao seu recente surgimento – havendo necessidade de uma maior atenção em relação as políticas de permanência e apoio pedagógico, pois são problemas que necessitam de apoio não só financeiro, mas da cooperação dentre todos os órgãos da Universidade para detectar as mazelas e pensar soluções para combatê-las.

REFERENCIAS

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SILVERIO ROBERTO, Valter. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

<p>Agradecimentos: À Fundação Araucária, pela concessão das Bolsas de Inclusão Social, e a toda equipe do PROPE e do LEAFRO.</p>



AÇÕES DE SAÚDE EM DOENÇAS NEGLIGENCIADAS EM MUNICÍPIOS DO NORTE DO PARANÁ: ENTEROPARASIToses E ESQUISTOSSOMOSE MANSONI

Mayara Tiemi Enokida – (residente UEL / Apresentador)
Ariane Tiemy Tizura – (residente UEL)
Beatriz Suellen Arceni – (residente UEL)
Walter Abou Murad – (residente UEL)

Área Temática: **Saúde**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 01752

1. Introdução

As doenças parasitárias intestinais possuem alta prevalência e diversidade de manifestações clínicas, constituindo desta forma um sério problema de saúde pública em países em desenvolvimento como o Brasil, e manifesta-se em cerca de 25% da população mundial. A frequência de parasitoses intestinais no Brasil varia de acordo com cada região, devido às condições de saneamento básico, nível socioeconômico, grau de escolaridade, a idade e os hábitos de higiene dos habitantes, dentre outros. (LUDWIG, et al., 1999; SANTOS;SOUZA;BARROS, 2014).

A cidade de Londrina onde o estudo foi desenvolvido localiza-se no norte do estado do Paraná, e possui índice de desenvolvimento humano médio de 0,778.

Dentro deste contexto, este trabalho teve como objetivo investigar a prevalência de enteroparasitoses na população de algumas localidades da cidade de Londrina-PR.

2. Referencial Teórico

As parasitoses intestinais são mais frequentes na população de baixa renda e em regiões menos desenvolvidas, com variações inter e intrarregionais que diferem devido a fatores como composição do solo, população, condição socioeconômica,

sanitárias e educacionais, presença de animais no domicílio, condições de contaminação do solo, da água e alimentos, dentre outros (BOIA, et al., 1999).

De acordo com levantamentos feitos pela Organização Mundial de Saúde estima-se que gastos com doenças de veiculação hídrica no Brasil chegam a US\$ 2,5 bilhões por ano. No Brasil, as doenças ligadas à falta de saneamento básico adequado mataram 10.844 pessoas em 1998 (BRASIL, 2002).

A transmissão das parasitoses intestinais tipicamente se dá de modo oral-fecal, na qual o indivíduo ingere alimentos contaminados com cistos ou ovos de protozoários e helmintos, ou por outro tipo de transmissão oral através da ingestão de água contaminada com parasitas (ANGELUCI et al., 2011; BELLOTO TEREZA et al., 2011).

Deste modo, parasitas que atuam no intestino podem acarretar casos de diarreia crônica, desnutrição, anemias, diminuição do desenvolvimento físico e no caso de crianças podem comprometer o desenvolvimento levando a um baixo rendimento escolar (MOREIRA; FERRAZ; ALEIXO, 2010).

O exame parasitológico de fezes representa um método eficiente para a detecção de formas parasitárias presentes na amostra biológica (fezes), possibilitando um diagnóstico satisfatório (MARZAGÃO et al., 2010).

Dentre esses exames encontram-se a técnica de sedimentação espontânea pelo método de Hoffmann, Pons e Janer, podendo identificar ovos e larvas de helmintos, bem como cisto. Já o método de Faust et al. é baseado na técnica de centrifugo-flutuação em sulfato de zinco, usado para detecção de estruturas leves e o método quantitativo de Kato-Katz é utilizado para o diagnóstico de helmintos *Schistosoma mansoni*, *Ascaris lumbricoides*, *Trichuris trichiura* e ancilostomídeos (DE CARLI, 2007; DUBEY, 1993; Katz, N. et al, 1972).

Em vista disso, estudos como este são importantes para conhecer os parasitas que acometem áreas mais necessitadas em alguns municípios do norte do Paraná, apontando o número real de indivíduos acometidos por parasitoses intestinais, para que deste modo possa-se estudar estratégias de prevenção e redução do número de casos.

3. Procedimentos Metodológicos

Neste estudo foram realizados 1482 exames parasitológicos em amostras fecais de pacientes habitantes de diferentes regiões da cidade de Londrina, no período de dezembro de 2016 a setembro de 2017.

As análises foram realizadas através dos métodos de Hoffmann, Pons e Janer; Faust e colaboradores e Kato modificado por Katz.

3.1. Método de Hoffmann, Pons e Janer

Fundamenta-se na sedimentação espontânea dos parasitas em solução de fezes em água. Por se tratar de um método de concentração, o uso de grande quantidade de fezes nesse processo (8g), em contraste com as pequenas quantidades usadas em outras técnicas, favorece um diagnóstico satisfatório e

seguro, mesmo quando o número de organismos presentes é pequeno. A desvantagem desse processo de diagnóstico coprológico é a grande quantidade de detritos fecais no sedimento, dificultando, com frequência, a preparação e o exame da lâmina, mesmo utilizando-se o artifício da filtração em gaze cirúrgica, dobrada três vezes.

É indicado para pesquisa qualitativa de ovos de helmintos nas fezes, com especificidade relativa para alguns cistos de protozoários:

3.2. Método de Faust e colaboradores

Levando-se em consideração a alta densidade da solução de Sulfato de Zinco empregada nesta metodologia, partículas de baixo peso são facilmente diagnosticadas, entre elas os cistos de protozoários e os ovos de alguns helmintos. Esta técnica é indicada para pesquisa qualitativa de cistos de protozoários nas fezes, com especificidade relativa para ovos leves de de helmintos.

3.3. Método de Kato modificado por Katz

Esse método quantifica os ovos de helmintos numa pequena porção de fezes, demonstrando a carga parasitária no paciente, utilizando componentes como um cartão regular de plástico com pequeno orifício central e o esfregaço espesso de fezes, o qual é examinado diretamente sem o emprego de outros procedimentos de concentração.

4. Resultados e Discussões

Foi observado que no total de 1482 exames parasitológicos realizados, 408 foram positivos para parasitas intestinais e 1074 foram negativos.

Entre os parasitas encontrados, foram vistos *Schistosoma mansoni*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *Entamoeba histolytica*, *Giardia lamblia*, *Ascaris lumbricoides*, *Iodamoeba butschilii*, *Enterobius vermicularis*, *Strongyloides stercoralis*, *Hymenoleps nana* e *Ancylostoma duodenale*, sendo *Endolimax nana*, *Entamoeba coli* e *Entamoeba histolytica*, os de maior prevalência.

Tabela 1. Prevalência de enteroparasitoses na população de municípios do norte do Paraná.

Espécies	Número de casos (N = %)
<i>Entamoeba histolytica</i>	42
<i>Entamoeba coli</i>	68
<i>Endolimax nana</i>	248
<i>Ascaris lumbricoides</i>	6
<i>Ancylostoma duodenale</i>	11
<i>Schistosoma mansoni</i>	1
<i>Strongyloides stercoralis</i>	1

<i>Iodamoeba butschlii</i>	5
<i>Giardia lamblia</i>	22
<i>Hymenoleps nana</i>	1
<i>Enterobius vermicularis</i>	3
TOTAL	408

5. Considerações Finais

Ainda que encontremos um valor, aparentemente, não tão elevado para enteroparasitoses, verificamos através do estudo que ainda trata-se de um problema de saúde pública, o qual deve ser levado em consideração, pois o quadro pode, com o passar do tempo, se agravar.

De acordo com os resultados encontrados, levando-se em consideração as amostras positivas, o estudo ressalta a importância de haver um maior investimento em políticas de saneamento básico e na educação sanitária.

REFERÊNCIAS

ANGELUCI, C. H. GONÇALVES et al. **Avaliação da prevalência de parasitoses intestinais em escolares do município de Formosa, GO**; Sinergia, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 227-232, 2013.

BELLOTO, M. V. TEREZA et al. **Enteroparasitoses numa população de escolares na rede pública de ensino no município de Mirassol, São Paulo, Brasil**. Rev. Pan-Amaz Saúde; v.2, n.1, p. 37-44 ,2011.

BOIA, M. N. et al. **Estudo das parasitoses intestinais e da infecção chagásica no Município de Novo Airão, Estado do Amazonas, Brasil**, Caderno Saúde Pública. Vol.15, n.3, pp. 497-504, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU/PR. Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS. **O pensamento do setor saneamento no Brasil: perspectivas futuras**. Brasília, 2002.

DE CARLI, G. A. **Parasitologia clínica: Seleção de métodos e técnicas de laboratório para diagnóstico das parasitoses humanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.

DUBEY, J.P. **Intestinal protozoa infections. Veterinary Clinics of North América: Small Animal Practice**, v.23, n.1, p.37-55, 1993.

Katz N, Chaves A, Pellegrino J. **A simple device for quantitative stool thicksmeat technique in Schistosomiasis mansoni**. Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, v. 14 (supl 6), p.397- 400, 1972.

LUDWIG, K.M.; Frei, F.; Alves-Filho, F.; Ribeiro-Paes, J.T. **Correlação entre condições de saneamento básico e parasitoses intestinais na população de Assis, Estado de São Paulo.** Revista Sociedade Brasileira Medicina Tropical. v.32, n.5, p. 547 – 555, 1999.

MOREIRA, E. M. et al. **Importância do estudo da prevalência de parasitos intestinais de crianças em idade escolar.** Rev. Saúde e Biol., v. 5, n. 1, p. 43-47, 2010.

MARZAGÃO, M. et al. **Ocorrência de parasitoses intestinais em habitantes do município de Pará de Minas, MG- Brasil.** Rev. Bras. Farm., v. 91, n. 4, p. 183-8, 2010.

SANTOS, A. A.; Sousa, M. J. S.; Barros, V. L. L. **Frequência de parasitoses intestinais na U.I.M. Prof.^a Magnólia Hermínia Araújo do município de Caxias - MA.** Revista Humana et al, Paço do Lumiar, v. 1 n. 1 p. 94 a 113, 2014.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
--



AÇÕES EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM UMA ESCOLA RURAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Williane Cristine Peres-Costa (discente UEL / apresentadora)

Fernanda Aparecida Sales (discente UEL / coautora)

Gabriel Barbosa Bassani (discente UEL / coautor)

Gustavo Henriques Marconi (discente UEL / coautor)

Larissa Chaline Lopes-Lima (discente UEL / coautora)

Lauriane dos Santos Lima (diretora de colégio / coautora)

Patrick Rocha Paulino (discente UEL / coautor)

Patrícia de Oliveira Rosa-Silva (docente UEL)

Paulo Bassani (docente UEL)

Área Temática: **Meio Ambiente**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01770**

1. Introdução

O presente trabalho é fruto do Grupo de Estudos Avançados sobre o Meio Ambiente (GEAMA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que durante seus 15 anos de atividades, tem como objetivos: estimular a formação de uma consciência ambiental crítica; e investigar e atuar na questão ambiental, proporcionando à comunidade acadêmica e à comunidade externa local e regional informações e práticas sustentáveis para estabelecer uma melhor relação entre o homem e a natureza.

O GEAMA possui entre seus participantes: docentes e discentes da graduação, da pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*. As áreas de conhecimento dos seus colaboradores, sejam internos ou externos, são diversas: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Desenho Industrial, Direito, Geografia, Letras, Sociologia, entre outras. Todos contribuem para a realização de práticas que se concretizam por meio do Grupo de Estudos Socioambientais (GES), das Edições Anuais do GEAMA (Círculo de Palestras ou Mesas de Diálogos), da Participação em fóruns, simpósios e demais eventos acadêmicos sobre a temática ambiental, do Circuito Tela Verde (promovido pelo Ministério do Meio ambiente), que possui o GEAMA como espaço exibidor, e do GEAMA Vai à Escola (GVE) e do e-GEAMA.

Este projeto trata das ações do GVE no Colégio Estadual do Patrimônio Regina (CEPR), de Ensino Fundamental e Médio, localizado no distrito rural do Espírito Santo, no município de Londrina-PR. Participam do projeto um grupo de estudantes, que se intitulam como Coletivo Jovem “Regina Verde”. No CEPR são realizadas intervenções teórico-práticas participativas em Educação Ambiental (EA), tendo como eixo norteador os princípios da Carta da Terra.

Nesse contexto, este trabalho visa relatar as contribuições de uma equipe extensionista interdisciplinar, para implementação de diversas ações de temas socioambientais locais no CEPR, constituintes de um projeto de pesquisa-ação.

2. Referencial Teórico

2.1 Educação Ambiental Crítica

A crise civilizatória enfrentada pela sociedade atual promove transformações e degradação na natureza, motivada, entre outros, pelo modo de produção capitalista, o que repercute na organização da sociedade, estabelecendo as desigualdades socioeconômicas determinantes em relação às condições sociais dos indivíduos, visto que os fatores ambientais e os sociais não podem ser dissociados, pois são interligados por causa e consequência, mas também definem as relações sociais construídas historicamente (TOZONI-REIS, 2011).

A reflexão crítica sobre relações existentes socialmente é possível com a aquisição de conhecimentos, que poderá proporcionar o entendimento da realidade e ao se deparar com alguma questão como as relações de exploração e de desigualdades sociais estabelecer práticas educativas ambientais capazes de empreender a tentativa de superação do problema (TOZONI-REIS, 2011). Para Saviani (2013), a prática educativa ocorre de forma a mediar as ações sociais, e para atuar de forma a promover mudanças, é preciso conhecer a estrutura social onde ocorrem tais práticas.

Uma vez que a EA é uma dimensão da educação, ela deve se preocupar

com os processos educativos (TOZONI-REIS, 2008). Saviani (2013) e Layrargues (2006) destacam a não neutralidade da educação, relatando as práticas educativas como responsáveis pela manutenção da situação atual de dominação e exploração de classes, ou como responsáveis pela emancipação dos sujeitos e transformação da realidade vivida.

A pedagogia crítica da EA, fundamentada no pensamento de Paulo Freire, traz uma visão pedagógica que possibilita uma profunda transformação da sociedade (LOUREIRO et al., 2009, p. 87). O educador é visto na visão crítica como mediador do processo educativo, oportunizando, de forma intencional, a reflexão de modo crítico dos conteúdos, e a apropriação dos saberes, capazes de possibilitar, de forma autônoma e emancipatória, uma transformação socioambiental da sociedade pelos sujeitos (LOUREIRO, 2009).

Dessa forma, os conteúdos programáticos e as temáticas a serem trabalhados devem usar como embasamento de suas propostas educacionais a realidade vivenciada pela comunidade escolar nos diferentes locais, dentro e fora da escola, evidenciando as relações sociais, as diferenças culturais e as formas de exclusão social que permeiam a sociedade, ocorrendo assim a apropriação da realidade pela educação, uma educação crítica, libertadora, emancipatória e transformadora. É somente através dessa educação que podemos construir uma sociedade ambientalmente equilibrada, culturalmente diversa, socialmente justa e com sujeitos atuantes (LOUREIRO et al., 2009).

2.2 A problematização por meio dos Temas Geradores e a interdisciplinaridade

Os temas ambientais como temas geradores destacam-se como metodologia e contribuem para uma EA crítica, transformadora e emancipatória, pois manifestam o caráter político da pedagogia freireana (TOZONI-REIS, 2006). O trabalho, a ser feito, deve ser integrado com os educandos, intermediado pela realidade vivenciada das partes envolvidas e a qual se deseja transformar (BRANDÃO, 1999; TOZONI-REIS, 2006).

Segundo Layrargues (2001) essa verificação do contexto local dos participantes deverá ser decifrada, refletida e reinventada, pois se trata de um ato dinâmico, complexo e permanente de conhecimento, por meio de uma análise crítica pelos que vivenciam essa realidade, sendo que os temas ambientais geradores não podem ser tratados no processo educativo simplesmente como uma atividade-fim, mas como geradores do processo dialógico. As ações locais, neste contexto, apresentam tanto a oportunidade de atuação nos problemas da comunidade, como favorecem, quando tratadas como temas geradores, a compreensão da relação entre os aspectos ecológicos, políticos, econômicos, sociais, éticos e culturais que englobam a questão ambiental (LAYRARGUES, 2001).

Ao abordar a problemática ambiental e instituir a interdisciplinaridade para
Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

trabalhar a EA é preciso ir além da simples soma de conhecimentos, mas a realização da integração profunda entre os saberes (LEFF, 2001, p. 162). Vieira (2001) complementa que o papel da abordagem interdisciplinar deverá ser um eixo integrador das atividades educativas de cunho ambiental. Assim sendo, Pereira (2008) recomenda desenvolver a EA sem o isolamento das disciplinas o que é comum acontecer e sim realizar uma “[...] seleção de variáveis e dimensões significativas para apreender uma problemática a partir dos enfoques de diferentes disciplinas [...]” (LEFF, 2001, p. 95). O GVE busca promover a EA de forma indissociada do fazer universitário no CEPR, com atenção especial aos temas ambientais locais.

2.3 A Carta da Terra

A Carta da Terra possui princípios e valores que foram declarados com o propósito de conscientizar os cidadãos em relação ao mundo em que se encontram para que possam ter acesso a uma excelente qualidade de vida, sem desprezar o meio ambiente, em busca da harmonia entre homem e natureza (GADOTTI, 2001).

Nesse contexto, destacamos que a Carta da Terra é um documento que possibilita um processo de ação-reflexão-ação em trabalhos de cunho ambiental crítico. Convém lembrar que princípios são valores de ordem moral, ou seja, um preceito, uma regra a ser cumprida (ABBAGNANO, 1970). São critérios que deverão fazer parte do cotidiano da sociedade. Entretanto, o conceito de valor ainda, nos dias de hoje, não possui uma universalidade a respeito de seu sentido, pois ele diferencia-se muito de autor para autor e da época histórica que é construído. Porém, o filósofo norte-americano e pedagogo John Dewey (1859-1952) reconhece a pluralidade da concepção de valor, mas definiu em sua teoria que a filosofia é a crítica de valores. Para o autor, toda valoração inteligente é também crítica porque faz um juízo a respeito da coisa que tem valor imediato e, sendo assim, o valor não pode escolher um fim sem pensar nos meios (GOERGEN, 2005), ou seja, é um cunho moral que caracteriza a singularidade de cada sujeito.

De acordo com Brenes et al. (2009, p. 81), a Carta da Terra descreve, em linhas gerais, o ensino para formas de vida sustentáveis e a importância desse documento como um recurso de aprendizagem. A declaração evidencia a importância da educação ao descrever que “integrar na educação formal e no aprendizado de uma vida inteira o conhecimento, os valores e as habilidades necessárias para se ter uma forma de vida sustentável”.

Dessa forma, a Carta da Terra foi escolhida para amparar e fundamentar as reflexões e ações do GVE no coletivo Jovem Regina Verde do CEPR, com desígnio de proporcionar, por meio da EA, pressupostos para uma educação crítica emancipatória e transformadora, entendida como estratégia para a construção de sociedades sustentáveis. Trabalhar mais a prática, promovendo a conscientização, Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

mas também a ação dos sujeitos frente à sua comunidade, ao seu espaço de convívio e de relações sociais e ambientais. Queremos gerar a mudança ou, ao menos, inquietar os sujeitos para que eles possam sentir-se aptos para gerar essa mudança no ambiente em que vivem. Queremos instrumentar os sujeitos, corresponsáveis, para que sejam disseminadores desse conhecimento e possam ser agentes de transformação socioambiental na escola e na sua comunidade.

Partindo das ações desenvolvidas, o este trabalho busca descrever: qual a contribuição do grupo extensionista, composto por integrantes de vários cursos de graduação e pós-graduação, para o desenvolvimento de práticas educativas ambientais que sejam interdisciplinares, contextualizadas e emancipatórias?

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Universo de Pesquisa

O distrito rural da cidade de Londrina-PR chamado Espírito Santo foi criado pela Lei Municipal nº 5.678/1994 (alterada pela Lei Municipal nº 5.842, de 20/07/1994), da união do Patrimônio Regina com o Patrimônio Espírito Santo, e encontra-se a 15 km ao extremo sul da área urbana do município. Possui uma área total de 184.924 Km², sendo apenas 69.610,862 m² de área urbana (LONDRINA, 2017^b). Próximo ao Patrimônio Regina, encontra-se o Ribeirão Cafezal, um importante manancial de abastecimento de Londrina; o Parque Estadual Mata dos Godoy, uma Unidade de Conservação (UC), dentro do distrito rural, possuidora de 675,70 ha de floresta subtropical nativa, do bioma Mata Atlântica, abrigo de uma rica diversidade de fauna e flora (LONDRINA, 2017^a).

3.2 Ações educativas desenvolvidas no GVE e o método de pesquisa utilizado

Os sujeitos da pesquisa são a equipe interdisciplinar de extensionistas do GEAMA, que desenvolvem ações no GVE, sendo duas biólogas, um geógrafo, dois graduandos: de geografia e de arquitetura e urbanismo e o Coletivo Jovem de estudantes do Regina Verde, que compreendem cerca de 12 alunos.

As práticas educativas foram planejadas e desenvolvidas, interdisciplinarmente, integrando conhecimentos das áreas de formação dos extensionistas e fundamentadas na Educação Ambiental Crítica, desenvolvidas a partir de temas geradores locais, identificados pelo grupo, extensionistas/educadores e o Coletivo Jovem.

Inicialmente, realizamos o levantamento dos conhecimentos prévios dos educandos em relação ao colégio e a comunidade local, o Patrimônio Regina; em seguida, realizaram-se expedições locais, para entrevistas com a comunidade,

registro fotográfico e observações locais. Foram desenvolvidas a partir desse levantamento, quatro ações com o Coletivo Jovem, são elas: 1. **A Carta da Terra da escola:** princípios e valores; 2. **Educomunicação Socioambiental:** temas geradores locais; 3. **Noções Gerais Sobre os Elementos da Zona Urbana de Londrina:** a imagem da cidade e a relação com seus principais problemas ambientais urbanos; e 4. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):** identificação de atores sociais na comunidade.

Para avaliar as ações, o método de pesquisa utilizado foi a pesquisa-ação, descrita por Thiollent (2000) como sendo uma pesquisa social, que é planejada e realizada com “uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2000, p. 14).

O planejamento pedagógico das práticas educativas desenvolvidas e sua execução ocorreu de junho a novembro de 2017, por meio de reuniões e encontros de 4h semanais, além da participação em eventos, fóruns, palestras, consultas públicas e outras atividades de formação em EA, e leituras, individualmente. As atividades no CEPR foram desenvolvidas durante dois encontros semanais com o Coletivo Jovem, no contraturno do ensino regular, e sempre contou com dois ou mais extensionistas desenvolvendo ações em conjunto com o Coletivo, tendo o diálogo e a confiança como bases..

Neste trabalho, porém, não iremos avaliar as ações desenvolvidas, mas sim relatar as experiências dos extensionistas, de acordo com as áreas de formação, como grupo interdisciplinar na execução de tais atividades.

4. Resultados e Discussões

4.1 Relato de experiência: GEAMA Vai à Escola

Foram desenvolvidas quatro ações com o Coletivo Jovem: 1. **A Carta da Terra da Escola:** princípios e valores. Essa ação efetuiu-se como um processo inicial das intervenções educativas da equipe interdisciplinar. Ocorreu por meio de círculos de diálogos e reflexões para relacionar os princípios e valores contidos na declaração com as problemáticas ambientais elencadas pelo coletivo. No decorrer do estudo, os fundamentos que foram especificados serviram de base para as reflexões, ações e contextualização dos temas geradores locais, princípios de cidades sustentáveis, formação da cidade, e a identificação de atores sociais na comunidade.

Os princípios e valores enumerados pelo coletivo para nortear a pesquisa foram: 1- “Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais, mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva”; 2- “Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir

o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas”; 3- “Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos” (CARTA DA TERRA, 2017).

Na perspectiva do trabalho interdisciplinar, a contribuição trazida pela arquitetura, com a proposta da Carta da Terra, foi a importância de se destacar o contexto histórico cultural, humano e social no qual houve o desenvolvimento das cidades e assim resgatar os princípios e valores que estão inclusos nesse processo. Essa área colaborou trazendo ponderações a respeito das estruturas arquitetônicas dos imóveis do Patrimônio correlacionando-os com o planejamento urbano e a racionalidade do uso dos espaços públicos. Evidenciou-se a problemática ambiental trazida pelo rápido avanço do processo de urbanização que ocorreu na cidade de Londrina com a grande produção de café no início do século XX. No que diz respeito à área geográfica, a interação possibilitou a relação dos princípios e valores da declaração com a realidade socioeconômica dos atores da localidade (modo de trabalho dos homens e mulheres), ou seja, a distribuição do trabalho vindo principalmente da lavoura e pecuária presente no local. A geografia também auxiliou no entendimento do território da bacia hidrográfica do Rio Ribeirão Três Bocas que abrange o Patrimônio Regina, trazendo grandes contribuições para a compreensão do relevo, da drenagem do rio e seus afluentes e a direção do curso do rio.

A Carta da Terra teve um efetivo papel educativo no trabalho interdisciplinar do GVE com o coletivo Jovem Regina Verde, pois possibilitou por meio de seus princípios e valores a interação das diversas áreas, apresentando-se como excelente documento norteador o qual contribuiu grandemente para o processo de desenvolvimento do conhecimento ambiental de todo o coletivo participante.

2. Educomunicação Socioambiental: temas geradores locais. Após a fundamentação nos valores e princípios da Carta da Terra, o grupo partiu para o levantamento histórico-cultural do Patrimônio Regina e dos temas geradores locais, que, após identificados, foram problematizados e produzidos materiais educacionais para conscientização e socialização com a comunidade local. Esta é uma forma de comunicar o resultado dos trabalhos para que não fiquem apenas como um dado acadêmico. Foram diagnosticados os seguintes aspectos: mapeamento da história da comunidade, das condições ambientais de produção, da tecnologia e sistema de produção, das atividades econômicas, da população, da organização do trabalho (homens, mulheres e jovens), do tipo de comercialização e mercado, da organização e comunicação social, dos atores sociais e instituições que atuam localmente, da vida cultural e religiosa; dos recursos naturais, das áreas de preservação ambiental, e por último das experiências e conflitos socioambientais e educacionais existentes. A partir desses aspectos, foram definidos os temas geradores locais, pelo Coletivo Jovem, que são: 1. Aspectos históricos culturais do Patrimônio Regina; 2. Abandono de animais; 3. Uso de agrotóxicos; e 4. Poluição Ambiental. Os temas possuem ampla abrangência em relação às áreas do conhecimento e, ao longo de todo processo,

foram trabalhados nas diferentes ações. O primeiro tema esteve muito relacionado com as atividades da terceira ação, noções da formação histórico-cultural de Londrina, sendo imprescindível os conhecimentos da área de arquitetura e urbanismo para fundamentar teoricamente muitas observações realizadas durante a expedição local sobre a formação e construção histórica dos distritos rurais e do desenvolvimento das cidades, sendo enriquecida ainda, com ferramentas de geoprocessamento, com imagens de satélites e mapas da região. A geografia e a biologia são áreas próximas, e possuem facilidade de interação, principalmente em relação ao trabalho de campo e à gestão do território, contribuindo com análises do relevo, das bacias geográficas, identificação da vegetação e suas características, como a mata ciliar, além da identificação de atores locais, órgãos públicos e privados responsáveis pela gestão do território. A biologia contribui ainda com a identificação de fauna e as relações com o ambiente, noções de bem-estar animal e zoonoses, no tema sobre animais abandonados. Consideramos essa facilidade de interação e gestão do território dentro das áreas citadas, essenciais para o desenvolvimento das atividades integradas e interdisciplinares. Os produtos educacionais serão divulgados e socializados nas redes sociais e na Mostra Ambiental, que está sendo realizada com a comunidade escolar.

3. Noções Gerais Sobre os Elementos da Zona Urbana de Londrina: a imagem da cidade e a relação com seus principais problemas ambientais urbanos. Considerando que os espaços urbanos são, geralmente, os principais cenários da história de uma comunidade, das suas relações socioeconômicas e da sua diversidade física, essa temática consistiu em apresentar aos alunos, de maneira simplificada, as características desde a formação histórico-social de Londrina até sua situação atual, a partir da percepção dos próprios alunos em contato com espaços nunca observados e elementos da cidade nunca estudados por eles, gerando conteúdo para debates posteriores através de pesquisas e visitas a campo.

A ação tornou possível mostrar quais são alguns elementos que formam esta cidade e, em adição, abriu espaço para apresentar alguns exemplos de princípios básicos para a formação de uma cidade sustentável, mesmo que não seja Londrina. A atividade, portanto, prosseguiu para uma análise dos elementos urbanos e de seus problemas em uma escala menor, no caso, a da comunidade local. Nela, os próprios estudantes puderam desenvolver o que foi solicitado por meio de pesquisas de conteúdo feita pela *Web*, no laboratório de informática e visitas a campo.

O objetivo foi estimular atitudes de reconhecimento e valorização local, assim como comportamentos sustentáveis na área onde os estudantes vivem, seja na escala bairro, na escala cidade, e até na escala país. A ação abriu espaço para diálogo e aprendizagem sobre conceitos e práticas sustentáveis que envolvem a observação das características da cidade, a urbanização sustentável, estudos ambientais nos centros urbanos, noções das legislações locais, observação de locais por meio do desenho e da fotografia, e atividades de criatividade em equipe sobre a cidade. Ao final de um conjunto de aulas com as temáticas citadas, foi proposta aos alunos a meta de produzir uma maquete, com orientação do extensionista de arquitetura e urbanismo, representando a localidade do estudo com todas as informações que puderam ser levantadas, nas várias ações.

4. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): identificação de atores sociais na comunidade. Os ODS (2017), promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), sugerem 17 objetivos e 169 metas globais a serem alcançadas para construção de uma sociedade sustentável. Esses objetivos foram utilizados como norteadores da ação, sendo apresentados, discutidos e relacionados com os princípios e valores da Carta da Terra. Os alunos participaram de rodas de diálogos sobre as interações desses temas com a realidade da comunidade local e buscaram descobrir onde os ODS estariam inseridos localmente, quais destes objetivos teriam correlação com o cotidiano do Patrimônio e como poderíamos, como escola ou cidadão, desenvolver as mudanças positivas para o alcance das metas estipuladas.

A utilização de indicadores, pré-estabelecidos pela ONU, nos auxiliou na avaliação do alcance das metas, nos possibilitando refletir sobre a realidade que o país se encontra e pensar localmente na resolução de problemas. Foram feitos comparativos destes indicadores com os dados coletados na comunidade local, e identificados os atores locais responsáveis pela gestão do território. Portanto, as ações envolvendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, oportunizou ao grupo uma visão sistêmica dos problemas identificados pelo coletivo, instigando-os a participarem ativamente da sua comunidade, contribuindo para uma transformação social.

Neste sentido, uma contribuição entre as áreas de conhecimentos como a Geografia, Biologia e Arquitetura e Urbanismo, entre outras inseridas no GEAMA favorecem a ação-reflexão das propostas dos ODS e com estes conhecimentos uma compreensão sobre o geossistema e o ecossistema onde estão inseridos, de forma ampla e dinâmica, contribuindo para a construção de um conhecimento sólido interdisciplinar socioambiental.

5. Considerações finais

Nas ações propostas pelo coletivo no GVE, as áreas de conhecimentos se agregam de forma interdisciplinar e transdisciplinar de modo que os diversos conhecimentos, essenciais as discussões e reflexões sobre as interações da sustentabilidade em suas questões ambientais e antrópicas contribuem para dar destaque às suas consequências para o equilíbrio ecológico e preservação ambiental.

A utilização de tantos recursos foi possível graças a participação integrada dos extensionistas e do Coletivo Jovem, compartilhando por meio de experiências vividas ao longo da sua formação pessoal para a possibilidade de realização de um trabalho integrado, dialógico, participativo, contextualizado a realidade dos educandos e da comunidade em que o CEPR se insere. A culminância das atividades desenvolvidas será com uma exposição à comunidade escolar, explanando todo o conteúdo estudado ao final do processo pedagógico. O contato e diálogo freqüente com a direção e coordenação do CEPR possibilitou o acesso e a execução das

Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

atividades propostas, contando sempre com sugestões e a ajuda de toda a equipe pedagógica. Julgamos essencial a participação efetiva da escola na execução e sucesso do trabalho realizado e na apropriação do conhecimento e ação-reflexão dos educandos frente a sua escola e comunidade, agora como agentes formadores e transformadores.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. São Paulo: **Mestre Jou**, 1970.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRENES, A. Um guia para usar a Carta da Terra na Educação. In: GADOTTI, M. A Carta da Terra na Educação. São Paulo: **Instituto Paulo Freire**, p.79-101, 2009.
- CARTA DA TERRA. O TEXTO DA CARTA TERRA. Disponível em:<
http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/Principios_Carta_da_Terra.pdf> Acesso em: 20 nov. 2017.
- GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. São Paulo: **Peirópolis**, 2001.
- _____. A Carta da Terra na Educação. São Paulo: **Instituto Paulo Freire**, 2009.
- GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. Campinas: **Autores Associados**, 2005.
- LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P. P. & Castro, R.C. (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 72-103. 2006.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução: S. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.
- LONDRINA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Parque Estadual Mata dos Godoy**. Londrina, 2017^a. Disponível em:
 <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&Itemid=194>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Distrito Espírito Santo**. 2017^b, Londrina. Disponível em Acesso em: 20 ago. 2017:
http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1089&Itemid=1069&showall=1. Acesso em: 22 ago. 2017.

LOUREIRO, C. F. B.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NOVICK, V.

Contribuições da Teoria Marxista para a Educação Ambiental crítica. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n.77, p.81-97, jan./abr. 2009.

ESTRATÉGIA ODS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013.

ONU. **Organizações das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

THIOLLENT, M. J. M. **A pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOZONI-REIS, M. F. C. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em Revista**, n. 27, p. 93-110, 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-ação em Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 155-169, 2008.

TOZONI-REIS, M. F. C. Educação e sustentabilidade: relações possíveis. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 293-308, 2011.

Agradecimentos: À Universidade Estadual de Londrina pela concessão de bolsa PROINEX/UEL e ao Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEP) da Universidade, e a Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.



ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR E AS ESPECIFICIDADES DA FISIOTERAPIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: DA AVALIAÇÃO AO TRATAMENTO

Allan dos Santos da Silva – (discente UEL / apresentador)
Celita Salmaso Trelha – (docente UEL)
Fernanda Cristiane de Melo – (docente UEL)
Mara Solange Gomes Dellaroza – (Docente UEL/Coordenadora)

Área Temática: **Saúde**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01972** - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA – AIPI

1. Introdução

A melhoria dos cuidados de saúde e das condições socioeconômicas contribuíram para o aumento da longevidade da população, a qual se associa uma maior prevalência de doenças crônicas, de dependência nas atividades da vida diária e do declínio das capacidades cognitivas. As condições de cronicidade, na maioria das vezes, são geradoras do que pode ser denominado processo incapacitante, ou seja, o processo pelo qual uma determinada condição afeta a funcionalidade da pessoa idosa. Neste contexto, funcionalidade é definida como a capacidade do indivíduo se adaptar aos problemas de todos os dias, apesar de possuir uma incapacidade física, mental e/ou social (DUARTE, 2007).

Dessa forma, a avaliação multidisciplinar em idosos é de suma importância, pois a pessoa idosa deve ser tratada como um ser único, individual e cada profissional da saúde com as suas especificidades deve enfatizar as potencialidades do idoso e traçar uma avaliação clara, objetiva e dinâmica.

A interação e o vínculo de relacionamento entre os profissionais envolvidos é um ponto indispensável para um bom diálogo e um olhar global sobre o idoso avaliado.

O projeto, ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA IDOSA, trata-se de um projeto interdisciplinar, envolvendo docentes e estudantes de cinco cursos da área da saúde, que compõe o Grupo de Estudo sobre Envelhecimento da Universidade Estadual de Londrina (GESEN/UEL). O grupo criado realiza há doze anos atividades de extensão, pesquisa e ensino na área de saúde do idoso, com enfoque especial na

assistência a pessoa idosa na atenção primária em saúde, com abordagem interdisciplinar em Unidades de Saúde e área de abrangência, no domicílio e em instituições de longa permanência (ILP).

Além disso, o envelhecimento populacional tem exigido que os cuidadores familiares e profissionais busquem conhecimento específico para o aprimoramento da atenção ao idoso. Assim o objetivo deste projeto é oferecer capacitação para cuidadores formais de idosos. Os serviços envolvidos incluem serviços que atendem aos idosos na cidade de Londrina e região. As estratégias de capacitação ocorreram em duas modalidades, por meio da oferta mensal de teleconferências com discussão de casos e temas pertinentes a saúde do idoso e realização de encontros com a participação da equipe do projeto com os profissionais dos serviços para discussão de casos de idosos atendidos por esses.

Espera-se assim possibilitar a troca de saber entre academia, serviços e comunidade, buscando o aprimoramento de futuros profissionais de saúde além da melhoria da assistência oferecida a pessoas idosas em seus domicílios, nos serviços de saúde e ILP.

2. Referencial Teórico

Têm-se presenciado, nas últimas décadas, maior preocupação em estudar e compreender, de forma mais intensa, o processo de envelhecimento e suas implicações, sejam individuais e/ ou sociopolíticas. Tal fato justifica-se, pois, no Brasil, bem como em todo o mundo, o envelhecimento populacional ocorre de maneira abrupta e rápida (DUCA, 2009). O processo de envelhecimento iniciou-se em países desenvolvidos e tem constituído, contemporaneamente, um dos maiores desafios para saúde pública, principalmente em países subdesenvolvidos que ainda apresentam situações de pobreza e desigualdades sociais.

Estudos enfatizam que em 2020, o país Brasileiro possuirá um contingente superior a 30 milhões de pessoas idosas, alcançando a colocação de sexto país em número da população de idosos (VERAS, 2009).

Considerando o aumento a longevidade da população, as dificuldades culturais e socioeconômicas relacionadas à pessoa idosa e seus cuidadores, ou mesmo a carência de um cuidador domiciliar, o comprometimento da saúde desse idoso e da família, os contraceptivos, a redução do tamanho das famílias, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a falta de tempo na vida atual, e por consequência de conflitos familiares fazem com que a demanda por Instituição de Longa Permanência para Idosos seja crescente (MEDEIROS, 2004). Nesse contexto, a ILPI tornou-se alternativa importante de acolhimento de pessoas idosas, principalmente nos países em desenvolvimento, nos quais questões referentes ao tema ainda são tratadas de forma pouco resolutiva.

Define-se asilo, do grego *ásylos* e pelo latim *asylu*, como uma casa de assistência social onde são recolhidas pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e pessoas idosas (ARAÚJO, 2010). Devido à denominação ampla e na tentativa de minimizar aspectos negativos, como rejeição e pobreza, da designação “asilo”, no início do Milênio a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) desencadeou um movimento para o uso da expressão

“Instituição de Longa Permanência para Idosos”, a qual passou a vigorar definitivamente a partir da Resolução 283 da SBBG, em 2005 (POLLO, 2008).

A definição de ILPI segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, é um estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público-alvo é pessoas de 60 anos ou mais, dependentes ou independentes nas atividades de vida diária, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio (2003).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em um levantamento realizado entre 2006 e 2009, o território brasileiro contava com 3.548 ILPIs, a maior parte delas filantrópicas, com um total de 96.781 residentes, sendo a população feminina representante de 57,3 % desse total. Conquanto seja preconizada a institucionalização de pessoas acima de 60 anos na ILPI, cerca de 12% do total apresentavam idade inferior a essa. Cada instituição abrigava 28 habitantes em média, sendo assim essa considerada como pequena. Assim, o Brasil dispunha de um total de 109.447 leitos, dos quais aproximadamente 90% encontravam-se ocupados, indicando que as instituições estavam operando com quase toda sua capacidade (KANSO, 2010).

O art. 229 da Constituição Federal defende que família, sociedade e Estado devem amparar as pessoas idosas (BRASIL, 2005), bem como o art. 3º, do Estatuto do Idoso, prevê o atendimento às pessoas idosas por meio de suas próprias famílias (BRASIL, 2009). Sendo que, conflitos intergerações e familiares acabam por promover a transferência dessa pessoa idosa do âmbito familiar para uma ILPI. Alguns fatores são determinantes na institucionalização da pessoa idosa, entre eles, viuvez, morar sozinho ou ausência de companheiro, ausência de cuidador domiciliar, aposentadoria com rendimento baixo, suporte social precário, aumento de gastos com a saúde, estágios terminais de doença, alto grau de dependência física, necessidades de reabilitação (CHAIMOWICZ, 1999; HERÉDIA, 2004).

Pessoas idosas apresentam-se como sujeitos influenciados e modificados por sua cultura, suas vivências e histórias de vida. O próprio envelhecimento ocorre de maneira particular a cada um, que constrói uma maneira singular de compreender e vivenciar sua velhice. Entretanto, a institucionalização tende a refrear seus internos a um estilo de vida de valorização do coletivo perante o individualismo, pautando-se no estabelecimento de regras, na redução da rede social, do trabalho e da independência financeira, que levam a pessoa idosa não só a adaptar-se às mudanças de espaço físico, mas sim desviar o planejamento de sua vida de forma repentina e severa, assim, tal processo pode promover, na pessoa idosa, grandes transformações do ponto de vista pessoal e do seu papel social.

Goffman, indica que tal transformação desencadeia, inicialmente, uma “mortificação do eu”, que suprime tanto a concepção de si mesmo quanto da cultura que traz consigo, originárias de sua vida familiar e civil na sociedade. Deste modo, a pessoa idosa que antes de ser institucionalizada construía seu mundo-vida em meio à sociedade, à família, a um ambiente produtivo e independente, com dinâmicas próprias, necessitará reinventá-lo a partir do momento em que passa a residir em uma ILPI, desconstruindo-o e construindo-o conforme a nova vivência, com o afastamento familiar e social, com a limitação da produtividade, na ausência de perspectivas e segundo a dependência e obediência dos profissionais da instituição (2001). No

contexto do envelhecimento da população brasileira, sem dúvidas, a ILPI ocupa um espaço necessário e relevante na assistência à pessoa idosa, principalmente àquelas com limitado suporte familiar.

3. Procedimentos Metodológicos

Sobre o projeto

O projeto tem uma característica muito peculiar que é o ACOLHIMENTO, o envolvimento que os alunos passam a adquirir com os idosos do ILPI, o envolvimento com outros profissionais de saúde, alunos de outros cursos, a visão de profissionalismo, de diálogo é completamente outra depois do projeto, traduzir de maneira multidisciplinar as avaliações, os achados sobre os pacientes é muito difícil no começo, mas é um desenvolvimento muito interessante e que agrega muito ao aluno.

Por exemplo, falar sobre força muscular, sua graduação, os músculos envolvidos, origem e inserção muscular para outros fisioterapeutas é mais automático, mas traduzir isso para uma linguagem onde alunos de enfermagem, medicina, profissionais nutricionistas, cuidadores possam entender o que isso tem a dizer sobre a funcionalidade daquele idoso é muito difícil no início, um desafio, que é vencido a cada discussão de caso na instituição.

Com três ações bastante distintas, o projeto tem reuniões mensais, realizadas na segunda e sexta-feira de todo mês, onde ocorrem palestras sobre cuidados de pessoas idosas, é voltada para cuidadores informais, são palestras sobre atividade física, autocuidado, relacionamento com a pessoa dependente e demência.

Também são realizadas intervenções com esses cuidadores, diálogos com psicóloga convidada, artesanato, música para fazer com que aquele momento seja único e prazeroso (Figura 1).

No Quadro 1 pode ser observado as atividades desenvolvidas no ano de 2016.

Quadro 1 - Calendário de palestras aos cuidadores e familiares de idosos 2016

MÊS	DATA	ATIVIDADE
MARÇO	10	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min Arthur Vigatto – Psicólogo do CEGEN Cornélio
ABRIL	7	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min - Prof Fernanda C Mello – Docente de fisioterapeuta UEL
MAIO	12	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min – Dr Marcos A S Cabrera - Geriatra UEL
JUNHO	9	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min - Dr Monica - Psicologa – Londrina
JULHO	14	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min – Prof Denilson Teixeira – Docente de Educação Física - UEL
AGOSTO	11	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min – Mario Molari – Docente da UEL
SETEMBRO	1	SIMPÓSIO - Anfiteatro Cyro Grossi - CCB
	15	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min - Elaine Mateus – Docente da UEL Coordenadora do Setembro Lilás – Campanha de Conscientização sobre o Alzheimer
OUTUBRO	6	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min – Prof Celita S Trelha – Docente de Fisioterapia UEL
NOVEMBRO	10	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min – Natália Brandão - Docente da Faculdade de Apucarana. (contato Fábio)
DEZEMBRO	8	Encontro de cuidadores sala 593 CCS/odonto a partir das 14h e 30 min – Sensibilizart (a confirmar)

Fonte: GESEN: Grupo de Estudos sobre Envelhecimento

Figura 1 - Intervenção de música e artesanato no encontro de cuidadores

Fonte: acervo do autor (junho 2017)

Os alunos também são incentivados a desenvolver trabalhos científicos e estimulados a apresentar em eventos. O grupo organiza o Simpósio Assistência Integral e de Qualidade a Idosos, estando em 2017 em sua sétima edição. Em 2017, o tema do VII Simpósio foi: Demências - desafios para a pessoa idosa, família e profissionais de saúde, e contou com a participação e apresentação de estudo de caso (Figura 2).

Figura 2 - VII Simpósio de Assistência Integral a idosos: Demências - desafios para a pessoa idosa, família e profissionais de saúde



Fonte: acervo do autor (setembro 2017)

Atividades na ILPI

As atividades são realizadas no decorrer dos meses, onde os alunos de cada área realizam avaliações, discussões com os profissionais que atuam na instituição, intervenções e aborda o problema do idoso na sua área de atuação.

Os alunos são separados em grupos de atuação, ou equipes compostas por alunos dos cursos de enfermagem, fisioterapia e medicina, realizam as atividades em um (ou no máximo dois) idosos por mês, estudam o caso, elaboram a avaliação, sugestões e condutas e, uma vez por mês é realizada a discussão na ILPI, a fim de que as avaliações realizadas por cada equipe sejam expostas para os profissionais do lar, coordenadores e professores que atuam no projeto e juntos, discutidas e posteriormente elaborado um plano de assistência interdisciplinar com propostas para a melhoria da qualidade de vida desses idosos.

Atuação da Fisioterapia

Os alunos do Curso de Fisioterapia realizam avaliações cinético-funcionais nos idosos, objetivando encontrar as principais queixas, limitações e problemas funcionais e atuar de forma a potencializar a funcionalidade e independência dos mesmos. É um trabalho cauteloso e que deve ser feito com muito apressado, visto que, são idosos institucionalizados.

A fisioterapia tem um papel bastante específico nesse contexto e com uma avaliação global, tende a despertar a funcionalidade dos idosos, promovendo a prescrição de órteses e adaptações, definição de objetivos e condutas terapêuticas afim de melhorar a qualidade de vida desses idosos.

Trata-se de uma avaliação global, iniciando pela coleta de dados e estudo do prontuário com anamnese, para poder conhecer a história, os dados e o idoso a ser avaliado. Posteriormente é feito o primeiro contato com o idoso, um diálogo, um acolhimento inicial onde avalia-se de forma inspecionada o tufismo, coloração da pele, cicatrizes, hematomas e todos os dados que possam ser importantes.

O exame físico é feito por meio de:

- ✓ Palpação: de estruturas ósseas, tufismo muscular, grupos musculares, articulações; temperatura da pele, edema;
- ✓ Sinais Vitais: Frequência cardíaca, frequência respiratória, pressão arterial; saturação;
- ✓ Amplitude de movimento: de todas as articulações;
- ✓ Força muscular: é realizado o teste de força muscular nos principais grupos musculares;
- ✓ Equilíbrio: Teste de Tinetti, Romberg e Tandem;
- ✓ Avaliação da marcha: iniciação da marcha, comprimento e altura do passo, simetria dos passos, base de apoio, tronco, desvio de linha reta;

Ainda assim, dependendo da história e comorbidades associadas que o idoso apresenta são realizadas avaliações fisioterapêuticas específicas: vascular, venosa, neurológica, respiratória, reumática, sendo que cada avaliação contém testes específicos de diagnóstico.

4. Resultados e Discussões

Cada idoso avaliado pela fisioterapia passa, primeiramente, por um procedimento de avaliação inicial, conforme descrito anteriormente na metodologia, e visto a necessidade de outros procedimentos, são realizadas avaliações mais específicas de cada área da fisioterapia para abordar de melhor forma o idoso a ser avaliado, fazendo com que a avaliação seja mais detalhada possível.

São avaliados um ou dois idosos por mês, mas de maneira didática e para poder apresentar de forma mais clara e descritiva, somente um estudo de caso foi escolhido para a discussão.

Figura 3 - Treino de equilíbrio e marcha



Fonte: acervo do autor (agosto 2017).

Estudo de caso

Trata-se de uma idosa denominada Dona Margarida (nome fictício) com diagnóstico de esquizofrenia que reside no lar há nove meses. A idosa sofreu grandes traumas na infância e isso impactou no seu processo de envelhecimento. Por meio de uma abordagem e avaliação multiprofissional, é possível enfatizar a repercussão da história de vida de Dona Flor em suas limitações hoje em dia.

Foram realizadas avaliações da medicina, enfermagem e da fisioterapia, cada qual com suas particularidades, mas abrangendo a idosa como um todo. Na avaliação fisioterapêutica o que mais se destaca foi que a idosa não apresenta grandes limitações articulares, mantendo amplitude de movimento preservados e grau de força muscular no geral 4, caracterizando o que deveria ser um idoso funcional. Porém, o equilíbrio da idosa é bastante prejudicado, onde os testes de Romberg e Tandem foram positivos, no teste de Tinetti em relação ao equilíbrio o escore foi 11, e de marcha escore 6, totalizando 17, onde o risco de queda é elevado. Ainda, a disfuncionalidade devido a diminuição de força e preensão palmar da mão direita é uma das limitações mais importantes da idosa. A avaliação cognitiva foi feita por meio do Mini Exame de Estado Mental com escore de 18 e a avaliação da Atividade de Vida Diária foi avaliada pelo Escala de atividade básica de vida diária – KATZ.

Portanto, identificar uma intervenção multiprofissional que ajude a diminuir a falta de afetividade e criar vínculos afetivos entre idosos, foi pensado em uma atividade com os idosos da instituição de longa permanência que desse mais expressão a eles, essa atividade seria a produção de vasos com argilas pelos próprios idosos e o cultivo de plantas em que pudessem cuidar todos os dias ajudando assim nas suas dificuldades de afetividades e ajudando também a melhorar sua visão da instituição aumentando a harmonia no local e ainda, relacionar os objetivos de intervenção medicamentoso e fisioterapêuticos para promoção de qualidade de vida para essa idosa.

Considerações Finais

A importância do acolhimento multidisciplinar em idosos é algo que deve ser sempre discutido e enfatizado, uma vez que o processo de envelhecimento leva o idoso muitas vezes a necessitar de auxílio de profissionais de diferentes áreas da saúde. É um processo que tem implicações físicas, psicológicas e sociais, onde cada profissional tende a trazer para seu contexto a avaliação e tratamento desse idoso, e é interessante dar prioridade a um diálogo global sobre a saúde e qualidade de vida desse indivíduo,

A fisioterapia tem papel determinante para proporcionar o diagnóstico cinético-funcional e garantir que esses idosos explorem suas potencialidades e funcionalidades, trazendo para eles uma vida mais funcional e digna.

Portanto, pode-se concluir, que o projeto que visa o bem estar e atenção à pessoa idosa, aos cuidadores e idosos institucionalizados é uma ferramenta para a colaboração do profissional, dos alunos, de todos os envolvidos para a comunidade, onde todos de alguma maneira se beneficiam.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO C. L. O.; Souza L.A.; Faro A. C.M. **Trajatória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. Enf. Rev. Eletr. 2010.

BRASIL. Constituição Federal. In: Angher AJ. Vade mecum acadêmico de direito. 2ª ed. São Paulo: Rideel; 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso/Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CHAIMOWICZ F.; Greco DB. **Dinâmica da institucionalização de idoso em Belo Horizonte**. Brasil: Rev. Saúde Pública, 1999.

DUARTE, Y. A. O.; Andrade, C. L.; Lebrão, M. L. **O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos**. *Revista da Escola Enfermagem da USP*, 2007.

DUCA G. F. D.; Cozzensa Silva M.; Hallal P.C. **Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos**. Rev. Saúde Pública, 2009.

GOFFMAN E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7ª ed, São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HERÉDIA V.B. M.; Cortelletti I.A.; Casara M.B. **Institucionalização do idoso: identidade e realidade**. Caxias do Sul, RS: Educs/Edipucrs, 2004.

KANSO, S.; Camarano A.A.; Mello J.L.; Carvalho D.F. **As Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-M, 2010.

MEDEIROS S. A. R. **O lugar do velho no contexto familiar**. Rio de Janeiro, 2004.

POLLO S. H. L. Instituições de longa permanência para idosos–ILPIS: desafios e alternativas no município de Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol*, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Manual de funcionamento para Instituição de Longa Permanência para Idosos**. São Paulo, 2003.

TINETTI, M. E. **Performance-oriented assessment of mobility problems in elderly patients**. *The Journal of the American Geriatric Society*, 1986.

VERAS R. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações**. *Rev. Saúde Pública*, 2009.

VERISSIMO, M. T. **Avaliação Diagnóstica dos síndromes demenciais: Escala de Depressão geriátrica**. Porto: Serviço de Neurologia do Hospital S. João do Porto, 1988.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Manual de funcionamento para Instituição de Longa Permanência para Idosos**. São Paulo, 2003.

Agradecimentos: FAEPE/UEL



ADOÇÃO: A DINÂMICA DE FAMÍLIAS ADOTIVAS E ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS UTILIZADAS NA PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA COM ESTE PÚBLICO

Caroline da Silva Fantini – (discente UEL / apresentador)
Maíra Bonafé Sei– (docente UEL)

Área Temática: **Saúde Humana**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01929**

1. Introdução

Este trabalho é baseado no projeto de extensão 1929, intitulado “Psicoterapia Psicanalítica de Casal e Família na Clínica Psicológica da UEL”. O projeto atende casais e famílias encaminhados para a clínica ou que tenham buscado o atendimento por demanda espontânea. A literatura aponta que frequentemente o paciente identificado configura-se como um porta-voz de uma problemática do casal ou grupo familiar como um todo. Nestes casos, a intervenção de escolha deveria ser justamente, a psicoterapia de casal e família, haja vista a proposta de trabalho com os vínculos estabelecidos no âmbito conjugal e familiar.

A Psicoterapia é realizada semanalmente na Clínica Psicológica da UEL junto a casais e famílias, sendo que os discentes de Psicologia são os responsáveis pelo atendimento que conduzem a psicoterapia após capacitação realizada por meio de supervisões grupais e individuais. A partir deste projeto, nota-se que a comunidade pode participar de uma modalidade de intervenção que ainda está pouco presente nos serviços psicológicos. O projeto busca, assim, ofertar uma formação do discente de Psicologia em um sentido mais ampliado da psicologia clínica, dado o intuito de contemplar aspectos não apenas intrapsíquicos, mas também o campo da intersubjetividade.

Por meio deste trabalho, objetiva-se discutir questões concernentes ao atendimento psicoterápico pelo referencial psicanalítico, realizados por meio do projeto acima descrito. Buscou-se para isso discorrer sobre um atendimento realizado com uma família adotiva, que procurou a psicoterapia de forma espontânea. Pretende-se refletir sobre o processo de adoção, a partir de conteúdos trazidos na psicoterapia familiar, discutindo a dinâmica de famílias adotivas e as estratégias interventivas utilizadas no âmbito da psicoterapia psicanalítica de casal e família com este público.

2. Referencial Teórico

a. A adoção e configuração do setting de atendimento em Psicoterapia Psicanalítica de Família

A adoção se configura como um processo complexo, influenciado por questões conscientes e inconscientes por parte dos pais, implicando uma reorganização da dinâmica conjugal e familiar. Implica na construção de relações parentais com pessoas que não estão ligadas pela genética, oportunizando, ademais, que crianças e adolescentes que não puderam ser criadas pelos pais biológicos façam parte de uma família. Por outro lado, faz com que casais que se depararam com questões de infertilidade, medo de uma gravidez, ou até pessoas que não possuem um parceiro, exerçam a parentalidade. As relações parentais que se formam na família adotiva baseiam-se mais especificamente nas intersecções afetivas que caracterizam os seus membros do que na continuidade biológica. (LEVINZON, 2006)

A idealização da pessoa que será adotada, em outras palavras, o fato de se colocar uma expectativa em relação ao filho adotado, muitas vezes poderá resultar em dificuldade no estabelecimento de vínculo e relacionamento com este filho. A idealização pode gerar consequências prejudiciais para o adotado, especialmente ao considerar a história pregressa, e possíveis vivências de privação ambiental, negligências e violências dos pais biológicos. (LEVINZON, 2006).

Mendes (2007) ressalta que a família adotante traz um repertório de ansiedades em relação à chegada do filho adotivo. Passam por desgastes do processo de avaliação junto ao Fórum, pois: “fez refletir sobre suas motivações e entrar em contato com sentimentos profundos ligados à paternidade e à filiação” (MENDES, 2007, p. 11). Nesse sentido, ficam em posição diferente dos pais que têm filhos biológicos, pois não necessitam ser avaliados em suas capacidades. O autor acentua que os pais de crianças adotadas vão deparar-se mais tarde com a história passada das crianças, que comporta separações e dores. Por conta da dificuldade e lidar com essas questões, há uma tendência em procurar esquecer a história pregressa da criança, idealizando um nascimento a partir do momento da chegada à família adotiva.

Winnicott (1953/1997) afirma que quando a história anterior do adotado não foi suficientemente boa em relação à estabilidade do ambiente, os pais que adotam esta pessoa, passam a ser “pais-terapeutas”. Neste sentido, observa-se ser frequente os casos em que os pais não possuem a ideia de que terão a necessidade de dedicação e paciência com as crianças adotadas além daquilo que era inicialmente esperado. Este fato remete ao encaminhamento das famílias adotivas para serviços de psicoterapia haja vista as dificuldades, sentimentos de decepção e até arrependimento pela adoção (LEVINZON, 2006).

A adoção configura-se como uma ação que implica na necessidade de uma reorganização da família, seja no que se refere ao espaço físico habitado por todos, de forma a proporcionar um lugar para aqueles que chegam, seja no campo psíquico, trabalhando-se os vínculos de filiação e afiliação (BENGHOZI, 2010). Assim, pensa-se ser pertinente a realização de uma intervenção que possa contemplar justamente a dinâmica da família, trabalhando-se os vínculos e papéis estabelecidos no grupo familiar.

Ghirardi (2009) indica que a possibilidade de a adoção vir a ser ou não uma experiência criativa depende da dinâmica do casal e da família. A autora ressalta que existem motivações subjetivas dos pais para a adoção, em que a infertilidade e a

alteridade da origem da criança, são alguns dos fatores que tendem a intensificar os conflitos já existentes na relação, e em alguns dos casos podem levar à devolução.

Argumenta que há “a necessidade dos adotantes superarem as dores relacionadas à ausência do filho concebido biologicamente e da elaboração dos conflitos gerados pelas origens do filho adotivo para que possam assegurar-se nos lugares da paternidade/maternidade” (GHIRARDI, 2009 p. 66) A infertilidade do casal adotante pode não estar bem resolvida emocionalmente, e assim os pais podem projetar na criança adotiva a sombra daquele filho sonhado e não obtido. A criança poderá carregar a missão tapar os sentimentos ligados à frustração gerada pela impossibilidade dos pais adotivos.

Por outro lado, percebe-se que os processos de destituição do poder familiar podem implicar em conteúdos carregados de difícil figuração e elaboração, da ordem do silêncio, vergonha, violência e dor. Com isso, pensa-se que os recursos e atividades mediadores podem favorecer o desenvolvimento do processo terapêutico. Neste sentido, a psicoterapia familiar empreendida nestes casos acaba por fazer uso de recursos como o genograma familiar (FRANCO; SEI, 2015), espaçograma (BENGHOZI, 2010), desenho da família (SEI, 2011), entre outras estratégias que contribuem para a emergência de conteúdos inconscientes e, por vezes, inomináveis, fomentando a apreensão e elaboração deles.

A partir da perspectiva winnicottiana, os materiais artísticos-expressivos facilitam o “ambiente suficientemente bom” importante para o desenvolvimento adequado, proporcionando uma linguagem de comunicação inovadora e pautada no criar, construindo um *setting* aberto à criatividade, em que presença viva do terapeuta colabora para o tratamento. Desta forma, a psicoterapia familiar realizada no serviço em questão foi mediada por recursos artísticos-expressivos no *setting*, com propostas de certas atividades em sessões com os familiares visando contribuir para o desenvolvimento do processo terapêutico (SEI, 2011).

3. Procedimentos Metodológicos

Objetiva-se por meio deste estudo, a partir de conteúdos trazidos na psicoterapia familiar, discorrer sobre a dinâmica de famílias adotivas e o processo psicoterapêutico implicado no atendimento a uma família. O referencial teórico que embasa a prática é a Psicanálise de Casal e Família, mediado por recursos artísticos-expressivos. O atendimento foi realizado no serviço-escola de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina-UEL, a partir de um projeto de extensão. Especificamente o caso em atendimento é uma família adotiva, que chegou à Clínica Psicológica de forma espontânea.

4. Resultados e Discussões

De maneira a ilustrar aspectos do que foi pontuado teoricamente sobre a adoção e da psicoterapia psicanalítica de casal e família com este público, opta-se por trazer recortes de atendimentos realizados a uma família adotiva. Trata-se de um casal que adotou irmãos, uma menina (3 anos) e um menino (6anos), em decorrência de um quadro de infertilidade, que gerou a opção pela adoção.

A família tinha muito receio e curiosidade sobre o passado dos filhos e ficou evidente o quanto esse passado não conhecido “assombrava” a dinâmica familiar e a relação com as crianças. Eles trouxeram como queixa inicial a insegurança em relação

à adoção dos filhos, medo de errar na educação e pretendiam fazer diferente do que tinha sido o passado das crianças.

Optou-se por trabalhar com uma mudança de *setting*, em que os atendimentos ocorrem de maneira alternada, uma sessão com toda família, outra só com os pais adotivos. Esse novo arranjo possibilitou que fossem trabalhados conteúdos que não eram expressos em sessões com a presença dos filhos adotivos.

Notou-se que quando as crianças adotivas estavam presentes, algumas coisas acerca da adoção, da história pregressa das crianças não eram ditas, como também questões da vida pessoal do casal adotante. Por outro lado, quando houve a mudança do *setting*, também ocorreu mudança na relação transferencial e andamento da psicoterapia familiar que passou ter uma função importante de orientação aos pais adotivos.

Observou-se que recursos utilizados facilitaram o processo terapêutico, pois trouxeram à tona conteúdos inconscientes, não ditos. Como exemplo, o fato que o casal queria adotar apenas um filho, tendo sido verbalizado por eles que queriam inicialmente um filho e que fosse de idade até quatro anos. Nesse sentido, por conta da não separação dos irmãos, durante os atendimentos surgiram questões relativas ao menino, por ser mais velho, ser esse filho inconscientemente não desejado pela família adotiva, aquele que chegou “depois” e não passou objetivamente pelo desejo e idealização dos pais.

Esse aspecto apareceu em algumas produções artísticas-expressivas, como na *figura 1*, em que foi solicitado um desenho livre, que devia ser nomeado por uma temática. O menino nomeia: “afeto é abraço quentinho, é alegria”, fez um desenho de si próprio e ao redor coloca muito glitter. A psicoterapeuta perguntou quem ele estava abraçando e ele indicou: “eu mesmo” (*sic*). Entendeu-se que por meio desse recurso, ele pôde expressar questões inconscientes implicados na adoção, como o vínculo frágil e também questões da ordem do filho não idealizado por parte dos pais, em que ele inconscientemente sentia-se como ainda necessitando de afeto, de se inserir objetivamente e subjetivamente na dinâmica familiar da nova família adotiva. Nesse sentido, Ghirardi (2009) defende que:

Na tentativa de recuperar aspectos perdidos de seu próprio narcisismo e assim se verem ressarcidos, os adotantes tendem a superestimar as características da criança a ser adotada e também a adoção, vista como uma saída mágica e onipotente para a superação das próprias perdas. Fenômeno inconsciente e muito frequente na experiência clínica com a adoção, a idealização tende a desencadear imensas frustrações tanto nos pais como nos filhos adotivos. Quando presente, é geradora dos sentimentos de fracasso, uma vez que a criança, apesar de suas constantes tentativas, não consegue preencher as expectativas que os pais colocam sobre ela. Dessa forma, as expressões de sua subjetividade, evidência da alteridade, não poderão ser por eles aceitas e reconhecidas dentro de um campo familiar. Alijada das manifestações que refletem sua singularidade, não será possível à criança ascender à sua própria dimensão subjetiva e singular. (GHIRARDI, 2009, p. 67)

Em outra atividade proposta, também de livre expressão, a menina, representou por meio de recortes e desenho (*Figura 2*), duas girafas, que disse ser

Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

mãe e filha, que dormiam na mesma cama, e que a girafa estava cercada para não fugir. Nota-se que a menina havia representado conteúdos significativos em sua produção, ao delinear as girafas, compreendendo-se que, de certo modo ela estava representando sua própria relação com sua mãe, uma relação colada. Ressalta-se ter observado durante os atendimentos, dificuldades de separação, onde as crianças dormiam com os pais, como maneira de se ligar, criar vínculos afetivos com os pais adotivos. Quando a menina representou as girafas cercadas, pôde-se supor que ela tinha receios de uma possível devolução diante da adoção, pressupondo a necessidade de reafirmar o vínculo afetivo familiar. Desse modo, compreende-se que havia um vínculo frágil quando se tratava da adoção, e conseqüentemente um medo que esse vínculo se quebrasse. Para que se estabelecesse um vínculo, a família fazia identificações entre si, às crianças com os pais e os pais com os filhos.

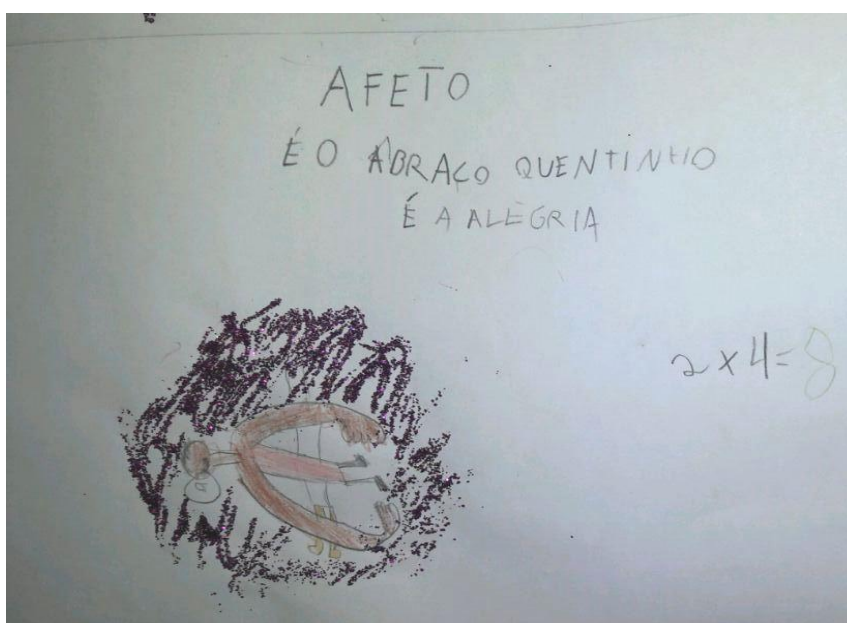


Figura 1



Figura 2

5. Considerações Finais

Bem como ressalta Levinzon (2006, p.31), a adoção está envolta por questões como “a fertilidade, o luto por não ter podido gerar o seu filho, ambivalência presente Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

no contato com a criança, a percepção e aceitação das diferenças físicas ou de temperamento, sua persistência e tolerância diante das dificuldades inerentes ao processo de adoção [...]”. A autora ainda aponta que é possível identificar nos pais feridas narcísicas que se defrontaram com suas limitações e diferenças em relação à criança, fato que pode gerar um conjunto de questões inconscientes que prejudicam os relacionamentos.

Desse modo, com este trabalho identificamos a importância e necessidade do desenvolvimento de práticas e técnicas que visem à adequação profissional, que estejam sintonizadas com as necessidades das crianças e famílias adotivas, abrindo espaços para mudanças psíquicas na dinâmica familiar e entendimento do processo de adoção. Acredita-se que, por meio da psicoterapia familiar, pode-se ofertar um ambiente suficientemente bom, que seja promotor de saúde, e que a família adotante consiga aos poucos lidar com as questões que envolvem a adoção.

A maneira como o setting foi organizado, uma sessão com toda família, outra só com os pais adotivos, foi interessante para o desenvolvimento do processo terapêutico. Pensa-se que este enquadre configura-se como uma alternativa importante que vêm auxiliando para elaboração dos aspectos inconscientes por parte dos pais que adotaram e também dos filhos adotivos. Tanto em orientações de pais como em psicoterapia, os pais podem rever seus sentimentos verdadeiros acerca de si e seus filhos, e “sentem-se ‘adotados’ pelo profissional, com quem dividem suas dúvidas e angústias. Juntos trilham o caminho das descobertas de seu mundo psíquico e do desenvolvimento” (LEVINZON, 2006, p.31). Possibilitam, assim, novas ferramentas para a resolução de problemas enfrentados pela família, contribuindo para a promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

BENGHOZI, P. Malhagem, filiação e afiliação – **Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social**. São Paulo: Vetor, 2010.

FRANCO, R. S.; SEI, M. B. O uso do genograma na psicoterapia psicanalítica de casal e família. **Gerais: revista interinstitucional de psicologia**, v. 8, n. 2, p. 399-414, 2015.

GHIRARDI, M. L. A. M. A devolução de crianças adotadas: Ruptura do laço familiar. **Pediatria Moderna**, v. 45, n. 2, p. 66-70, 2009.

LEVINZON, G. K. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v.14 n.1, p. 24-31, 2006.

MENDES, L. P. C. **Vínculos e Rupturas na Adoção: do abrigo para a família adotiva**. 217.ff. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

SEI, M. B. **Arteterapia e psicanálise**. São Paulo: Zagodoni, 2011.

WINNICOTT, D. W. (1953). Armadilhas na adoção. In **R.D.W. Shefferd** & D. W. Winnicott (Eds) , **Pensando sobre as crianças**. Porto Alegre, Artes Médicas.



Adolescência e Ato infracional: uma análise do cometimento de ato infracional pelos adolescentes moradores do bairro Vista Bela

Giovanna Marques Luz – (discente UEL / apresentador) – (discente UEL)
Vera Lucia Tieko Suguihiro – (co-autora) – (docente UEL)

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): N° 01980

1. Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proporcionou grandes avanços sociais quando comparado ao Código de Menores, anterior a Constituição Federal de 1988. Estabeleceu as normas e diretrizes para a garantia dos direitos e deveres das crianças e adolescentes agora reconhecidos como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, que precisam ter sua dignidade e subjetividade respeitadas, tendo o Estado, famílias e sociedade o dever de promover a proteção integral e prioritária destes sujeitos.

Partindo dos pressupostos de Proteção Integral à criança e ao adolescente, o ECA também determina que as medidas sócio-educativas aplicadas aos adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional, devem conter uma abordagem fundamentada na ressocialização e integração, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para a concretização da sua formação e pleno desenvolvimento social, cultural, educativo e moral.

Segundo o Art. 103 do Estatuto, são considerados atos infracionais qualquer conduta descrita como crime ou contravenção penal cometidos por adolescentes entre 12 à 18 anos de idade incompletos. Desse modo, o Projeto de Pesquisa e Extensão Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos, recorreu as informações contidas nos Boletins de Ocorrência da Delegacia do Adolescente de Londrina para identificar quais eram os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes do município de Londrina e o local onde residiam.

O resultado desta primeira etapa de investigação permitiu a identificação do Tráfico de Drogas como ato infracional mais cometido nos anos de 2009 à 2017, como também o reconhecimento dos bairros Perobinha e Fraternidade como os territórios em que mais continham adolescentes infratores no ano de 2013.

Para dar continuidade às pesquisas e à extensão propostas pelo Projeto, realizou-se o recorte do Bairro Perobinha onde localiza-se o Residencial Vista Bela, e o convênio com o Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS II, instituição municipal que oferece serviços de proteção a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto. Estes espaços configuram atualmente o espaço para a realização das ações extensão do Projeto.

Este artigo está dividido em três momentos: no primeiro é realizado uma contextualização sócio-espacial do Residencial Vista Bela; no segundo elucida-se os motivos que justificaram o convênio com o CREAS II, assim como uma breve introdução aos serviços realizados na instituição; e no terceiro momento, apresentam-se os resultados da extensão tanto no bairro, como na instituição municipal de proteção especial.

2. Referencial Teórico

2.1 Diagnóstico sócio-espacial do Bairro Vista Bela

O Residencial Vista Bela foi o maior empreendimento de sua época do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal, com o total de 42 mil casas e 45 mil apartamentos entregue à população no ano de 2011. Segundo Vicentim (2015), o bairro está localizado na Região Norte de Londrina que inicialmente era uma área com características para o desenvolvimento rural/agropecuário. O Residencial Vista Bela tem seu território muito afastado do centro da cidade, “está a uma distância aproximada de 8,5km do centro histórico da cidade, e a 3,5km da área de comércio mais próxima, na Avenida Saul Elkind” (VICENTIM, 2015)

Para que o bairro conseguisse aportar maior quantidade de residências, Lopes e Amaral (2015) argumentam que o terreno, ao invés de conter uma casa, foi dividido em dois, construindo casas geminadas para abrigar duas famílias no lugar de uma. Assim, cada família pagaria metade do financiamento do terreno (12 mil reais) e o espaço urbano seria melhor aproveitado.

Lopes e Amaral (2015) afirmam que várias famílias de vários lugares do município que viviam em áreas de risco e “fundos de vale” foram selecionadas para o novo residencial, sem a devida importância aos vínculos afetivos e culturais que antes foram construídos em seus antigos territórios de moradia. Em decorrência desse procedimento, o bairro enfrenta hoje um grande desafio de convívio de vizinhança e também, a dificuldade em desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade dos moradores com o bairro.

O residencial Vista Bela enfrenta ainda mais um grande problema estrutural: a falta de políticas públicas/ sociais e outros serviços básicos para a população do bairro. Quando se planejou o residencial, as diretrizes do projeto

“solicitavam apenas os seguintes serviços de infraestrutura urbana: a) Terraplanagem do leito das ruas e passeios; b) Locação de quadras e datas; c) Meio-fio com sarjetas e execução de calçadas e muretas; d) Galeria de água potável; e) Rede de energia elétrica com iluminação pública; f) Rede de água potável; g) Pavimentação asfáltica das ruas; h) Urbanização de praças, conforme Lei Municipal 2.915/78; i) Arborização das ruas; j) Rede de esgoto.” (VICENTIM, 2015. p 34)

É forçoso reconhecer que a qualidade de vida e os direitos sociais da população que iria habitar o novo residencial não foram elencados como prioridade. Entre o período de 2011 até o presente momento não há a existência de serviços como: Educação Pública, Centro Municipal de Ensino Infantil (CMEI), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Postos de Saúde, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), áreas de lazer, sinalização urbana e de transporte, serviços terceirizados (supermercado, instituições financeiras, farmácias) entre outros. Os serviços ofertados hoje existentes surgiram no interior dos terrenos exclusivos para a moradia, constituindo-se em pequenos estabelecimentos comerciais, como feiras, brechós, tabacaria, borracharia e mercadinhos para uma maior acessibilidade aos moradores. Para ter acesso a todos esses serviços citados e tantos outros, a população precisa se locomover até os bairros vizinhos ou utilizar o transporte público urbano que é escasso (somente duas linhas de ônibus) e demandam muito tempo de deslocamento.

A falta de infraestrutura básica e a negligência estatal em garantir minimamente os direitos sociais e fundamentais previstos na lei (Constituição Federal de 1988, Art.5) aos moradores do bairro podem ser evidenciadas nas entrevistas realizadas pelo Projeto de Pesquisa e Extensão. Totalizou-se 228 questionários com dez perguntas objetivas e de identificação, como também perguntas abertas, aplicados aleatoriamente para os residentes do bairro Vista Bela. Para a aplicação do questionário o bairro foi dividido em cinco regiões: norte, sul, leste, oeste e central. Dentre as perguntas, duas questões formuladas foram escolhidas para ilustrar a conjuntura de precariedade do bairro: *"Você mudaria algo no bairro? O que? Por quê?"* e *"Qual a sua opinião sobre a vida dos jovens no Vista Bela?"* Entre as respostas podemos encontrar frases que confirmam a indignação e frustração de alguns moradores com seus relatos que exemplificam a omissão da responsabilidade do poder público e a intrínseca relação entre os adolescentes e o tráfico de drogas. Não cabe a este resumo expandido apresentar todas as falas dos moradores entrevistados, mas, a título de ilustração, alguns relatos serão expostos à seguir:

Relato do morador 1: "Se eu pudesse mudar algo eu colocaria um espaço para as crianças poderem brincar, os meninos estudarem, plantaria mais árvores e melhoraria o comércio. Não tem nada aqui, só tem casa e boca de fumo.";

Relato do morador 2: "A vida dos jovens daqui podem ser boa, mas depende da pessoa por causa do fácil envolvimento com drogas."

Relato do morador 3: "Falta atividade para os moradores, tem a biblioteca, mas é para as crianças"

Relato do morador 4: "Situação precária, muitos jovens perdidos, desocupados, drogas"

Relato do morador 5: "A maioria – dos jovens – roubando e traficando, sem estudo e oportunidade"

Relato do morador 6: "Difícil. Não tem educação, faltam escolas, algumas coisas para fazer de bom. Não tem nada pra fazer e eles ficam com a cabeça vazia"

Relato do morador 7: "A situação não é muito boa, pois não tem atividades. As portas são fechadas para os jovens"

Relato do morador 8: "Não tem nada para fazer no bairro, não tem trabalho"

Relato do morador 9: “Os jovens são desocupados”

Relato do morador 10: “Muito largados, não tem oportunidade”

Dessa forma, a revisão bibliográfica dos estudos acima citados e os relatos registrados dos questionários produzidos pelo Projeto Juventude e Violência, formam a contextualização sócio-territorial do bairro que agora representa a materialização das ações interventivas do projeto de pesquisa e extensão.

2.1 Extensão no Centro de Referência Especializado em Assistência Social - serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto (CREAS II).

A razão pela qual foi realizado o convênio para a extensão do Projeto Juventude e Violência no Centro de Referência Especializada em Assistência Social fundamentam-se na necessidade de conhecer os serviços de proteção inseridos na rede de socioeducação de Londrina, e também na aproximação com os adolescentes cumpridores de medidas sócio-educativas em meio aberto.

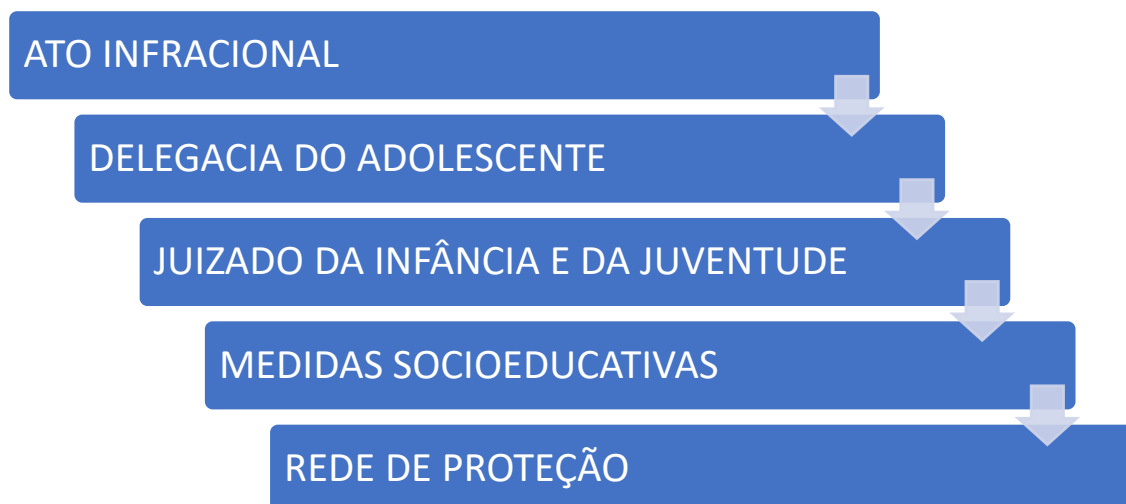
O convênio foi efetivado por meio da modalidade de estágio curricular obrigatório de um dos alunos bolsistas do Projeto. Ao realizar-se a pesquisa—ação dentro da instituição, o Projeto Juventude e Violência agregou o conhecimento do funcionamento da instituição de proteção, dos serviços públicos articulados em rede, das medidas sócio-educativas, do perfil dos adolescentes usuários do serviço e, principalmente, a criação de vínculos e aproximação com os adolescentes moradores do Vista Bela que cometeram algum tipo de ato infracional e estão cumprindo medida em meio aberto na instituição.

A seguir, apresentaremos uma introdução da dinâmica dos serviços realizados no CREAS II e a trajetória que o adolescente cumpridor de medida sócio-educativa realiza, deste quando comete o ato até a finalização da medida.

O CREAS II, no processo de supervisão do/a adolescente, realiza o acompanhamento familiar e busca a integração com a rede de proteção, em especial com as políticas de saúde, educação, esporte, profissionalização e trabalho, visando a inserção social do jovem. Ressalta-se que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, tem por finalidade prover atenção psicossocial e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente, devendo contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal, familiar e social, contribuindo para o rompimento da prática do ato infracional.

Os serviços prestados aos usuários pela instituição correspondem às atividades que proporcionam o desenvolvimentos das medidas sócio-educativas determinadas, Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), como: atendimentos individuais do Serviço Social, atendimentos individuais da Psicologia, oficinas em grupo (Adolescência e Vulnerabilidade, Trabalho, Diversidades, Educação e Arte, Interpretação da medida, Família e Projeto de Vida), promoção do acesso à informação, atividades externas, visitas domiciliares, articulação com as outras redes de serviço público e social ou entidade filantrópica, passeios com os adolescentes, visitas aos centros de educação ou qualquer outro reforço demandado pelo usuário e sua família.

A trajetória do adolescente até chegar aos serviços do CREAS II, segundo o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Londrina (2015-2024), é apresentado no fluxograma a baixo:



De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) as “Medidas Socioeducativas possuem em sua concepção básica uma natureza sancionatória”, ou seja, quando associa-se à responsabilização judicial o apoio psicossocial e sociopedagógico promove-se a proteção social necessária ao adolescente para o seu desligamento com o ato infracional. A rede de proteção sócioassistencial também realiza a supervisão das famílias dos adolescentes, proporcionando subsídios que facilitam ainda mais o seu desenvolvimento social, educacional e moral.

3. Procedimentos Metodológicos

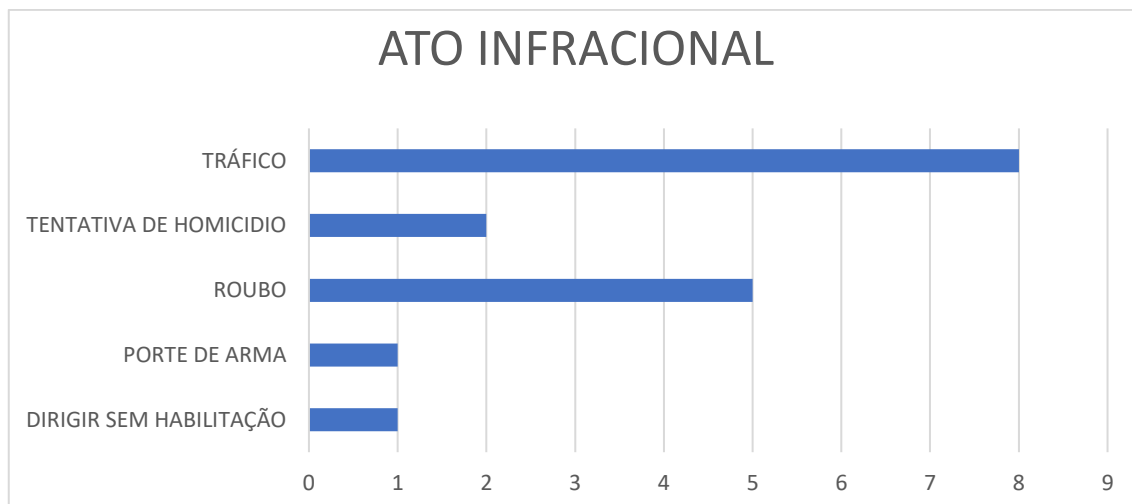
Para que o artigo pudesse construir as suas bases de pesquisa e extensão o Projeto de Pesquisa e Extensão Juventude e Violência utilizou-se de duas principais metodologias: primeiro realizou-se a modalidade de pesquisa quali-quantitativa utilizada na aplicação dos questionários com os moradores do Residencial Vista Bela.

Depois, a metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996) pautada no estudo exploratório, proporcionados pela extensão na Delegacia do Adolescente de Londrina, no Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS II e no próprio bairro; e na pesquisa das referências bibliográficas presentes no diagnóstico sócio-espacial do Vista Bela, nas análises sobre as legislações apresentadas e na compreensão da realidade estudada.

4. Resultados e Discussões

Os resultados da extensão no CREAS II podem ser visualizados na apresentação do perfil dos adolescentes moradores do bairro Vista Bela que no ano de 2017 foram institucionalizados para o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto

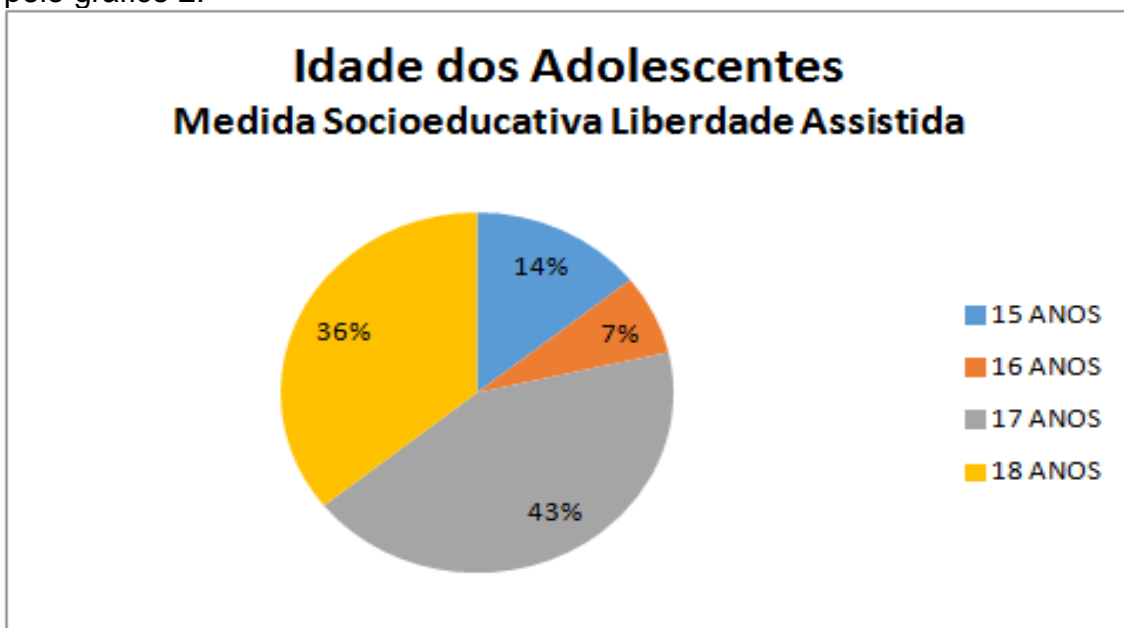
Até o momento do mapeamento desses adolescentes, realizado no dia vinte de outubro de 2017, havia dezessete adolescentes do sexo masculino cumprindo medidas no CREAS II. Dentre esses meninos, oito receberam a determinação judicial devido ao envolvimento com o tráfico de drogas no bairro Vista Bela, conforme apresentado no gráfico 1:



FONTE: Controle interno do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS II

. Esta informação vai ao encontro dos dados recortados dos boletins de ocorrência da Delegacia do Adolescente que mostrou a maior incidência de atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas.

Outra fator importante foi o mapeamento da idade desses adolescentes, ilustrado pelo gráfico 2:

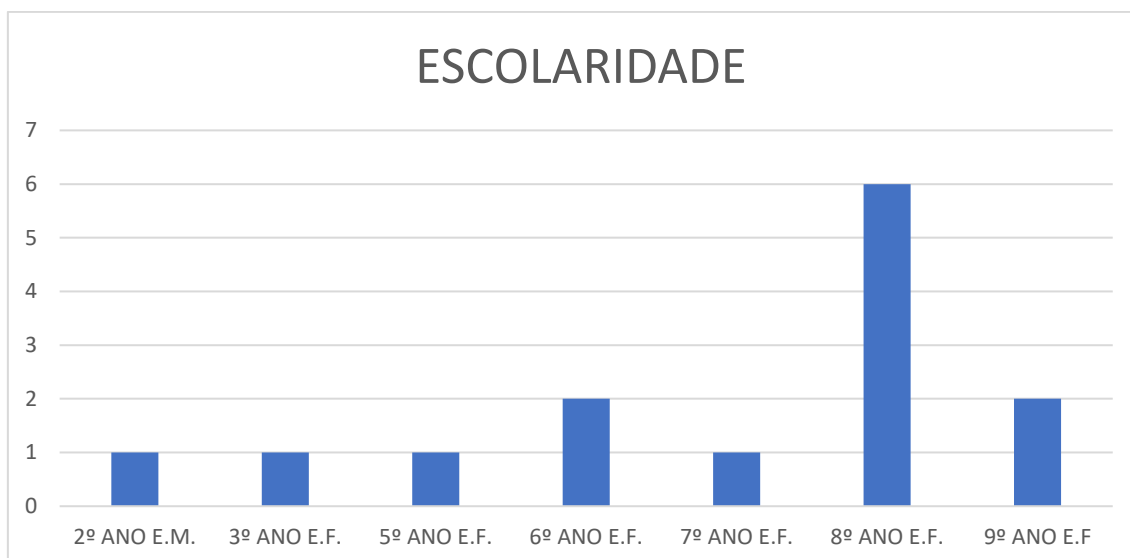


FONTE: Controle interno do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS II

O gráfico mostra que quando mais perto de alcançar a maior idade prevista pelo ECA, o aliciamento dos adolescentes pelo “mundo do crime” aumenta. Segundo os relatos dos meninos institucionalizados no CREAS II, quando se completa 17 anos de idade é dado aos adolescentes a última oportunidade para se provarem capazes de continuar no crime após o rompimento da impunidade penal.

Os gráficos a seguir, ilustram o nível de escolaridade e frequência escolar dos adolescentes no início do cumprimento da medida sócio-educativa:

Gráfico 3:



FONTE: Controle interno do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS II

De acordo com o gráfico 3, dezesseis meninos interromperam os estudos ainda no ensino fundamental e, somente um conseguiu chegar ao 2º ano do ensino médio. Considerando que com 15 anos, idade dos adolescentes recortados, o Conselho Nacional de Educação determina a idade ideal para cursar o ensino médio, a situação apresentada representa desfalque na escolaridade desses sujeitos.

Este desfalque justifica-se no seguinte gráfico 4:



FONTE: Controle interno do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS II

Apenas quatro meninos estavam frequentando a escola no início da medida sócio-educativa. Este quadro demonstra que o aliciamento de crianças e adolescentes pelo crime está muito relacionado com a evasão escolar. Quando questionados do porquê a maioria havia desistido dos estudos, os meninos responderam que o crime era mais interessante e apresentava um retorno, tanto financeiro como de *status* social, muito mais rápido do que a educação.

Os gráficos apresentados acima configuram os principais elementos que dão subsídios para os próximos passos a serem tomados no ano de 2018. O Projeto Juventude e Violência tem por objetivo realizar uma extensão, associada com à

intervenção que já vem sendo realizada no Vista Bela, de modo a promover o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes moradores do bairro.

Planeja-se realizar com a equipe interdisciplinar dos alunos bolsistas e colaboradores atividades que evidenciam e promovam a educação para o desenvolvimento social e integral desses sujeitos, sendo fator fundamental para o não envolvimento com os atos infracionais e, principalmente, um direito fundamental positivado pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pelo ECA.

O processo de recrutamento das crianças e adolescentes será realizado por meio da busca ativa, proporcionada pelos dados pessoais que serão disponibilizados pelo CREAS II e pelo próprio vínculo com os moradores originado pela extensão.

5. Considerações Finais

Diante dos itens e componentes referenciados, pode-se concluir que existe coerência entre os dados levantados pelos boletins de ocorrência, questionários aplicados no bairro e informações recolhidas no CREAS II. Todas essas partes formam os elementos constitutivos da realidade social particular que o Projeto Juventude e Violência se propõe a atuar e realizar a extensão acadêmica.

Evidencia-se a necessidade e aprimorar o conhecimento científico sobre as questões sociais que envolvem o cometimento de atos infracionais por crianças e adolescentes, como também a própria dinâmica das relações sociais dentro do bairro, visto a diversidade de culturas, ideologias e demandas da população moradora.

A finalidade deste artigo é apresentar as pesquisas e extensões que já foram realizadas pelo Projeto e as atividades que ainda serão efetuadas no próximo ano letivo. Considera-se que o trabalho com a comunidade e com os adolescentes devem ser orientados pela promoção dos direitos sociais, a proteção social desses sujeitos e o desenvolvimento de suas potencialidades, visando o fortalecimento coletivo e o distanciamento com a criminalidade juvenil.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei 8069/90**. Art. 103. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Brasília, Senado Federal, 1990.
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Lei 12.594/12**. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Brasília, Senado Federal, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 19.402/30**. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Brasília, Senado Federal, 1930.
- LONDRINA. **Plano Decenal de Atendimento Sócioeducativo do Município de Londrina (2015-2024)**. Londrina. PR. 2015. Disponível em <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/plano_decenal.pdf> . Acesso em 23. nov.2017.
- LOPES, Bruna Caroline. AMARAL, Wagner Roberto. **Residencial Vista Bela No Município de Londrina: uma análise sobre Território e Políticas Sociais**. UEFM. 2015. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/residencial-vista-bela-no-municipio-de-londrina-uma-analise-sobre-territorio-e-politicas-sociais.pdf>>
- Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. DF. 2013. Disponível em
- Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> . Acesso em 23. nov. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7.ed. São Paulo: Cortez. 1996
VICENTIM, Thaisa Nunes. **Análise do Comércio e Serviço nos Empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**; Estudo de caso do residencial Vista Bela – Londrina-PR. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2015

<p>Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</p>



ADOLESCÊNCIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO SOB A PERSPECTIVA DO BAIRRO VISTA BELA

Aline Fernanda Gallardo Silva – (discente UEL / apresentador)
 Gabriela Soares Castro – (discente UEL)
 Vera Lúcia Tieko Suguihiro – (docente UEL)
 Mari Nilza Ferrari de Barros (docente UEL)

Área Temática: Direitos humanos e Justiça

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 02105

1. Introdução

O presente trabalho é resultante do projeto de pesquisa/extensão “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos”, do Departamento de Serviço Social, que tem como objetivo compreender os diferentes fatores que podem levar os jovens à prática de ato infracional e identificar as demandas de jovens com estas práticas para que sejam realizadas intervenções qualificadas de caráter inclusivo e preventivo. O projeto conta com a participação de diferentes áreas do conhecimento, entre elas Serviço Social, Psicologia, Direito, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Jornalismo e Relações Públicas, tendo caráter interdisciplinar que permite configurar a realidade em toda sua extensão e complexidade.

Durante a execução do projeto, em um primeiro momento foram identificados os bairros com maior incidência de jovens envolvidos em atos infracionais, através de dados coletados dos Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia do Adolescente de Londrina, dos anos de 2013, 2014 e 2015. A partir deste levantamento um dos bairros identificados como grande incidência de jovens com práticas de atos infracionais foi o Residencial Vista Bela, do Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), entregue em 2011 localizado na Zona Norte do município de Londrina.

Atualmente o projeto tem como objetivo verificar aspectos presentes no bairro Vista Bela e o cotidiano dos moradores, com a intenção de compreender o alto índice de jovens com práticas infracionais neste bairro, de modo que as intervenções a serem realizadas possam promover as mudanças necessárias para alcançar a inserção social, sobretudo pelo fato do adolescente ser reconhecido como protagonista de sua própria história.

Neste sentido, para iniciar uma primeira aproximação com os moradores do bairro foi realizada uma Festa Junina, na quadra da creche que fica localizada na região central do bairro com o apoio e participação de moradores que tem importante atuação no local. Após esta primeira aproximação, como uma das primeiras atividades de extensão, foi aplicado um questionário com o intuito de que se estabelecesse um maior contato com a população, saber mais sobre o perfil dos moradores e identificar as demandas existentes no local que pudessem contribuir para a elaboração de futuras intervenções.

Com base nas respostas deste questionário, uma das questões levantadas para discussão e tema central deste trabalho diz respeito à representação social que os moradores do Vista Bela possuem dos jovens que moram no local. Diante desta problemática, o trabalho tem como objetivo identificar as representações sociais sobre os jovens do Vista Bela bem como a relação desta representação com o impacto na constituição da identidade e subjetividade desses jovens.

2. Referencial Teórico

2.1 Representação social

O conceito de representação social tem como precursor Serge Moscovici (2007), que se refere ao conceito de representação social como uma rede de conceitos e imagens que interagem entre si e possuem conteúdos que evoluem continuamente. Para Moscovici (2003), as representações sociais devem ser vistas como uma forma específica de compreender e comunicar o que já sabemos e tem por finalidade absorver sentidos do mundo e depositar nele ordem e percepções que o reproduzam de forma significativa. De acordo com o autor, este processo de representação social permite que as pessoas interpretem e possam conceber os diversos aspectos da realidade para, dessa forma, agirem em relação a eles. Na visão do mesmo (2007), as representações sociais buscam transformar algo não-familiar em familiar, transformando aquilo que é estranho em conhecido por meio da inserção de novos sentidos para o conhecimento já existente. (Moscovici apud Wachelke e Camargo, 2007)

Spink (1993), compreende a representação social a partir de uma interdisciplinaridade a ela inerente, e como um conceito que possui múltiplas dimensões a serem estudadas. Ao discorrer sobre este conceito, a autora compreende a representação social a partir de duas perspectivas: a transdisciplinar que traz a possibilidade de um questionamento no que diz respeito à natureza do conhecimento e da relação indivíduo-sociedade, e sob a perspectiva da Psicologia Social que trabalha o conceito de representação como campos socialmente estruturados e ao mesmo tempo como núcleos estruturantes da realidade social.

Para Guareschi (2000), as Representações Sociais (RS) tentam dar conta de algumas dicotomias que se constituíram na Psicologia Social, como o individual e o social, o interno e o externo, o aspecto material e sua representação, o consensual e o reificado, o mito do sujeito puro e do objeto puro. Segundo o autor, “na superação dessas dicotomias, as RS procuram ocupar um espaço específico, e podem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado(...)” (2000, p.38).

2.2 Adolescência

A Organização Mundial da Saúde define os adolescentes como pessoas de 10 a 19 anos e os jovens como pessoas de 15 a 24 anos. É utilizado também o termo jovem adulto para englobar a faixa etária de 20 a 24 anos de idade. Atualmente utiliza-se, mais por conveniência, o agrupamento de ambos os critérios denominando adolescência e juventude ou adolescentes e jovens. (Eisenstein, 2005). Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13/07/1990) o adolescente é o indivíduo que se encontra entre a faixa etária de 12 e 18 anos de idade.

De acordo com Bock (2007), foi Erickson (1976) que institucionalizou a adolescência caracterizando-a como uma fase especial no processo de desenvolvimento em que ocorre uma confusão de papéis e uma dificuldade para se estabelecer uma identidade, que a marcava como uma fase entre a infância e a vida adulta. Erickson, Aberastury e Knobel (1989) se tornaram referência no tema para muitos autores, com sua teoria de “síndrome da adolescência normal”. Estes autores e outros que vieram em seguida, até então concebiam a adolescência de uma forma naturalizada como uma etapa do desenvolvimento vivenciada como uma fase difícil.

A adolescência é compreendida por Bock (2007), a partir de uma perspectiva sócio-histórica em Psicologia, que tem como base o marxismo e concebe que o indivíduo se desenvolve a partir da sua relação com o mundo social e cultural. Dentro desta perspectiva, não se compreende a adolescência como uma fase natural do desenvolvimento, mas sim como uma construção social:

A adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência enquanto fenômeno social, mas o fato de existirem enquanto marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural. (BOCK, 2007, p. 68)

A abordagem sócio-histórica compreende qualquer fato a partir da totalidade em que está inserido, que é o que lhe constituiu e dá sentido. O ser humano é entendido como um ser histórico, que se constitui no decorrer do tempo através das relações sociais que estabelece e pelas condições sociais e culturais em que vive. Com isso, a compreensão da adolescência nesta abordagem é concebida a partir do entendimento de como este período do desenvolvimento se constituiu historicamente, partindo desta concepção: “*não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas*”. (Bock, 2007, p. 70).

3. Procedimentos Metodológicos

Para iniciar uma aproximação com os moradores do bairro Vista Bela e identificar as demandas que poderiam ser trabalhadas, foi aplicado um questionário com 10 perguntas em 230 moradores do bairro. Para a aplicação do mesmo dividiu-se o bairro em zonas sul, norte, leste, oeste e central e a cada semana os bolsistas iam a uma determinada região passando de casa em casa para realizar as perguntas.

A abordagem utilizada foi a quali-quantitativa, empregada por meio do questionário aplicado que era de natureza semi-estruturada, pois contava com perguntas que foram elaboradas com base nas questões de interesse dos pesquisadores, mas com abertura para demais questões que pudessem surgir no decorrer da aplicação e da conversa com os moradores.

A partir da aplicação dos questionários, foi analisada a questão “Qual sua opinião sobre a vida dos jovens do Vista Bela?”, para compreender a representação social dos moradores do bairro acerca dos adolescentes e jovens que moram no local.

4. Resultados e Discussões

Ao analisar as respostas dos questionários, é possível verificar que há três tipos de respostas distintas. A maioria delas são centradas em representações associadas a aspectos negativos dos jovens do bairro, como os exemplos a seguir:

“É péssima, vejo as moças grávidas e os rapazes drogados. E estes jovens têm influência sobre os mais novos.”
31 anos - Feminino

“São folgados, deveriam trabalhar e ir para a escola, mas só fumam maconha.”
69 anos - Feminino

“Dizem que o jovem é o futuro da nação, será que existe esse futuro? Vejo os meninos fumando, as meninas se prostituindo, não tenho esperança neles.”
63 anos - Masculino

“Não tem mais jovem, só traficante...”
20 anos - Feminino

“São necessitados. Necessitam de oportunidades, ensino, educação.”
28 anos - Masculino

“A maioria roubando e traficando, sem dinheiro e sem oportunidade.”
18 anos - Masculino

O segundo conteúdo de respostas que se configurou em outra categoria, é o da afirmação de ausência de conhecimento, quando as pessoas dizem não saber sobre a vida dos jovens, por não ter contato com essa faixa etária ou por não ter o que dizer a respeito, como se nota nos exemplos a seguir:

“Não tem o que falar.”
47 anos - Feminino

“Não tem o que falar, não sei muito.”
18 anos - Masculino

“Não tenho contato.”
49 anos - Feminino

Por fim, a última categoria selecionada abrange um conteúdo positivo quanto à percepção da vida dos jovens no bairro. Tais respostas apresentam afirmações relativas à tranquilidade e agradabilidade, sem muitos exemplos, como demonstram as repostas apresentadas em sequência:

“Achei tranquilo, pelo tempo que moro aqui.”
44 anos - Feminino

“Acho legal, tenho muitos amigos.”
11 anos - Masculino

“Saudável. É tranquilo.”
20 anos - Feminino

A partir do que foi observado nas respostas e em sua categorização, considerou-se como de maior relevância para o trabalho que aqui se traça, o conteúdo das respostas enquadradas na primeira e última categorias de análise, visto que torna possível a construção de um contraponto entre as duas e consequente análise do conteúdo e motivação da dicotômica percepção positiva e negativa quanto à vida dos jovens no bairro Vista Bela.

As respostas que denunciam uma percepção negativa têm em comum um desenvolvimento da ideia apresentada como resposta inicial, pautando-se sobretudo em temáticas relacionadas à ociosidade (não fazer nada, não trabalhar, não ter ocupação), consumo e venda de drogas e sexualidade (prostituição e gravidez precoce). Em contrapartida, as respostas que apresentam uma avaliação positiva são muito mais sucintas e menos elaboradas que as primeiras no que se refere à exemplificação e desenvolvimento do discurso apresentado.

A maior riqueza de exemplos, dizeres e linguagem para descrever o que é negativo, pode ser compreendido como um dado de análise interessante, uma vez que parece haver mais possibilidade e familiaridade de acessar exemplos, fatos e descrições para esse âmbito da negatividade, há mais palavras para se ligar a elementos de caráter mal avaliado. A simplicidade e síntese tão marcantes nas respostas positivas fazem pensar que é mais difícil desenvolver um discurso positivo acerca da realidade dos jovens no bairro e enriquecê-lo de histórias, exemplos, análises e percepções como parece vir tão facilmente à fala os exemplos relacionados, ao tráfico, prostituição, consumo de drogas e falta de oportunidade e desenvolvimento de um trabalho.

Alguns fatores a serem discutidos que podem favorecer para que haja uma maior familiaridade com os exemplos negativos, e uma dificuldade em encontrar elementos positivos, podem estar atrelados à realidade vigente no bairro em que há ausência do poder público, que contribui para uma falta de infraestrutura adequada, de projetos e programas sociais, fatores que podem contribuir para uma dificuldade de acesso a estes recursos pelos jovens do local. O acesso dos jovens a estes tipos de programas e a uma infraestrutura que contasse com possibilidades de ser utilizada

para atividades, poderia auxiliar na produção de exemplos positivos de utilização do tempo ocioso dos os jovens.

A análise das representações que estes moradores possuem, deve levar em conta que o bairro ainda está se formando e se constituindo, pois foi construído há cinco anos e nele habitam moradores que vieram de diversos outros bairros da cidade, trazendo consigo uma série de conceitos já estabelecidos e experiências significadas a partir da realidade que vivenciaram anteriormente.

Atrelado a estes fatores há uma representação da sociedade como um todo, já pré-estabelecida a respeito da adolescência como fase problemática, que se aprofunda quando se fala de jovens e adolescentes que moram na periferia, este tipo de representação pode ser incorporada pelos moradores a partir das suas vivências. Segundo Bock (2004):

(...) ao se pensar a problemática da adolescência não se toma qualquer questão social como referência. A falta de políticas para a juventude em nossa sociedade, a desqualificação e inadequação das atividades escolares para a cultura jovem, o sentimento de apropriação que os pais têm, em nossa sociedade, com relação aos filhos, as contradições vividas, a distância entre o mundo adulto e o mundo jovem, a impossibilidade de autonomia financeira dos jovens que ou não trabalham ou sustentam a família, nenhuma destas questões é tomada como elemento importante para compreender a forma como se apresenta a adolescência em nossa sociedade. (BOCK, 2004, p.38).

Outro aspecto importante de ser analisado é que as respostas que contém representações negativas dos jovens do bairro são maioria. Esta representação da comunidade acerca dos jovens contribui para que os próprios incorporem esta percepção sobre si mesmos e seus pares. Desta forma, é possível afirmar que a representação social que os moradores possuem acerca destes jovens acaba se tornando parte da identidade destes sujeitos, o que se nota a partir das respostas negativas dos próprios jovens acerca da pergunta feita nos questionários, como apontam os exemplos. Esta afirmação pode ser justificada de acordo com a concepção de Jacques apud Pinto et al (2008) sobre as representações sociais:

(...) trata dos saberes produzidos em sociedade e que, a nosso ver, são capazes de produzir marcas, positivas ou não, sobre um indivíduo ou grupo de pessoas e afetam a forma como as mesmas percebem a si próprias. (PINTO et al, 2008, p.2)

As representações sociais são atreladas à identidade, de modo que o que se afirma sobre o sujeito é assumido como parte dele. De acordo com Seidmann (2012) a compreensão de identidade como produto intersubjetivo pressupõe uma noção de si associada ao reconhecimento do outro, de modo que este se insere na constituição do sujeito e percepção construída em relação a quem se é. O outro confere a significação do mundo e constrói a maneira de se olhar para ele e para si mesmo. Para o autor, uma das funções das representações sociais é a manutenção da identidade e isso ocorre através da influência que os grupos a que os indivíduos pertencem, que oferecem possibilidades simbólicas de uma construção de identidade,

Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

concedendo significados sociais que estão atrelados a concretização de práticas sociais. (Seidmann apud Vasconcellos & Caetano, 2014).

Ao avaliar o possível impacto das representações que os moradores do bairro possuem para a identidade dos jovens do Vista Bela, percebe-se a importância desta representação ser discutida e trabalhada junto aos próprios jovens como também as percepções de si e a constituição da identidade dos mesmos.

Com base nisso, uma das propostas de extensão que o projeto buscará desenvolver é a formação de um grupo com adolescentes entre 13 e 18 anos, moradores do bairro, através de oficinas que terão como objetivo geral promover autonomia, capacidade de reconhecimento e realização das próprias vontades, desejos, capacidades e habilidades dos jovens. Para a criação de um grupo inicial e uma primeira aproximação com os adolescentes do bairro, uma das propostas será realizar um chamamento dos adolescentes que participam do projeto social realizado no bairro chamado “Criar no futsal”, visto que o projeto é um dos únicos locais em que já conta com a participação de adolescentes que correspondem a idade do público alvo, para participar das oficinas.

A tentativa de uma primeira constituição de um grupo para a realização da proposta foi através do contato que uma moradora, síndica de um dos prédios do bairro, fez com os bolsistas durante as visitas ao bairro. A moradora falou do trabalho que ela realiza junto a outros moradores para enfeitar o bairro através da construção de artefatos com pneus para melhorar a aparência do espaço público e desta forma melhorar a relação dos moradores com o local. Através do contato com estes moradores, tentamos realizar um chamamento dos jovens que tinham contato com esta rede de moradores e habitam os prédios para uma primeira aproximação, para posteriormente, se houvesse adesão, dar início a proposta. Porém encontramos dificuldades para que estes jovens compareçam quando estamos presentes no bairro. Apesar desta dificuldade, durante as vezes que fomos ao bairro com o intuito de entrar em contato com este público, nos deparamos com crianças que passam o período da tarde brincando pelo prédio e que começaram a se fazer presentes em nossos encontros (uma vez por semana), desta forma estamos iniciando então um trabalho com as crianças do local em uma perspectiva preventiva.

5. Considerações finais

A partir do que foi exposto e analisado no estudo que aqui se desenvolveu, fica evidente a relevância de atentar-se para os impactos das representações sociais construídas num ambiente social, tomando para análise estabelecida, o bairro Vista Bela. Os dizeres acerca de um grupo social, atravessa a própria concepção subjetiva dos que pertencem a tal grupo.

O grupo selecionado pela temática do projeto foram os jovens e adolescentes e foi possível notar os impactos que dizeres tão cristalizados quanto a aspectos negativos deste grupo se relaciona com a constituição identitária de seus membros. As posturas, aspirações e atitudes construídas pelos jovens e adolescentes do local são determinadas e determinantes dos dizeres a eles atribuídos.

Sendo assim, partindo do princípio da extensão universitária que norteia o projeto a que o trabalho se vincula e que preconiza uma contribuição da academia para as demais esferas da sociedade de modo a potencializar a transformação de uma realidade, a partir do que é produzido na comunidade, é possível considerar a importância da proposta de intervenção elaborada a partir do estudo que aqui se apresentou.

Considera-se que trabalhar habilidades e competências de modo a promover a significação e ressignificação dos sujeitos jovens e adolescentes do bairro Vista Bela, é possível desenvolver as potências e desejos de cada um, refletindo tal potencialidade para a atuação destes no mundo, de modo que se realizem como pessoa e contribuam positivamente para a sociedade a partir desse caminho de construção.

Referências

BOCK, Ana Mercês B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.24, n.62, abr. 2004. Disponível em: < <http://www.bvs-psi.org.br/>> Acesso em: 22 nov. 2017.

BOCK, Ana Mercês B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semanal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPAEE)**, [s.l.], v.1, n.1, jan.2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CAMARGO, Brígido Vizeu; WACHELKE, João Fernando R. Representações sociais, Representações individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, [s.l.], V. 41, n. 3 p. 379-390, 2007. Disponível em< <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a13.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, [s.l.],v.2, n.2, jun.2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. **Revista de ciências humanas**, Florianópolis, EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. Disponível em< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517>>. Acesso em: 8 nov.2017.

MARTINS, Priscila de Oliveira; TRINDADE, Zeide Araújo; ALMEIDA, Angêla M. de Oliveira. O Ter e o Ser: Representações Sociais da Adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s.l.], v.16, n.3, p. 555-568, 2003. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a14.pdf>>. Acesso em: 11 nov.2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes,2003.

PINTO, Virgínia Cavalcante; SOUSA, Welison; SAEMI, Mônica. O papel da representação social na construção da identidade do adolescente. In: XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 273., 2009, Maceió.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9,n.3, set. 1993. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6 nov. 2017.

VASCONCELLOS, Lícia Maria V; CAETANO, Vitor Nunes. Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais. In: IX Simpósio educação e sociedade contemporânea: desafios e propostas, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: CAP-UERJ, 2014. Disponível em < http://www.cap.uerj.br/site/images/trabalhos_espacos_de_dialogos/13-Vasconcellos_e_Caetano.pdf> .Acesso em: 7 nov.2017.

Agradecimentos: MEC/ PROEXT– Programa de Extensão Universitária
--



ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: UMA ANALÍTICA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Poliana Rodrigues Prado – (discente UEL / apresentadora)
Vicente Ferreira Cruz – (discente UEL/ apresentador)
Eneida Santiago – (docente UEL)

Área Temática: **Saúde Humana**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01871**

1. Introdução

Os debates acerca dos adolescentes em conflito com a lei, as possíveis causas e consequências de seus comportamentos e condutas de transgressão da norma social reiteradamente foi e, ainda é, foco tanto comunidade científica como da sociedade civil. O constante interesse por essa população é devido a sua configuração como uma problemática a ser tratada com urgência, mesmo que seja um tema antigo no cenário brasileiro.

Sendo assim, tornam-se urgentes empreendimentos de estudos a fim de obter uma melhor compreensão sobre os discursos existentes sobre essa população e também as políticas públicas que regulamentam suas vidas. Assim, um levantamento e análise histórica sobre os processos de responsabilização e punição penal de crianças e adolescentes que transgrediram as barreiras da legalidade devem contemplar recortes jurídicos, sociais, econômicos, psicológicos, étnico-raciais, de gênero, entre outros.

Para compreensão da maneira em que se configura atualmente um adolescente em conflito com a lei, é necessário retroceder na história de a fim de captar como foi tratado esse tema que perdura a tanto tempo na sociedade brasileira. Segundo Bandeira (2013, p.1) “[...] esse problema surgiu ao longo da história, sob outra denominação, a de menores delinquentes, a partir de meados do século XIX, sendo geralmente englobados na categoria social mais ampla de menores abandonados e delinquentes”.

É cada vez mais crescente a indignação social frente às questões envolvendo a juventude brasileira atualmente, sobretudo à juventude em condição de vulnerabilidade social. Desse modo, viu-se a necessidade de compreender como os

dispositivos estatais criaram tanto narrativas sociais como ações destinadas à essa população.

Desse modo, este trabalho buscou analisar as narrativas institucionais e dos órgãos responsáveis pelo gerenciamento da vida dessa população, dialogando com os processos históricos e conjunturais que resultam, ou não, em políticas públicas direcionadas à juventude e em especial os adolescentes em conflito com a Lei.

2. Referencial Teórico

Para o desenvolvimento da proposta analisada, foi realizada uma revisão sistemática bibliográfica das políticas públicas existentes para a juventude e, em especial, para os adolescentes em conflito com a lei. O intuito desta revisão foi (re)construção dos marcos institucionais que regulamentaram e até hoje regulamentam a vida desse grupo social. A partir disso, é possível analisar a questão dialogando com as conjunturas que implicaram de maneira implícita ou explicitamente, na concretização de ações, bem como sua produção variou durante a história brasileira até chegar nas atuais medidas de Estado.

No aprofundamento na questão institucional, nos utilizamos do método cartográfico, a fim de verificar quais são as existentes formas de subjetivação desses jovens que conflitaram ou estão em conflito com lei e, especialmente, como as narrativas institucionais marcam a vida dessa população. Assim, foi possível imergir em uma instituição que traz consigo em seus arranjos institucionais uma série de marcadores sociais e atravessam a vida psico-social desse indivíduo, e através da cartografia, torna-se possível entender como se dão as dinâmicas de relações sociais derivadas dessas ações.

3. Procedimentos Metodológicos

Para a realização da intervenção, em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática da literatura a fim de conferir nos registros oficiais e também nas pesquisas tanto do campo da psicologia, como de outras áreas, quais as narrativas do Estado e quais políticas estavam envolvidas no tratamento direto ou indireto dos adolescentes em conflito com a Lei. Vale ressaltar, em várias fases do estudo diversas outras questões emergem conjuntamente com problemática analisada, como por exemplo, a questão da juventude. Desse modo, tentou-se dar conta desse outro conceito analítico intrínseco ao tema investigado de modo a colocá-los em movimento e, por isso, em muitos momentos entendendo e problematizando suas relações.

Em um segundo momento, foram realizadas visitas no CREAS II - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, no Município de Londrina - PR. Nesse momento da intervenção, o método cartográfico foi utilizado estrategicamente para que fossem contemplados os aspectos: dos movimentos, relações, modos de objetivação, subjetivação entre outros. Além disso, foi possível conferir o papel deste Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

serviço enquanto política pública, oferecido ao Município de Londrina. É de suma importância explicitar que o CREAS II é um serviço que oferta de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto(LA) e prestação de serviços à comunidade(PSC).

4. Resultados e Discussões

A centralidade dos resultados giram em torno do que consideramos marcos históricos-institucionais e que a partir da promulgação das Constituições de 1937 e de 1988 em que passam a orientar as políticas públicas destinadas à essa população e se configuram da seguinte maneira:

4.1 Código De Menores (1937)

No contexto da realidade social de vulnerabilidade de crianças e adolescentes e do agravamento das questões relacionadas à elas, somado o desdobramento do avanço civilizatório modernizador capitalista, em 1937, surge o Código de Menores (Decreto 17.943-A). Isso acontece, após o início da utilização de ferramentas científicas para o controle social, como a estatística, que foi utilizada nas unidades prisionais. Desse modo, verificou-se, por exemplo, crianças com sete anos de idade que se encontravam presas, em condições de precariedade juntamente com adultos, como afirma Bandeira (2013, p.2)

[...] A utilização da estatística nas unidades prisionais, por volta de meados do século XIX, começou a relacionar os presos por crimes cometidos, nacionalidade, naturalidade, sexo e também por idade, entre outras categorias. Foi então que descobrimos que nessas unidades havia não somente um grande número de adolescentes, mas também um significativo percentual de crianças, a partir de 7 anos de idade, pois o Código Criminal do Império, em seu Artigo 13, previa que poderiam ser presos menores a partir de 14 anos de idade e até abaixo desta idade, desde que o juiz interpretasse que houve discernimento na prática do delito.

Podemos entender que esse Código de Menores, mesmo com as suas limitações em mudar a realidade, uma vez que, não se transforma a realidade somente por decreto, marca o início de uma sistematização de leis destinadas à essa população, inaugurando a explicitação de direitos crianças e de adolescentes, como afirma PAES (2013, p.1)

[...] O cenário político e social nacional, no início do século XX, era bastante conturbado, período onde se estabelece a preocupação com a criminalidade juvenil. Nesse contexto nasce a primeira codificação exclusivamente voltada para tratar dos interesses das crianças e adolescentes, qual seja o Código de menores, sancionado em 1927, o chamado “Código Mello Mattos”, em homenagem ao autor do projeto. Nesse diapasão, o Estado assume a responsabilidade legal pela tutela da criança órfã e abandonada. A criança

desamparada, nesta fase, fica institucionalizada, e recebe orientação e oportunidade para trabalhar. A primeira codificação voltada para os menores tornou-se um marco referencial, cumprindo papel histórico.

Dito isso, as análises e observações acerca dessa implementação legislativas destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, indicam uma ausência de efetividade em sua aplicação é como afirmam Guedes;Scarceli (2014, p.60)

Ao longo dos anos que sucederam o Código Mello Mattos (como também era chamado o Código), a política de assistência à infância foi “marcada pela falta de critérios nas internações, violência, isolamento da comunidade e ênfase na “correção” e repressão”

- **Após essa Constituição são criados os estabelecimentos destinados aos adolescentes em conflito com a lei.**

4.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente

Ao final da década de 1970, a ditadura militar chegava ao seu esgotamento devido tanto aos insucessos de sua política econômica e social, como das intensas pressões por parte da sociedade civil, dos segmentos organizados (OAB, Igreja, sindicatos e movimentos sociais), de outros Estados e também de organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Assim, esses segmentos sociais organizados, dentro desse contexto de falecimento do governo ditatorial militar, foram ocupando novamente a esfera pública e também as discussões no que diz respeito à política da juventude brasileira. Como consequência disso, os movimentos sociais adquiriram, gradualmente, visibilidade e força política, resultando em alguns movimentos que dariam curso à nova proposta política para a gerência de vida dessa população. Vale destacar, segundo Bandeira (2013) a atuação dos movimentos sociais como: o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua, a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e o Fórum-DCA (Fórum permanente de entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescentes, entre outros.

Dos dias 21 à 25 de Outubro de 1986, foi realizado o “IV Congresso O Menor na realidade Nacional”. A partir dele, foi proferida uma Carta à Nação brasileira, na qual foi destinada também ao Congresso Constituinte, encarregado da formulação de uma nova Constituição nacional. Nesse contexto, era reconhecido que a política referente aos adolescentes e crianças estava diretamente associada ao macrocosmo institucional e, sendo assim, a carta também defendia uma ampla reforma democrática do Estado Brasileiro.

Segundo Bandeira (2013) uma das mais notáveis reivindicações foi a incorporação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1959, pela Assembléia das Nações Unidas, sendo esses princípios, de caráter liberal. E também, a descentralização da defesa dos direitos priorizando os municípios e, dentro deles, a família, a escola e a comunidade local. Além da garantia

Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

do direito de uma cidadania completa em todas suas etapas que lhes assegura, de acordo com Aline Cviatkovsk (2014, p. 4):

[...] o direito a convivência familiar e comunitária, sendo que a criança deve ser educada e criada no seio de sua família, cabendo aos pais o dever de sustento, educação e guarda. As crianças e os adolescentes também possuem a garantia do direito ao esporte, a educação, lazer e cultura visando principalmente o desenvolvimento de sua pessoa preparando-os para exercícios de cidadania.

É então em 5 de outubro de 1998, através do caput 227 da nova Constituição Federal, em que é estabelecida a nova política que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei, política essa pautada na doutrina de proteção integral.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Com o advento do ECA, foi substancialmente alterada a concepção da infância da adolescência, em termos jurídicos e institucionais, pois essa população deixa de ser vista como um *objeto de tutela do Estado*, para então ser reconhecida como *sujeitos de direitos* que possui, portanto, direitos fundamentais intrínsecos a qualquer ser humano. Por fim, Santos (2014, p.13) ainda salienta que:

[...] o ECA também estabeleceu regras de proteção à população infanto-juvenil alvo de abandono, desprovidas de família, por meio dos institutos da adoção, guarda e tutela, como também, regras para a aplicação das medidas sócio educativas às crianças e adolescentes infratores, observando sempre o caso concreto para se escolha, de maneira coerente, a medida sócio educativa que mais se adéqua, tendo sempre em mente que a privação de liberdade ocorrerá em casos passíveis de segregação

- **O SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo**
 - **Estatuto da Juventude**

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo fazer uma analítica histórica das políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito ou que já conflitou com a lei. A fim de obter um melhor entendimento, compreendemos a importância acerca da criação e do desenvolvimento das legislações e políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes. No entanto, trazendo a tona o contexto histórico, percebemos que esses serviços estão presentes diretamente à pessoas que estão inseridas

diretamente em um cenário de desigualdades sociais, na qual essa população está a mercê de diversos tipos de violência e vulnerabilidades sociais, se mantendo assim, à margem da sociedade.

Por fim, enfatizamos a relevância da presença de discussões e debates tanto para a comunidade científica como para sociedade civil, acerca dos adolescentes em conflito com a lei, trazendo também, as possíveis causas e consequências de seus comportamentos, entre outros. Pois, como citado no texto, a constante atenção por essa população é correspondente a sua configuração como uma problemática a ser abordada de modo urgente, mesmo essa sendo um tema antigo no cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BANDERA, Vinicius. Código de Menores, ECA e adolescentes em conflito com a lei. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 114, jul 2013. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13436&revista_caderno=12>. Acesso em 30 set. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República Presidencialista do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

CVIATKOVSKI, Aline. **Estatuto da Criança e do Adolescente, as Políticas Públicas e a Psicologia**: o desafio na garantia de direitos. 2014. Disponível em <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/serpinf/2014/assets/14.pdf>>

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. spe, p. 58-67, 2014. Disponível em: Acesso em: 05 jun.. 2017

PAES, Janiere Portela Leite. O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e retrocessos. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43515&seo=1>>. Acesso em: 24 abril. 2017.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. spe, p. 58-67, 2014. Disponível em: Acesso em: 05 jun.. 2017

Santos, Ana Flávia Bertone. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS LEGISLAÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. 2014. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/3255/3004>>

SINASE: um marco para mudanças positivas no atendimento dos adolescentes em conflito com a lei. Por Ilanud – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, em portal eletrônico Portal Pró-menino. Disponível em: Acesso em: 20 nov 2017.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



AMBULATÓRIO DE ESTOMATOLOGIA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS DA CAVIDADE BUCAL

Guilherme Luciano da Silva – (discente UEL / apresentador)
Caroline Vieira Scaff – (discente UEL)
Ademar Takahama Junior – (docente UEL)

Área Temática: **Saúde**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **02036**

1. Introdução

A cavidade bucal e todo o sistema estomatognático apresentam características anátomo-fisiológicas próprias. Dentre estas estruturas a mucosa constitui-se como a uma barreira de proteção, estando exposta a uma variedade de agentes intrínsecos e extrínsecos, tais como: fumo, álcool, radiação solar, placa bacteriana, irritações crônicas, doenças metabólicas e hormonais, entre outros, capazes de desencadear diversos processos patológicos os mais diversos. (Campisi & Margiotta, 2001). As especialidades da Odontologia responsáveis pelo diagnóstico e tratamento desses processos são a Estomatologia e a Patologia Bucal. O objetivo desse trabalho é apresentar o serviço de Estomatologia da Clínica Odontológica Universitária, mostrando o dia a dia do funcionamento de um dos únicos ambulatórios especializados na área de toda a região.

2. Referencial Teórico

2.1 A Estomatologia

Segundo o Conselho Federal de Odontologia, a Estomatologia é a especialidade da Odontologia que tem como objetivo a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento das doenças próprias do complexo maxilo-mandibular, das manifestações bucais de doenças sistêmicas e das repercussões bucais do tratamento antineoplásico. As áreas de competência para atuação do especialista em Estomatologia incluem: a) promoção e execução de procedimentos preventivos em nível individual e coletivo na área de saúde bucal, com especial ênfase à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de boca; b) obtenção de informações necessárias

à manutenção da saúde do paciente, visando à prevenção, ao diagnóstico, ao prognóstico e ao tratamento de alterações estruturais e funcionais da cavidade bucal e das estruturas anexas; e, c) realização ou solicitação de exames complementares, necessários ao esclarecimento do diagnóstico. No Brasil, esta especialidade é recente, sendo que só a partir de 1992 que o Conselho Federal de Odontologia - CFO reconheceu a importância e a oficializou como uma especialidade da Odontologia. (CFO-185/92, de 23 de abril de 1993). A Estomatologia trabalha em conjunto com outras especialidades como a radiologia, odontogeriatrics, periodontia, odontopediatria, cirurgia oral e odontologia para pacientes especiais. Além de especialidades médicas como a cirurgia de cabeça de pescoço, oncologia, otorrinolaringologia, reumatologia, dermatologia, dentre outras. Uma das atribuições mais importantes do Estomatologista é o diagnóstico de lesões potencialmente malignas e malignas da cavidade oral. O câncer bucal tratar-se de um problema de saúde pública em todo o mundo.

2.2 Doenças da boca

Doenças bucais, como herpes recorrente, ulceração aftosa recorrente, candidose, hiperplasia associada ao uso de prótese móvel, mucocela e úlceras traumáticas são frequentes na população e devem ser do conhecimento dos profissionais da odontologia e daqueles que atuam na área de Saúde da Família. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que os levantamentos epidemiológicos em uma população são importantes recursos para se conhecer a situação atual e estimar as necessidades de implantação e manutenção da saúde bucal. A avaliação da condição bucal de uma população objetiva fornecer subsídios para pesquisas e programas de identificação, prevenção e controle, além de permitir a padronização dos diagnósticos, o que facilita a comparação interpopulacional. Além da identificação das lesões mais comuns, mostra-se importante o diagnóstico precoce do câncer bucal e das lesões potencialmente malignas, como eritroplasias e leucoplasias, assim como as respectivas condutas.

A última estimativa mundial apontou que ocorreriam cerca de 300 mil casos novos e 145 mil óbitos, para o ano de 2012, por câncer de boca e lábio (C00-08). Desses, cerca de 80% ocorreram em países em desenvolvimento. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), estima-se para o Brasil, no ano de 2014, 11.280 casos novos de câncer da cavidade oral em homens e 4.010 em mulheres. Tais valores correspondem a um risco estimado de 11,54 casos novos a cada 100 mil homens e 3,92 a cada 100 mil mulheres. De acordo com o sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde / INCA, a região de Londrina apresentou a maior taxa de mortalidade por câncer de boca do Estado do Paraná entre 2000 e 2012. Apesar do câncer de boca ocorrer em um local que é facilmente acessível ao exame clínico, infelizmente, muitas vezes é diagnosticado em uma fase avançada, quando as taxas de mortalidade e a probabilidade de comprometimento funcional devido a tratamentos são elevados. O diagnóstico tardio está diretamente associado a alta mortalidade, com taxas de sobrevivência em 5 anos variando de 30 a 60%, dependendo da localização global e das formas de tratamento utilizadas. Também está associado a altas taxas de segundos tumores malignos, com até um terço dos pacientes sofrendo uma recidiva do tumor ou desenvolvendo um segundo tumor primário. Estes números têm mostrado pouca melhora ao longo das últimas décadas e evidenciam a necessidade de estratégias para o controle do câncer de boca. Os principais fatores de risco para o câncer da cavidade oral são: tabagismo, etilismo, infecções por HPV, Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

principalmente pelo tipo 16, e exposição à radiação UVA solar (câncer de lábio). Contudo, entre tais fatores, destacam-se o tabagismo e o etilismo. Estudos mostram um risco muito maior de desenvolver câncer na cavidade oral em indivíduos tabagistas e etilistas do que na população em geral, evidenciando a existência de uma sinergia entre o tabagismo e o etilismo. Ressaltam ainda um aumento no risco de acordo com o tempo que a pessoa fuma, com o número de cigarros fumados por dia e com a frequência de ingestão de bebidas alcoólicas. O surgimento do câncer bucal pode ser precedido por desordens potencialmente malignas, que são lesões da mucosa bucal como a leucoplasia e a eritroplasia, que apresentam um aumento considerável no risco de transformação maligna (van der Waal et al., 2009). A detecção dessas desordens seria uma forma de prevenir o desenvolvimento do câncer bucal. A falta de acesso a profissionais treinados para o diagnóstico dessas desordens representa um dos principais obstáculos para a prevenção do câncer bucal em países em desenvolvimento. (Subramanian et al., 2009). A triagem da população de alto risco para o desenvolvimento do câncer de boca (fumantes e etilistas), através de exame físico por especialistas treinados pode reduzir as taxas de mortalidade por essa doença, com o potencial de prevenir cerca de 37.000 por ano no mundo todo. (Sankaranarayanan et al., 2005). A detecção precoce do câncer de boca diminui os custos com o tratamento, tornando os cuidados de saúde acessíveis. (Coelho, 2012). As Faculdades de Odontologia são, naturalmente, os centros onde os Serviços de Estomatologia e Patologia Bucal estão organizados e para onde a maioria dos casos são encaminhados. O objetivo desse relato é apresentar o projeto, que busca estabelecer o serviço de Estomatologia para atendimento da população de Londrina e região.

3. Procedimentos Metodológicos

O ambulatório de Estomatologia acontece em dois períodos por semana Clínica Odontológica Universitária da Universidade Estadual de Londrina. Em funcionamento desde abril de 2016, o serviço conta atualmente com a participação de 4 docentes, 6 alunos de pós-graduação e 12 alunos de graduação. Os pacientes são encaminhados ao serviço através das Unidades Básicas de Saúde ou de serviços privados. O agendamento é realizado por telefone, sendo que os casos urgentes são sempre atendidos sem passar pela fila de espera. Os procedimentos clínicos realizados no ambulatório são: anamnese, exame físico, exames complementares (radiografia, biópsia), prescrição medicamentosa, dentre outros. Os casos de doenças crônicas são acompanhados indefinidamente. Os pacientes com diagnóstico de lesões malignas são encaminhados para o Hospital do Câncer de Londrina.

4. Resultados e Discussões

O ambulatório de Estomatologia exerce um importante papel de atendimento à população da cidade de Londrina e região, de forma que o estudo da ocorrência de diagnósticos nesta unidade de atendimento representa uma oportunidade de conhecer as necessidades de saúde da população atendida. O ambulatório de Estomatologia da Clínica Odontológica Universitária é um dos únicos serviços especializados na área na região de Londrina. As Unidades Básicas de Saúde não possuem profissionais especializados nessa área de atendimento, sendo muitos casos tratados por profissionais não especializados, gerando erros de diagnósticos e tratamentos inadequados. Tradicionalmente, os serviços das áreas de Estomatologia

Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

e Patologia Oral, por serem muito específicos e por possuírem poucos profissionais no mercado, são realizados em Universidades. Após o estabelecimento do serviço, buscamos a divulgação entre os profissionais de saúde da rede pública e privada. Para isso, foram realizadas palestras com os cirurgiões-dentistas do município de Londrina, Ibiporã, Cambé e Rolândia (**Figura 1**). Desta forma, o ambulatório está em fase de crescimento, podendo já ser considerado um centro de referência no diagnóstico e tratamento de doenças da cavidade bucal na região de Londrina.

Figura 1. Palestra realizada para os profissionais cirurgiões-dentistas do serviço público do município de Cambé.



Considerações Finais

O ambulatório de Estomatologia da Clínica Odontológica Universitária compreende um serviço especializado da área de diagnóstico e tratamento de doenças da cavidade bucal, sendo considerado um centro de referência da área entre os profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

CAMPISI G, MARGIOTTA V. **Oral mucosal lesions and risk habits among men in an Italian study population.** J Oral Pathol Med. 2001 Jan;30(1):22-8. Erratum in: J Oral Pathol Med 2002 Sep;31(8):504.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Consolidação das normas para procedimentos nos conselhos de Odontologia.** Aprovada pela resolução CFO-63/2005 e atualizada em julho de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ DE ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Estimativa 2014. Incidência de Câncer no Brasil.** Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 2014.

SANKARANARAYANAN R. **Screening for cervical and oral cancers in India is feasible and effective.** Natl Med J India. 2005 Nov-Dec;18(6):281-4.

SUBRAMANIAN S, SANKARANARAYANAN R, BAPAT B, SOMANATHAN T, THOMAS G, MATHEW B, VINODA J, RAMADAS K. **Cost-effectiveness of oral cancer screening: results from a cluster randomized controlled trial in India.** Bull World Health Organ. 2009 Mar;87(3):200-6.

VAN DER WAAL I. **Potentially malignant disorders of the oral and oropharyngeal mucosa; terminology, classification and present concepts of management.** Oral Oncol. 2009 Apr-May;45(4-5):317-23.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
--



AMBULATÓRIO DE ESTOMATOLOGIA: PERFIL DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS EM UM ANO DE PROJETO

Caroline Vieira Scaff – (discente UEL / apresentador)
Guilherme Luciano da Silva – (discente UEL)
Ademar Takahama Junior – (docente UEL)

Área Temática: **Saúde**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **02036**

1. Introdução

A Estomatologia é a especialidade da Odontologia que tem como objetivo a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento das doenças próprias do complexo maxilo-mandibular, das manifestações bucais de doenças sistêmicas e das repercussões bucais do tratamento antineoplásico. A cavidade bucal e todo o sistema estomatognático apresentam características anátomo-fisiológicas próprias. Dentre estas estruturas a mucosa constitui-se como a uma barreira de proteção, estando exposta a uma variedade de agentes intrínsecos e extrínsecos, tais como: fumo, álcool, radiação solar, placa bacteriana, irritações crônicas, doenças metabólicas e hormonais, entre outros, capazes de desencadear diversos processos patológicos os mais diversos. (Campisi & Margiotta, 2001). O ambulatório de Estomatologia da Clínica Odontológica Universitária é um serviço especializado no diagnóstico e tratamento de doenças da cavidade bucal. Em funcionamento desde abril de 2016 o serviço já é considerado um centro de referência da área. O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados de um ano de funcionamento do serviço, destacando o perfil demográfico dos pacientes, os diagnósticos estabelecidos e o perfil de abrangência do projeto.

2. Referencial Teórico

2.1 A Estomatologia

Segundo o Conselho Federal de Odontologia, a Estomatologia é a especialidade da Odontologia que tem como objetivo a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento das doenças próprias do complexo maxilo-mandibular, das manifestações

buciais de doenças sistêmicas e das repercussões bucais do tratamento antineoplásico. As áreas de competência para atuação do especialista em Estomatologia incluem: a) promoção e execução de procedimentos preventivos em nível individual e coletivo na área de saúde bucal, com especial ênfase à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de boca; b) obtenção de informações necessárias à manutenção da saúde do paciente, visando à prevenção, ao diagnóstico, ao prognóstico e ao tratamento de alterações estruturais e funcionais da cavidade bucal e das estruturas anexas; e, c) realização ou solicitação de exames complementares, necessários ao esclarecimento do diagnóstico. No Brasil, esta especialidade é recente, sendo que só a partir de 1992 que o Conselho Federal de Odontologia - CFO reconheceu a importância e a oficializou como uma especialidade da Odontologia. (CFO-185/92, de 23 de abril de 1993). Uma das atribuições mais importantes do Estomatologista é o diagnóstico de lesões potencialmente malignas e malignas da cavidade oral. O câncer bucal tratar-se de um problema de saúde pública em todo o mundo, sendo o 5º tipo mais comum em de câncer em homens no Brasil.

2.2 Doenças da boca

Doenças bucais, como herpes recorrente, ulceração aftosa recorrente, candidose, hiperplasia associada ao uso de prótese móvel, mucocela e úlceras traumáticas são frequentes na população e devem ser do conhecimento dos profissionais da odontologia e daqueles que atuam na área de Saúde da Família. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que os levantamentos epidemiológicos em uma população são importantes recursos para se conhecer a situação atual e estimar as necessidades de implantação e manutenção da saúde bucal. A avaliação da condição bucal de uma população objetiva fornecer subsídios para pesquisas e programas de identificação, prevenção e controle, além de permitir a padronização dos diagnósticos, o que facilita a comparação interpopulacional. Além da identificação das lesões mais comuns, mostra-se importante o diagnóstico precoce do câncer bucal e das lesões potencialmente malignas, como eritroplasias e leucoplasias, assim como as respectivas condutas.

A última estimativa mundial apontou que ocorreriam cerca de 300 mil casos novos e 145 mil óbitos, para o ano de 2012, por câncer de boca e lábio (C00-08). Desses, cerca de 80% ocorreram em países em desenvolvimento. Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), estima-se para o Brasil, no ano de 2014, 11.280 casos novos de câncer da cavidade oral em homens e 4.010 em mulheres. Tais valores correspondem a um risco estimado de 11,54 casos novos a cada 100 mil homens e 3,92 a cada 100 mil mulheres. De acordo com o sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde / INCA, a região de Londrina apresentou a maior taxa de mortalidade por câncer de boca do Estado do Paraná entre 2000 e 2012. Apesar do câncer de boca ocorrer em um local que é facilmente acessível ao exame clínico, infelizmente, muitas vezes é diagnosticado em uma fase avançada, quando as taxas de mortalidade e a probabilidade de comprometimento funcional devido a tratamentos são elevados. O diagnóstico tardio está diretamente associado a alta mortalidade, com taxas de sobrevivência em 5 anos variando de 30 a 60%, dependendo da localização global e das formas de tratamento utilizadas. Também está associado a altas taxas de segundos tumores malignos, com até um terço dos pacientes sofrendo uma recidiva do tumor ou desenvolvendo um segundo tumor primário. Estes números têm mostrado pouca melhora ao longo das últimas décadas e evidenciam a necessidade de estratégias para o controle do câncer de boca. Os principais fatores

Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

de risco para o câncer da cavidade oral são: tabagismo, etilismo, infecções por HPV, principalmente pelo tipo 16, e exposição à radiação UVA solar (câncer de lábio). Contudo, entre tais fatores, destacam-se o tabagismo e o etilismo. Estudos mostram um risco muito maior de desenvolver câncer na cavidade oral em indivíduos tabagistas e etilistas do que na população em geral, evidenciando a existência de uma sinergia entre o tabagismo e o etilismo. Ressaltam ainda um aumento no risco de acordo com o tempo que a pessoa fuma, com o número de cigarros fumados por dia e com a frequência de ingestão de bebidas alcoólicas. O surgimento do câncer bucal pode ser precedido por desordens potencialmente malignas, que são lesões da mucosa bucal como a leucoplasia e a eritroplasia, que apresentam um aumento considerável no risco de transformação maligna (van der Waal et al., 2009). A detecção dessas desordens seria uma forma de prevenir o desenvolvimento do câncer bucal. A falta de acesso a profissionais treinados para o diagnóstico dessas desordens representa um dos principais obstáculos para a prevenção do câncer bucal em países em desenvolvimento. (Subramanian et al., 2009). A triagem da população de alto risco para o desenvolvimento do câncer de boca (fumantes e etilistas), através de exame físico por especialistas treinados pode reduzir as taxas de mortalidade por essa doença, com o potencial de prevenir cerca de 37.000 por ano no mundo todo. (Sankaranarayanan et al., 2005). A detecção precoce do câncer de boca diminui os custos com o tratamento, tornando os cuidados de saúde acessíveis. As Faculdades de Odontologia são, naturalmente, os centros onde os Serviços de Estomatologia e Patologia Bucal estão organizados e para onde a maioria dos casos são encaminhados.

3. Procedimentos Metodológicos

Para esse estudo foram coletadas as informações de todos os atendimentos realizados no ambulatório de Estomatologia de abril de 2016 a abril de 2017. Os dados como idade, sexo, procedência e diagnóstico foram tabulados em uma planilha do Excel e posteriormente realizado uma análise descritiva.

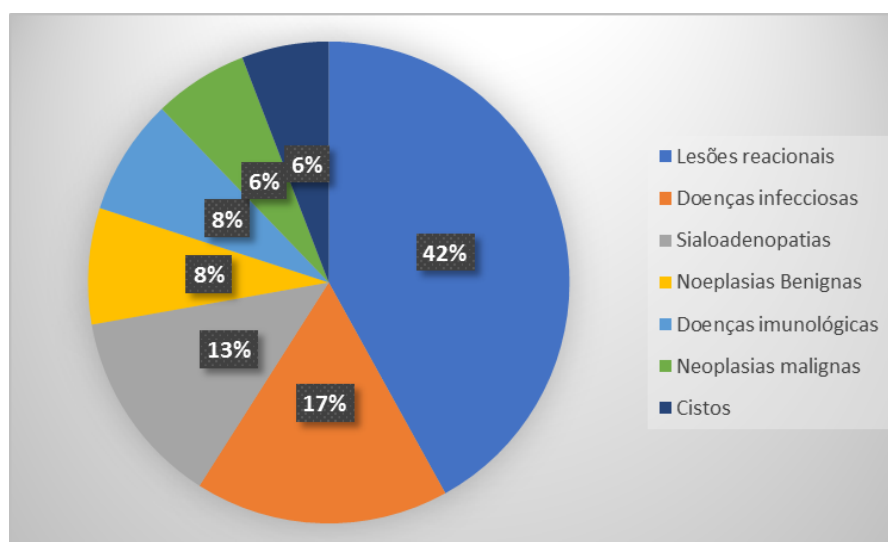
4. Resultados e Discussões

Durante o período de 1 ano do serviço, 347 pacientes foram atendidos. A idade média dos pacientes foi de 50,5 anos, variando de 5 a 88 anos de idade. A maioria dos pacientes foi do sexo feminino (63,7%). Segundo a procedência dos pacientes observamos 23 municípios diferentes, sendo Londrina e Cambé as cidades mais comuns (**Tabela 1**). De acordo com o diagnóstico estabelecido para cada paciente observamos que a maioria dos casos tratava-se de lesões reacionais (42%), seguido pelas doenças infecciosas (17%) e lesões de glândulas salivares (13%). As neoplasias benignas, doenças imunologicamente mediadas e desordens potencialmente malignas representaram 8% cada. É importante ressaltar que 6% dos casos foram diagnosticados como neoplasias malignas (**Tabela 2**). Após o diagnóstico todos os pacientes receberam ou foram encaminhados para tratamento. O ambulatório de Estomatologia exerce um importante papel de atendimento à população da cidade de Londrina e região, de forma que o estudo da ocorrência de diagnósticos nesta unidade de atendimento representa uma oportunidade de conhecer as necessidades de saúde da população atendida.

Tabela 1. Distribuição dos pacientes atendidos no ambulatório de Estomatologia no período de 1 ano de acordo com o município de procedência.

ALVORADA DO SUL	1
ARAPONGAS	1
ASSAÍ	2
BANDEIRANTES	4
BELA VISTA	7
CAMBÉ	122
CONGOINHAS	1
FAXINAL	1
FLORESTÓPOLIS	1
GUARACI	6
IBIPORÃ	15
JATAIZINHO	3
LONDRINA	148
MIRASELVA	1
NOVA SANTA BARBARA	2
PRADO FERREIRA	1
RIO BRANCO DO IVAI	1
ROLÂNDIA	1
SANTA MARGARIDA	1
SÃO GERÔNIMO	1
SÃO JERÔNIMO DA SERRA	1
SERTANÓPOLIS	7
TAMARANA	15
TOTAL	343

Tabela 2. Distribuição dos casos de acordo com o diagnóstico estabelecido.



Considerações Finais

Através dos resultados desse trabalho podemos concluir que o ambulatório de Estomatologia da Clínica Odontológica Universitária compreende um serviço especializado essencial na área de diagnóstico e tratamento de doenças da cavidade bucal. Por ser um serviço recente e ainda em processo de divulgação, esperamos que o número e a abrangência dos atendimentos cresçam ainda mais.

REFERÊNCIAS

CAMPISI G, MARGIOTTA V. **Oral mucosal lesions and risk habits among men in an Italian study population.** J Oral Pathol Med. 2001 Jan;30(1):22-8. Erratum in: J Oral Pathol Med 2002 Sep;31(8):504.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Consolidação das normas para procedimentos nos conselhos de Odontologia.** Aprovada pela resolução CFO-63/2005 e atualizada em julho de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ DE ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Estimativa 2014. Incidência de Câncer no Brasil.** Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 2014.

SANKARANARAYANAN R. **Screening for cervical and oral cancers in India is feasible and effective.** Natl Med J India. 2005 Nov-Dec;18(6):281-4.

SUBRAMANIAN S, SANKARANARAYANAN R, BAPAT B, SOMANATHAN T, THOMAS G, MATHEW B, VINODA J, RAMADAS K. **Cost-effectiveness of oral cancer screening: results from a cluster randomized controlled trial in India.** Bull World Health Organ. 2009 Mar;87(3):200-6.

VAN DER WAAL I. **Potentially malignant disorders of the oral and oropharyngeal mucosa; terminology, classification and present concepts of management.** Oral Oncol. 2009 Apr-May;45(4-5):317-23.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



ANALISE COMPARATIVA DA ESTRUTURADO BAIRRO VISTA BELALONDRINA-PR

Jean Henrique Procopio – (discente UEL / apresentador)
Vera Lucia TiekoSuguihiro (Docente UEL)

Área Temática: **Direitos humanos** e Justiça

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL):**02105**

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho por meio do projeto **JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: DA VIOLAÇÃO À GARANTIA DE DIREITOS** no qual como bolsista, discente do Curso de Direito onde buscando perspectiva reflexiva e comparativa do que deveria ser o bairro Vista-Bela de Londrina-PR, naquilo que está no papel, e como a realidade social se encontra de fato. Enquanto o papel do Estado é garantir os direitos sociais e fundamentais; a realidade é um bairro desamparado pelo poder público omissos às necessidades de seus habitantes.

O bairro Vista Bela teve início de sua construção em 2009, durante o governo Lula e sua entrega em meados do ano de 2011 até 2016, tendo um total entregues a pessoas pertencentes ao programa minha casa minha vida, num total de moradias de 2.712, sendo elas 1.272 casas geminadas de 35 m² e 1.440 apartamentos, de 42 m². porém o bairro não foi visto as necessidades que um todo populacional demandaria.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os direitos sociais—educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988)—constituem-se em nossa legislação, em específico a constituição brasileira de 1988, como direitos de segunda dimensão²⁵. Porém, para Zulmar Fachin (2015), entende-se que a segunda dimensão não é uma substituição ou extinção de outro direito fundamental, concebido em épocas passadas (direitos de primeira dimensão), mas sim um acúmulo dos mesmos

²⁵A segunda dimensão baseia-se na igualdade.

com acréscimo dos novos direitos, trabalhando em harmonia assim todas as demais dimensões existentes. Entretanto, convém dizer que os direitos fundamentais se estruturam em dimensões e por sua vez os direitos abordados neste trabalho são estabelecidos na segunda tratada nos Arts. 6.º a 11 e 193 a 232, das seis dimensões.

Tendo em vista os direitos sociais supracitados, observa-se que quando respeitados, garantem a equidade, e conseqüentemente, a justiça social. Entende-se por equidade, uma melhor compreensão de igualdade, sendo que a equidade a desigualdade social tenta diminuir as dificuldades e injustiças da sociedade e posteriormente chegando em um patamar mais igualitário e justo onde “não mede apenas aquilo que é normal, mas, também, as variações e curvaturas inevitáveis de experiência humana” mostrando assim que a mesma tenta nivelar os desníveis sociais (REALE, 2004). Olhando de forma mais cuidadoso as particularidades que cada cidadão tem e precisa ser sanado, além do Estado veja e seja o mediador para mudar quaisquer injustiças sofridas pelas mesmas, em vista este caminho pode-se chegar a justiça que é denotada como a justiça social que nada mais transcende sobre a ideia de proteção aos mais vulneráveis. Paulo Nader entende que “A justiça social observa os princípios da igualdade proporcional e considera a necessidade de uns e a capacidade de contribuição de outros.” (NADER, 2017. p.112).

Este trabalho abordará três direitos que fazem parte da lista de direitos sociais e se relacionam diretamente com o objeto de estudo desse trabalho – Residencial Vista Bela. São estes: Educação, saúde e lazer.

2.1 Educação

Para Paulo Nader a educação é um direito social constituído como uma força motriz para auxiliar a sociedade a alcançar o desenvolvimento humano.

O progresso de uma sociedade pressupõe desenvolvimento no campo moral, técnico e científico. É através da educação que se pode dotar o corpo social de um *status* ético e intelectual, capaz de promover a superação de seus principais problemas. Para assegurar o conhecimento, a cultura, a pesquisa, e o Estado utiliza-se de numerosas leis que organizam a educação em todos os seus níveis. (NADER, 2017. p.57).

2.2 SAÚDE

O Estado tem como princípio garantir a saúde, já que a mesma é um direito fundamental como já dito, além de ser mais que essencial para a vida humana.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

2.3 LAZER

O lazer deve ser também garantido pelo Estado por meio de políticas públicas efetivas no qual o mesmo é um meio dos meios de chegar ao bem-estar social como visto no

Art. 193. “Art. 193. A ordem social tem como base o primórdio do trabalho, e com objetivo de bem-estar e a justiça sociais”.

3 Resultados Obtidos

jogando centenas de milhares de pessoas em um bairro sem estrutura para se viver sem um mínimo estado de bem-estar social, sem ter dado a devida atenção para com as mesmas, em vista a lucratividade e o Estado se ausenta da responsabilidade de garantir direitos como saúde, educação, lazer, além de omissão quanto os problemas causados por ele mesmo. Em vista a dificuldade do bairro Vista Bela é notório que o mesmo deveria atender o que está proposto no seu projeto, no qual se desenvolveria um projeto que atenderia a população de forma a não ferir os direitos sociais dispostos no Art. 6.º da Constituição Federal de 1988. Dentre esses direitos tem-se o direito à moradia, como vários outros que torna possível a dignidade humana, os quais devem ser compreendidos e aplicados para além da própria constituição.

Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição. (BRASIL, 1988)

Mas o projeto foi modificado para que atendesse mais pessoas e também as empreiteiras envolvidas quanto a lucratividade das empresas que no decorrer da construção do bairro o modificou, várias famílias que esperavam ter uma casa própria digna, sair do aluguel e até mesmo da rua ou locais que perpetuava a vulnerabilidade, assim a tão sonhada casa própria, tornou-se uma apatia, em vista disso alguns moradores adaptaram o pouco espaço que pode-se chamar de casa, com “puxadinho” ou melhor dizendo uma extensão de “projeto de casa”, para que famílias adequasse as moradias as suas necessidades, mas também viu-se casos em que o bairro não atendesse as necessidades e por isso deixando a desejar por não conseguir suprir as demandas dos habitantes ou ao menos tornar mais aconchegante a quem se encontra no bairro, os mesmos acabava vendendo ou alugando, em que de acordo ao contrato de compra, instituído pela própria caixa econômica federal, que é o financiador do programa social estatal direto (Minha Casa Minha vida), no qual atende os moradores do Vista-Bela, não poderia ser feito até a casa constar como quitada pelo cidadão, além de outros problemas que de certa forma foi um motivador de anseio a sair do bairro e até mesmo voltar a situação que se encontrava anteriormente, que nada mais é que em algumas casas terem rachaduras, o pouco espaço, a má qualidade dos materiais usados para a construção, os terrenos que foi feito as casas, em locais com desníveis e tendo problemas estruturais nos imóveis, outro problema bastante gritante é a falta de sinalização como: nome de rua, falta de faixas de pedestre, tornando assim perigoso não só para os adultos, mas sim as crianças que em peso é notório no bairro na qual pela falta, poderia causar acidentes ou confusão, pegando o caso em que se existe muita criança é visto outro grande problema que nada mais é que a falta de escolas para todas as crianças, deixando assim fora da escola e mais propícias a percursos que no futuro poderia ir no encontro ao que o Estado propõem que nada mais é o desenvolvimento humano (promoção da: a autonomia, criatividade, reconhecimento e outros demais expresso no art. 2.º do ECA) do jovem visando que algum dia o mesmo será um adulto.

3.1 Educação

” Direito previsto na constituição onde é conexo a saúde e alimentação, traz e constitui o desenvolvimento humano que nada mais é a responsabilidade da sociedade, do estado e da própria família. O projeto que deveria promover o bem-estar social com políticas públicas, trouxe para os conviventes e habitantes entretanto se tivesse o cuidado em vista também o estatuto da cidade (BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2000), que fornece diretrizes para se chegar mais próximo do desenvolvimento social e um estado de bem estar, em que o mesmo não o fez, ou pelo menos não aparenta ter colocado em vista, tais problemas que nos dias de hoje de certa forma estão distantes de se resolver, pela falta de planejamento e cuidado com as pessoas, tomando em vista a lucratividade das empresas envolvidas no Conjunto Habitacional Vista Bela, indo de encontro com a falta de escolas e posteriormente as vagas também, tornando assim mais uma dificuldade para os jovens e adultos que queiram estudar, onde tem que sair de seu bairro de e assim a necessidade de locomoção para vários colégios de outras partes da cidade, causando transtorno e barreiras para os jovens e qualquer outro morador de estudar sendo assim um desprestígio para a população que queira estudar.

3.2 Saúde

A saúde é prevista na constituição como um direito básico para se alcançar o bem-estar onde a mesma entra não só no campo das doenças, mas sim no campo físico, social, psicológico e social, por vias deve-se ser garantido pelo estado; porém quanto a saúde para os que nada menos importante um ponto crucial para o bem-estar é habitantes do conjunto habitacional do Vista-Bela transcreve sobe o desprezo, em exemplo o posto de saúde que deveria atender a população, não tem médico ou remédio, infeliz quando se falta os dois, sendo algo não raro, porém não somente um posto de saúde consegue suprir uma população de quase de aproximadamente 12 mil habitantes, á que a saúde não é apenas o tratamento das moléstias e sim o que traz uma vida saudável abrangendo dentro de muitos fatores.

“Existe vários fatores que determina e condiciona a saúde, tais como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”. (FACHIN,2017).

O posto de saúde não conseguir abranger toda a população do bairro de forma minimamente digna, os habitantes têm que se movimentar para fora do mesmo, porém uma das barreiras é o distanciamento do bairro da cidade, e se deslocar até uma unidade médica, quando as especialidades do posto de saúde não proveem as demandas. O que deveria ser sensível a este fato, a necessidade de o Estado sanar e propor medidas para a efetivação de políticas públicas quanto ao tema que como já citado não só abraça as moléstias e patologias, porém é visto que não se existe atividades em favor a saúde na sua totalidade, mostrando assim a omissão do Estado, no qual não deveria existir como disposto no Art. 196 da Constituição Federal.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua proteção e recuperação.

O que já é debatido e transcorrido sobre os temas deixa claro o descaso quanto a afastamento do Estado de um bairro nascido na periferia por pessoas advindas de diversas localidades da cidade de Londrina, várias vezes tem que se deslocar para ter acesso aos bens e serviços, pois o referido bairro não tem além de prédios e casase pequenos comércios que de longe não supre as necessidades de uma população famélica de demandas.

A localidade do bairro sendo distante do centro, já constrói uma barreira onde reforça a noção de afastamento e segregação e a falta de planejamento do bairro não só quanto a mobilidade urbana, mas sim uma lista de direitos fundamentais transgredidos em partes e até em alguns casos na sua totalidade.

3.3 LAZER

Em vista o lazer como um direito que busca o bem-estar social é visto que locais, áreas que deviam ser destinado para este caminho são de certa forma insuficiente porém estes são parcelados pelo bairro, visto assim como um problema, pois nestas parcelas de espaços não se consegue ao menos criar uma área de lazer coerente para a pratica de desporto ou local que promova a cultura, não existe nem um projeto institucional por parte da prefeitura no bairro ou ao menos um local de convivência para os moradores, demonstrando assim que os habitantes do bairro Vista Bela não tem uma estrutura que ao menos não exista um mínimo de respeito, sedo uma estrutura que deveria ser o inverso do que se existe. A esfera estatal que deveria ser um dos agentes no qual são responsáveis pelo amparo não só dos jovens, mas sim os adultos, quanto ao trabalho como disposto no Art. 193. “A ordem social tem como base o primórdio do trabalho, e com objetivo de bem-estar e a justiça sociais” (Art. 193. CF, 1988). Construindo assim com todas as falhas um local comprometido com a desigualdade e injustiça que assim não deveria existir, pois é dever do Estado olhar por seus cidadãos, trazendo amparo para os desiguais e não forçando as dificuldades quando não é olhado as normas e as pessoas envolvidas com o devido cuidado .

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho transcendeu além dos direitos e diretrizes que condizia com uma boa estrutura para um bairro sustentável e que traz a população um mínimo de dignidade acarretando contigo o Bem-estar social, onde em vista a omissão estatal e o tendenciosa vista das empreiteiras em busca apenas dos lucros, atropelando leis que determina pontos cruciais para um bom estado de bem-estar, mostrou se assim a falta de sensibilidade por parte das referidos unidades responsáveis pelo não só projeto, mas sim pela falta de atenção, vontade e cuidado para com uma população carente advinda de locais o situações precárias e vulneráveis. Em vista isso a saúde por exemplo onde conta apenas um posto de saúde para suprir todo um bairro, porém oque é mais visível é a falta de escolas para crianças e jovens, no qual a prefeitura gasta-se valores altos para o transporte dos alunos para outras localidades, seguindo este mesmo caminho a falta de áreas uteis para o lazer

Todas as patologias apresentadas poderiam ter sido amenizadas, ou nem existentes, como por exemplo a falta de compreensão sobre os direitos fundamentais e sociais quanto a sua efetivação na sociedade e seus possíveis resultados em prol da mesma, onde é perceptível que não consegue garantir pela falta total de

planejamento e total descaso com a população já referida, em busca de lucratividade por parte das empreiteiras e omissão por parte do Estado. O bairro não se tem áreas de convívio construídas, em detrimento a não observância os direitos como por exemplo o lazer, causando assim não só dificuldades fundadas na estrutura ou melhor dizer a falta da mesma.

Os direitos sociais e todos os demais adquiridos pela sociedade é mais que bem-vindo para ter uma sociedade mais harmônica, compreendida em um estado de bem-estar social e sobre tudo mais justa pois “(a justiça é constante e permanente vontade de dar a cada um o seu direito).”. (NADER,2017).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os meios de se embarca sobre os temas assim referidos na construção do perfil do bairro Vista-Bela foi mais que importante como questionário e visitas feitas no bairro durante o processo de conhecimento do mesmo, além de estudo em cima de referências trazendo o tema para uma melhor comparação da realidade com o que deveria ser o bairro de acordo a normas supracitadas sobre o tema.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

FACHIN, Zulmar. Curso de direito constitucional/ Zulmar Fachin. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. Ajustada ao novo código civil. São Paulo: Saraiva, 2004.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito. 39.^a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

SANTIN, Wilhan. Minha Casa, Minha Vida ergue 'minicidade' isolada .2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/73175-minha-casa-minha-vida-ergue-minicidade-isolada.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Simpósio de Extensão Universitária “Por extenso” (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

SARIS, Simoni. **Vista Bela antecipa comemoração de 7 de Setembro**.2017. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/vista-bela-antecipa-comemoracoes-de-7-de-setembro-987705.html>> . Acesso em 24 nov. 2017.

Agradecimentos: MEC/PROEXT- Programa de Extensão Universitário



ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE TRATAMENTO DE FERIDAS DO AMBULTÓRIO DE ESPECIALIDADES DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UEL

Nathália Jung Ferreira – (discente UEL / apresentador)
Dra.Maria Clara Giório Dutra Kreling– (docente UEL)

Área Temática: **Saúde**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 01660

1. Introdução

A pele é o maior órgão do corpo humano fundamental para o funcionamento adequado do organismo. Constituído pela epiderme que são formadas por células, que não possui vascularização tendo como função a proteção. Seguida pela derme que é uma camada intermediária onde estão presentes os vasos, nervos e anexos cutâneos e por fim a hipoderme que tem função reserva de nutrientes e faz a união entre os órgãos adjacentes (MITTAG, ET AL; 2017).

Há varias razões para que a integridade da pele seja prejudicada, fatores intrínsecos e extrínsecos podem favorecer a interrupção da continuidade desse órgão como a pressão, traumas mecânicos, químicos, físicos, isquêmicos e cirurgias podem resultar em lesões (MITTAG, ET AL; 2017 e MORAIS,ET AL; 2008).

O olhar holístico favorece a compreensão do ser como um todo sendo assim capaz de tratar a ferida de maneira eficaz, acompanhando a evolução, orientando e executando o curativo de forma adequada com princípios científicos, bem como definir o melhor tratamento para o determinado tipo de feridas (MORAIS,ET AL; 2008).

Para que isso ocorra de forma coerente é necessário que seja realizado uma avaliação onde seja identificado os fatores de risco e a vulnerabilidade do paciente, bem como o tipo de lesão e as suas características, após isso deve ser realiado o curativo iniciando com a limpeza que deve ser realizada de forma cuidados pois o seu objetivo primordial é otimizar o ambiente de cura e diminuir o potencial risco de infecção, retirando resto do curativo anterior, tecido inviável e desvitalizados, exsudados e corpos estranhos, preparando o leito da ferida para o tratamento cicatrização (ECHER, ANJOS Et Al; 2007).

Sabe-se que é indiscutível a utilização das tecnologias leve, leve-duras e duras durante a avaliação do paciente. A tecnologia mais dominante na atenção bacia é a

leve e leve-dura que se caracteriza pela utilização de recursos humanos como habilidade técnica, conhecimento científico e de recursos físicos, materiais e protocolos. Na área hospitalar predomina a dura (NETTO et al, 2016).

Os protocolos são recursos tecnológicos que visão organizar o processo de cuidar pode ser classificado como instrumentos para registro, que norteiam que informam e que avaliam. Todas estas ferramentas são tão importantes quantos os recursos humanos ou matérias, pois são eles que norteiam a tomada de decisão e estão intimamente ligados ao cotidiano do profissional (NETTO et al, 2016).

Em virtude da necessidade de sistematizar a assistência de enfermagem e da importância de utilizar a tecnologia leve-dura para a qualificação do cuidado, foi elaborado um protocolo para direcionar e orientar o tipo de cobertura indicado para cada fase e condições do processo de cicatrização em que se encontra a lesão. Com a finalidade de verificar a necessidade de adequação do protocolo, no sentido de adequar as necessidades do paciente, este estudo foi realizado com o seguinte objetivo: Analisar os benefícios e as dificuldades da aplicação de um protocolo de indicação de coberturas para o tratamento de úlceras crônicas.

2. Metodologia

Este estudo trata-se de um relato de experiência sobre a aplicação de um protocolo de indicação de cobertura para o tratamento de úlceras crônicas e análise da sua utilização pelos alunos e docentes atuantes no projeto de extensão, “Assistência ao paciente portador de úlcera crônica, prevenção, tratamento e melhora na qualidade de vida-fase2”.

O local do estudo foi o ambulatório de especialidades do Hospital universitário da UEL.

Para a utilização do protocolo, eram realizadas avaliações das lesões, a partir de um instrumento de avaliação também padronizado pelo ambulatório de feridas, e a partir das condições das lesões, era aplicado o protocolo e implementada a sua indicação nas mesmas.

Para analisar os benefícios e dificuldades do protocolo, o mesmo foi implementado no ano de 2017.

As análises foram feitas por meio de discussões entre os alunos e professores do projeto, além da observação da evolução do processo de cicatrização das lesões.

3. Resultados e Discussões

O conhecimento técnico e científico e de suma importância para realizar a assistência e a sistematização do cuidado frente ao paciente portador de feridas crônicas. Durante a realização de uma consulta de Enfermagem para a realização do curativo é necessário que ocorra a avaliação da ferida podendo levar a interpretações distintas (SILVA,2014).

Devido a isso o fluxograma de cobertura se mostrou eficiente durante as consultas de enfermagem auxiliando a definir e elaborar o raciocínio clinica perante o paciente. Ao primeiro momento deve ser utilizada a observação da pele ao redor e as bordas que pode apresentar sinais flogísticos como dor, rubor, calor, edema e perda da função, podendo apresentar descamação e pele macerada e as avaliado as bordas deve levar em consideração a sua forma, quantidade de queratina, espessura e extensão da mesma.

O segundo momento o leito deve ser analisado cuidadosamente, pois é ele que ira definir qual será a escolha da cobertura ideal. O leito pode ser composto por tecidos viáveis e inviáveis. Respectivamente o tecido de granulação é bastante vascularizado de cor vermelho vivo, com presença de umidade brilhante e o tecido epitelizado e definido por um tecido mais frágil de tom rosado característico da cicatrização (CAEMAGINI, et al. 2012).

Com relação aos tecidos inviáveis, o tecido necrosado de coagulação é compreendido pela presença de crosta preta ou de tonalidade mais escura, o tecido necrosado de liquefação e caracterizada pela cor amarelada ou esverdeado mais amolecido, acompanhada de infecção ou secreções purulentas e por fim o tecido fibrinoso que tem como apresentação fibras/cordões ou como crostas grossas de coloração amarela ou branca aderida ao leito (ARAUJO, et al, 2014).

Posteriormente, a avaliação do leito deve ser observado o tipo de exsudado sendo diferenciado em exsudado seroso que se origina do soro sanguíneo ou de secreções serosas das células mesoteliais, exsudado sanguinolento apresenta quando há lesão de vasos sanguíneos, exsudado purulento é o resultado do processo inflamatório séptico ou asséptico e por fim o exsudado fibrinoso tem a presença de grande quantidade de fibrina (GOMES, et al. 2015).

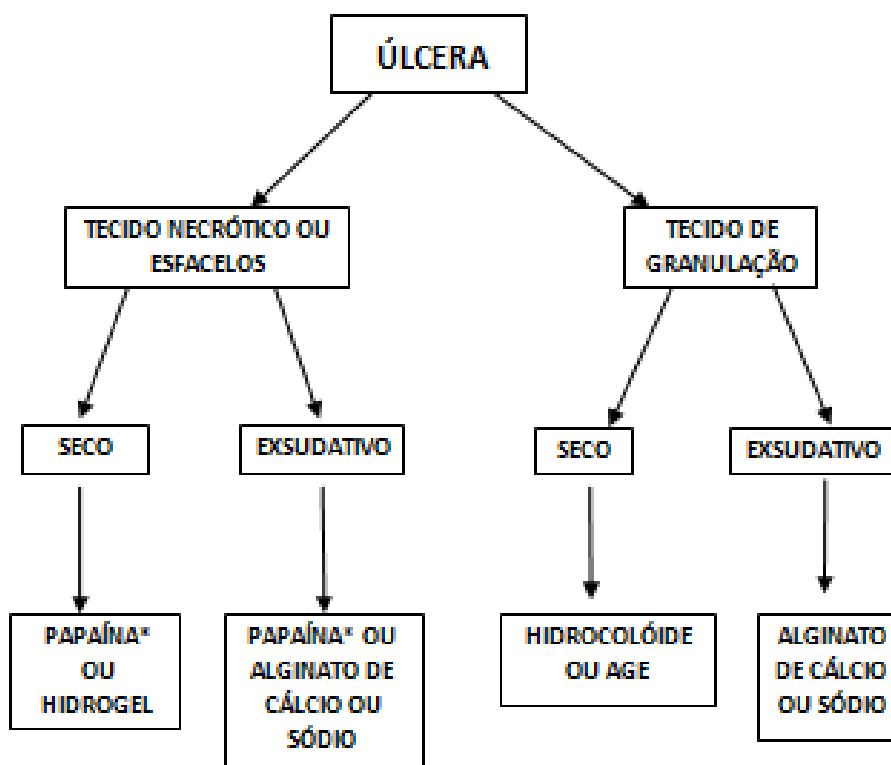
Após a realização da avaliação e limpeza é necessário que ocorra a sistematização do tratamento de acordo com a evolução da ferida e assim seja indicada a cobertura especifica para o processo de cicatrização, redução da dor, promoção do conforto e proporcionar a redução do tecido desvitalizado e exsudado. Há diversas opções de produtos que podem ser utilizados em vários momentos no tratamento.

Os profissionais envolvidos no projeto, ou seja, alunos e docentes, por meio de reuniões, destacaram que a utilização do protocolo trouxe benefícios no sentido de assegurar a indicação correta da cobertura para cada tipo de lesão, favorecendo assim o seu processo de cicatrização, o que foi observado na evolução das lesões dos pacientes e trouxe mais segurança na tomada de decisão para escolha do produto a ser utilizado como cobertura das lesões, além de garantir uma continuidade do tratamento sem interrupções devido as mudanças feitas sem critérios estabelecidos por meio de um protocolo baseado em princípios científicos.

Outro benefício relevante foi a contribuição da aplicação do protocolo no sentido de trazer novos conhecimentos aos alunos atuantes no projeto.

Como dificuldade, verificou-se falta de continuidade da utilização da cobertura indicada pelo protocolo, quando o paciente deveria comprar a mesma para aplicação nos curativos realizados no domicílio, muitas vezes sendo a questão financeira uma limitação para a aquisição dos produtos pelos pacientes.

PROTOCOLO SIMPLIFICADO PARA ESCOLHA DA COBERTURA



*A porcentagem de Papaína pode variar de 2 a 10%, conforme as condições do tecido necrótico, caso seja do tipo macio: 8 a 10%, se for fibroso: de 4 a 6%.

Considerações Finais

Com a utilização do protocolo no ambulatório de feridas foi observada a sistematização da assistência de enfermagem de forma eficiente demonstrando que a utilização da tecnologia leve-dura é de fundamental importância para proporcionar o cuidado a ferida e promover a melhor cobertura para cada tipo de lesão. Como dificuldade, observou-se a falta de continuidade do tratamento por questões de limitação financeira para aquisição de determinados produtos indicados no protocolo para realização do curativo no domicílio, considerando que as consultas são semanais no ambulatório.

A facilidade de entendimento do protocolo também favoreceu para a sua utilização dentro das consultas devido a sua objetividade facilitou as tomadas de

decisões perante o paciente. Além de ter contribuído para o conhecimento dos alunos participantes do projeto.

REFERÊNCIAS

1. RODREIGEUES, D. C.; FERMANDES, L. M.; NICOLA, A.L., GEMELLI, L.M.G.; ALVES, D.C.I.; OLIVEIRA, J.L.C. Ambulatório de feridas: Perfil dos usuários, características e evolução das lesões me hospital universitário. Rev enferm UFPE *on line*, Recife, v. 10,n.8, p. 2933-2941, ago., 2016.
2. MITTAG, B.F.; KRAUSE, T.C.C.; ROEHRS, H.; MEIER, M. J.; DANSKI, M.T.R. Cuidados com lesões de pele; Ação da Enfermagem. Estima. V.15, n.1,p.19-25, 2017.
3. MORAIS, G.F.C.; OLIVEIRA, S.H.S.; SOARES, M.J.G.O. Avaliação de feridas pelos enfermeiros de instituições hospitalares da rede pública. Texto contexto Enfermagem. Florianópolis, v.17, n.1, p.98-105, Jan-Mar, 2008.
4. SILVA, F.A.A.; FREITAS, C.H.A.; JORGE, M.S.B.; MOREIRA, T.M.M.; ALCANTARA, M.C.M. Enfermagem em estomaterapia: cuidados clínicos ao portador de úlcera venosa. Revista Brasileira Enfermagem, Brasília; v.62,n.6,p. 889-893, nov-dez,2009.
5. NETTO, J.J.M; DIAS, M.S.A; GOYANNA, N.F. Uso de instrumentos equanto tecnologia para a saúde. Revista Saúde em Redes, v.2.n.1, p. 65-72, 2016.
6. SILVA, V.C.M. Proposta de um protoco de avaliação de feridas em um centro de tratamento de queimados. Monografia de Especialização, Florianópolis, 2014.
7. ARAÚJO, Emily Quintana Xavier de. Et al. **Papaína-ureia como agente desbridante revisão de literatura**. Rev. Baiana de Saúde Pública. V. 38, N.3,P 636-646. Jul – Set, 2014;
8. CAEMAGNANI, Maria Isabel Sampaio.Et al. **Procedimentos de Enfermagem – Guia pratico**. Guanabara Koogan, 2012.
9. ECHER, Isabel Cristina. Et al. **Avaliação e tratamento de feridas – orientação aos profissionais**. Hospital das Clínicas – Porto Alegre, RS. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34755/000790228.pdf> Acessado em 03 DE Novembro de 2016;
10. ANJOS, Edmara Teodoro dos; TEIXEIRA, Lucimarley Antunes; RODRIGUES Mercedes Antunes; PAULA, Maria Ângela Boccara de; VASCONCELLOS Adriana Carla Lessa Pereira. **O Que os Enfermeiros de Saúde Coletiva Sabem Sobre o Tratamento das Úlceras Venosas?**. Rev. Da associação de estomaterapia: estomias, feridas e incontínências. V.5, N. 10, 2007. Disponível em <https://www.revistaestima.com.br/index.php/estima/article/view/39>, Acesso em 08



ANÁLISE DA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS NA ÁREA DO ESPORTE E DO FITNESS

Giovanna Rohloff – (discente UEL / apresentador)
Luís Alberto Garcia Freitas – (docente UEL)

Área Temática: **Tecnologia e Produção**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **1885**

1. Introdução

Na área da Educação Física (EF), a maior parte dos estudos estão associados a exercício ou atividade física, e poucas pesquisas abrangem a gestão administrativa das empresas prestadoras de serviços em exercício físico (EPSEF). A capacitação profissional relacionada às funções gerenciais vem sendo apontada como fator decisivo na prospecção de negócios. Nos dias de hoje, pouco se sabe sobre o perfil do gestor de EPSEF, os cursos realizados por esses, também havendo a dúvida se a graduação em EF prepara de maneira adequada profissionais que atuam no cargo de proprietário de uma EPSEF. Por isso, o objetivo do estudo foi analisar o perfil dos proprietários e conhecer a estrutura administrativa das EPSEF, bem como as estratégias utilizadas por essas.

São empresas que devem acompanhar o mercado, com mudanças e inovações constantes, se exige reações administrativas rápidas, de conteúdo estratégico. Importante aprender a lógica de atuação de seus condutores. mapeamento das academias por região também é importante para saber onde há maior concentração, se as características tem relação com a região e para os interessados em abrir uma academia, saber a localização ideal dentro de seus critérios. Diversas academias abrem e fecham devido à administração inadequada. A assessoria para EPSEF ainda é pouco comum, mas ela pode impulsionar e aprimorar os negócios, melhorando os recursos já existentes e agregando outros.

2. Referencial Teórico

Lobato e Vitorino (1997) afirma que a administração é complexa e não pode ser considerada uma intuição, deve ter embasamento científico e aplicação sistemática. Qualquer empresa busca sempre a perenização, ou seja, a consolidação de sua existência, por meio de resultados financeiros positivos ao longo do tempo. O principal

é a capacidade de condução da insituição para a consecução das metas estabelecidas no seu plano (AZEVEDO, 2009). As academias podem ser encontradas como micro ou pequenas empresas, despertando assim a curiosidade por compreende-las. São peculiares e intrigantes, na medida em que associa saúde, bem estar, modismo em um único ambiente, assim estudos relacionados a sua forma de gestão são desejáveis, partindo do ponto de que são um tipo de negócio em expansão. (DE LIMA, 2003). O Brasil é o segundo país com maior número de academias de ginástica do mundo, São Paulo abriga a maior quantidade de redes de academias de fitness (IHRSA, 2010).

A demanda da gestão na área esportiva muda conforme o local, políticas e culturas. O gestor de academia formado em EF, é preparado para trabalhar no desenvolvimento de pessoas, mas pouco aprende sobre interesses e características mercadológicas (MELLO, 2013). O profissional de EF sente a necessidade de gerar, administrar e ofertar seus próprios recursos (BASTOS, 2003). A gestão esportiva não é só importante para o ambiente empresarial, mas também para o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte (AZEVEDO, 2009). Kotler (2000), diz que um planejamento estratégico se constitui da definição da missão do negócio, análise das oportunidades e ameaças externas, análise de forças e fraquezas, formulação de metas, estratégias e programas de apoio, implementação dos programas e coleta de feedback, e então exercício do controle. A análise swot é uma ferramenta que pode ser utilizada para identificar os pontos fracos e fortes, as ameaças e oportunidades no ambiente interno e externo. É uma análise que independe do ramo do negócio ou dos fins lucrativos (APPIO et al., 2009).

3. Procedimentos Metodológicos

Foi realizado um mapeamento das EPSEF na cidade de Londrina-PR por meio de dados do Google Maps e ligações para confirmar o local e depois foram separadas de acordo com a região. Nas visitas às academias, os integrantes do projeto e do Escritório de Assuntos Esportivos (EAE) aplicaram um questionário ao responsável presente com 30 perguntas gerais, envolvendo o perfil dos proprietários, as ferramentas e estratégias utilizadas, o perfil dos clientes, recursos financeiros e os serviços oferecidos nessas EPSEF. Em cada pergunta, havia a possibilidade de marcar mais de uma alternativa ou então não respondê-la. Após a coleta, tiveram alguns critérios de exclusão como a não coerência nas respostas, totalizando 88 questionários válidos, não sendo discriminados nomes, nem localização das empresas respondentes, conforme determinado no Termo de Consentimento. E então, os dados foram submetidos ao Software Survio e Microsoft Excel para gerar gráficos.

Para a assessoria, os integrantes do projeto realizaram entrevistas com todos os funcionários a respeito da organização, relação com clientes e outros funcionários, funções exercidas conforme o plano e outras questões de gestão. Com os clientes, ficou à disposição na recepção da academia, questionários para serem preenchidos com os pontos positivos e negativos, como forma de avaliação. Os integrantes do projeto ficaram 5 dias para observar se o que estava sendo relatado era conveniente com a realidade, e analisaram a estrutura, recursos materiais, financeiros e humanos da academia. Após a coleta, foi realizada uma análise SWOT.

4. Resultados e Discussões

No mapeamento das EPSEF, ocorreram imprevistos como a mudança de locais, empresas fechadas e falta de tempo para analisar os dados por região, portanto não foi possível estabelecer um número certo de academias por região, e então foram consideradas como uma totalidade, sem encontrar um padrão por região. Entre 88 proprietários, 47 são homens. Quanto à graduação, 53 são formados em EF, 5 em Administração, 3 em Fisioterapia, 2 em Direito, 2 em Farmácia, 1 em Engenharia Civil, 1 em Ciência do Esporte, 14 não são graduados e 7 não informaram a formação. Sobre a influência da graduação na atuação como proprietário de uma EPSEF, 46 alegaram não existir, ou seja, o conhecimento adquirido no curso não auxiliou na execução das tarefas de administrador/proprietário. Quando questionados se fizeram algum curso específico de gerenciamento e planejamento, 45 responderam não, 27 realizaram no ramo de gestão, 23 na área de empreendedorismo, 16 em marketing e 10 em finanças. Houve pouca diferença em relação ao sexo dos donos. Quanto à formação, apesar da predominância da graduação em EF e a interferência da formação na atuação profissional ter apresentado dados poucos significativos, ainda há um número considerável de graduados em áreas não relacionadas com o exercício físico. Dos 88, 84 relataram acumular funções de outros cargos.

Quanto aos funcionários registrados, 16 relataram ter apenas 1 empregado registrado, 24 com 2 ou 3 empregados registrados e 37 com mais de 3. Quanto aos estagiários, em 11 EPSEF, havia apenas 1 estagiário, em 17 havia 2 ou 3, e em 14 havia mais de 3. Quanto aos temporários, 4 relataram apenas 1 temporário e 19 relataram 2 ou 3. Não foi possível avaliar a totalidade de funcionários em cada EPSEF ou estabelecer um padrão. Foram encontradas 4 EPSEF em que não há nenhum funcionário além do próprio dono. Sobre a capacitação de funcionários, 46 responderam que não há nenhum tipo de treinamento, os 42 que responderam sim, foram divididos em 19 oferecem capacitação geral, 9 apenas em avaliação física, 7 em prescrição de exercício e 7 com foco em musculação, não houve segmentação para EPSEF não envolvidas com academias, foram incluídas na capacitação geral.

Em relação aos clientes, a maior parte está na faixa etária de 20 a 39 anos. Metade das EPSEF apresentam de 201 a 250 clientes, e quando questionados sobre a classe social predominante, a classe D (2 a 5 salários mínimos) foi a mais respondida, em seguida a classe B (10 a 30 salários mínimos) e C (5 a 10 salários mínimos), e então a classe A (mais de 30). Sobre a capacidade de clientes, a sua maioria respondeu grupos de 3 a 50 por hora. Comparando o tempo médio de frequência de academia entre homens e mulheres, elas foram mais citadas de 4 a 6 meses e acima de 18 meses. Já os homens, de 7 a 12 meses e acima de 18 meses. As EPSEF em sua maioria, relataram perda mensal de 10 clientes.

Dos serviços ofertados por essas EPSEF, os mais procurados em ordem decrescente são: musculação, artes marciais, treinamento funcional, natação e hidroginástica, personal training, danças, pilates, tênis, crossfit, método five, patinação e circo. Após os resultados obtidos, foi feito um relatório final com os dados gerais para as EPSEF. A ideia era levar o conhecimento da atual realidade das EPSEF da cidade de Londrina-PR, e futuramente convocar os proprietários para uma discussão e palestra sobre gestão na área de EF.

Imagem 1: Elaboração dos relatórios finais para as EPSEF.



Fonte: acervo da autora

Na assessoria para academia, foi possível observar que era necessário uma intervenção e planejamento para a melhoria da qualidade na organização. Ela não realizava um controle adequado dos seus clientes, e para isso a equipe do projeto iniciou a intervenção, enquanto faziam as observações, atualizando todos os dados do público em que frequentava a academia, colocando em uma plataforma o objetivo de cada um e o modo de treino.

Quadro 1 – Análise SWOT

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
AMBIENTE INTERNO	Forças - Qualidade nos serviços ofertados. - Boa recepção de novos alunos. - Instrutores atenciosos. - Amplo espaço.	Fraquezas - Falta de aulas diferenciadas. - Estrutura sem reformas. - Pouca iluminação e circulação de ar. - Equipamentos antigos. - Falta de planejamento.

AMBIENTE EXTERNO	Oportunidades - Localização propícia a um público que busca exercício físico e saúde. - Grande fluxo de pessoas ativas.	Ameaças - Concorrência com mais inovações e opções de aulas. - EPSEF com preços mais instigantes. - EPSEF com melhores equipamentos e estrutura. - Concorrência com horários menos limitados.
-------------------------	--	--

Fonte: elaborado pelos integrantes do projeto.

Infelizmente, após um relatório final com todos os pontos a serem considerados para um novo planejamento da academia e as mudanças a serem feitas, o grupo não deu continuidade com a assessoria, por conta dos proprietários acharem melhor vender o local.

Considerações Finais

É interessante a necessidade de implementação de cursos e disciplinas relacionados ao planejamento e gestão, conciliando a teoria com a prática como possível estratégia de sucesso para profissionais de EF que desejam trabalhar na administração das EPSEF. Pode-se perceber que nessas EPSEF, os indivíduos com menor poder aquisitivo, dão prioridade para exercícios físicos buscando a saúde ou lazer. Também foi possível observar, que o atendimento personalizado e individualizado é menos comum do que o atendimento em grupo.

Incluir a proposta de assessoria em academias no projeto de Planejamento de Empreendimentos Esportivos na Área do Fitness e Esporte foi uma forma de auxiliar os proprietários a obterem resultados de sucesso a partir de um conhecimento profundo sobre o mercado e as ferramentas de otimização. Além de fazer os alunos de EF se interessarem por conhecimentos teóricos associados a gestão das academias, ter um contato com a realidade do dia a dia dos profissionais e EPSEF e buscar soluções que possam ser efetivas para essas.

REFERÊNCIAS

APPIO, J. et al. Análise swot como diferencial competitivo: um estudo exploratório na Cooperativa Muza Brasil. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.3, n.3, p.01-18, Sem II. 2009.

AZEVEDO, P.H. O esporte como negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais estudos. Goiânia, 36 (9/10), 929-939. 2009.

BASTOS, F. C. Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, ed. especial, n. 20 e 21, p. 295-306, 2003.

DE LIMA, J. B.; ANDRADE, D. M. Elementos situacionais e práticas de gestão em academias de ginástica. 2003.

INTERNATIONAL HEALTH, RACQUET AND SPORTSCLUB ASSOCIATION (IHRSA). The IHRSA Global Report 2009. **Club Business International**, (Supplement), junho, 2010.

KOTLER, P. Administração de Marketing. 10ª. edição. São Paulo, Pearson–Prentice Hall, 2000.

LOBATO, P. L.; VITORINO, E. C. O perfil administrativo adequado a uma instituição desportiva em relação aos princípios teóricos da administração. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 3, n. 2, p. 95-103, 1997.

MELLO, J. A. C.; SILVA, S. A. P. D. S. Competências do gestor de academias esportivas. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 19 n. 1, p. 74-83, jan /mar. 2013

Agradecimentos: PROEX



ANÁLISE DE NÍVEIS E SENSIBILIDADE AO PERÍODO DE SÓDIO EM CARBOIDRATOS PRESENTE EM ANTÍGENOS SOLÚVEIS TOTAIS PROVENIENTES DE *P. brasiliensis* B339 e *P. lutzii*.

Gabriele Inácio de Oliveira – (Discente UEL / Apresentador)
Eiko Nakagawa Itano – (Docente UEL)

Área Temática: Saúde

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 01785

1.0. INTRODUÇÃO

A paracoccidiodomicose (PCM) é uma micose sistêmica causada pelos fungos termodimórficos *Paracoccidioides brasiliensis* e pela nova espécie *Paracoccidioides lutzii*. A PCM é subdividida em aguda e crônica, sendo a forma aguda mais grave e rara, já a forma crônica pode se apresentar de forma benigna e localizada (unifocal) em casos mais severos se desenvolve de forma disseminada (multifocal). Na América Latina o Brasil tem maior incidência de PCM nas regiões Sul e Sudeste, podendo ser encontrado também no México e no norte da Argentina (San-Blas et al., 2002). Já PCM causada pelo fungo *P. lutzii*, foi encontrado na região do Norte do Paraná, logo no período de 1980 a 1998, no estado do Paraná, ocorreram cerca de 551 óbitos por PCM, destacando-se como a quinta doença com maior taxa de mortalidade entre as micoses sistêmicas. A infecção envolve primariamente os pulmões pois possivelmente a infecção se dá pela inalação do fungo. De pulmão pode disseminar-se para vários órgãos e sistemas originando lesões secundárias nas mucosas, nos linfonodos, na pele e outras partes do corpo. Partículas micelianas do fungo contidas em aerossóis podem ser inaladas e chegarem aos bronquíolos terminais dos pulmões (Coutinho et al. 2002). Uma vez instalado, o fungo começa o processo de transição dimórfica para levedura (San-Blas et al., 2002). Independentemente do órgão envolvido, a PCM leva a formação de sequelas fibrosas, que por muitas vezes incapacita o paciente de trabalhar. (Vicentini et al., 1994). Como o fungo emergente é importante conhecer os seus fatores de virulência, pois o conhecimento dos componentes que afetam as células do hospedeiro poderá contribuir melhor para a compreensão e detecção da patogênese da PCM e auxílio do diagnóstico da infecção de *P. lutzii*.

Apesar dos fungos sejam patogênicos, há muitos trabalhos sendo realizados com foco na detecção micológica, onde se baseia no cultivo do material biológico e a sorologia

onde detecta de anticorpos produzidos pelos pacientes através do método de ELISA na pesquisa de anticorpos aos antígenos de alta massa molecular (hMM) glicoproteínas gp 43 e gp 70 que são uma característica única da PCM, podendo ser um diferencial no diagnóstico (BERZAGHI,2005). Seguindo essa linha podemos encontrar o estudo dos fatores de virulência. Alguns dos fatores que ainda estão sendo estudados são as glucanas, presente na parede celular dos fungos, podem ser utilizados em exames para detecção geral de doenças fúngicas, através de pesquisa de beta-glucanas (KANETSUNA, et al 1972).

O presente trabalho analisou níveis e sensibilidade ao periodato de sódio de carboidratos presentes nas frações de preparado de antígenos solúveis totais de *P. brasiliensis* B339 e *P. lutzii*.

2.0. METODOLOGIAS

2.1. Microorganismo

Foram utilizadas duas espécies: *P. brasiliensis* B339 (IFM 41630; espécie filogenética S1) e isolado LDR2 (IFM 54648; *P. lutzii*). Os fungos foram mantidos na fase leveduriforme em meio Agar Sabouraud em estufa a 35°C, com repique a cada 5-7 dias.

2.2. Expansão dos fungos e produção de CFA

Inicialmente ambos as cepas dos fungos *P. lutzii* e *P. brasiliensis* foram expandidos em meio Agar sabouraud dextrosado a 35°C em estufa BOD, com repique a cada 7 dias. A partir da massa fúngica cultivada, foi coletado, adicionando-se tampão salina-fosfato (PBS) 0,15 mol/L pH 7,2 (vol/vol), timerosol 0,02% e inibidor de protease fluoreto de fenilmetilsulfonil (PMSF) 2,5 mmol/L. Após agitação em vórtex por 15 min, repouso por 2 h a 4°C e novamente agitação em vórtex por 5 min, foi centrifugado sob refrigeração a 1005 x g por 15 min e o sobrenadante foi centrifugado a 12870 x g, 15 min. Amostra de sobrenadante coletada e verificou-se a concentração protéica do CFA obtido, dosada pelo Nanodrop. Ambas as amostras foram alíquotadas e armazenadas em freezer -20 °C até a utilização.

2.3. Fracionamento por CCL

O fracionamento foi realizado através de uma coluna de cromatografia líquida (CCL) utilizando-se gel Sephacryl G-200 equilibrado com tampão PBS pH 7,2 4mL de cada amostra de preparado de CFA foi aplicada na coluna e as frações foram coletadas em coletor de frações automático e as absorbâncias foram lidas em espectrofotômetro a 280nm. As frações coletadas foram analisadas no aparelho Nanodrop para dosagem de proteína novamente. Essas frações foram submetidas à análise de nível de carboidrato. Para tanto amostras foram tratadas com fenol e ácido sulfúrico concentrado, seguida de leitura após 5 minutos, em espectrofotômetro a 492nm.

2.4. Determinação da oxidação CH da fração de alta MM por ELISA periodato.

ELISA foi preparada da através da sensibilização das placas de 96 orifícios com as frações 9 a 13, diluídas com 5mM em tampão carbonato/bicarbonato pH:9,6 por 1h a 35°C e overnight a 4°C. Lavou - se 4 vezes com tampão lavagem. Fez-se o bloqueio por 1 h a 25°C, Lavou - se novamente com tampão acetato de sódio 50mM, pH 4,5. Em seguida incubou-se com periodato de sódio 5mM em tampão acetato por 1h a 25°C no escuro, Lavou - se com PBD-Tween 3 vezes. Novamente foi incubado com tampão TRIS 0,2M pH 7,2 em glicerol 0,5% por 30 minutos a 35°C, Lavou-se 2 vezes com PBS-tween, Incubou com PBS-glicina 1h a 35°C, Lavou-se com PBS. Incubou-se ação com pool de soros de pacientes com PCM n=8, na concentração de 1:200 por 2h a 35°C, última lavagem feita com tampão lavagem. Revelação com OPD por 20 minutos, posterior leitura a 492 nm

3.0. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos por cromatografia demonstraram a presença de dois picos de absorbância a 280 nm, sendo o primeiro pico considerado de alta MM, entre as frações 9 a 13, entretanto os valores obtidos foram mais altos em *P. lutzii* (Figura 2) do que no *P. brasiliensis* (Figura 1).

Figura1: Perfil cromatográfico de nível de carboidratos e de proteínas das frações eluídas por cromatografia de coluna líquida com antígenos solúveis CFA do fungo *P. brasiliensis* B339.

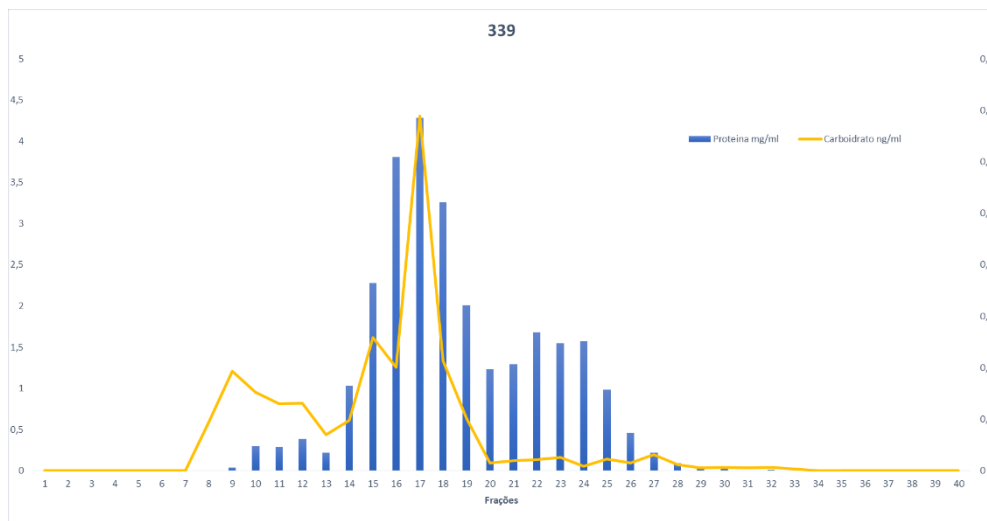
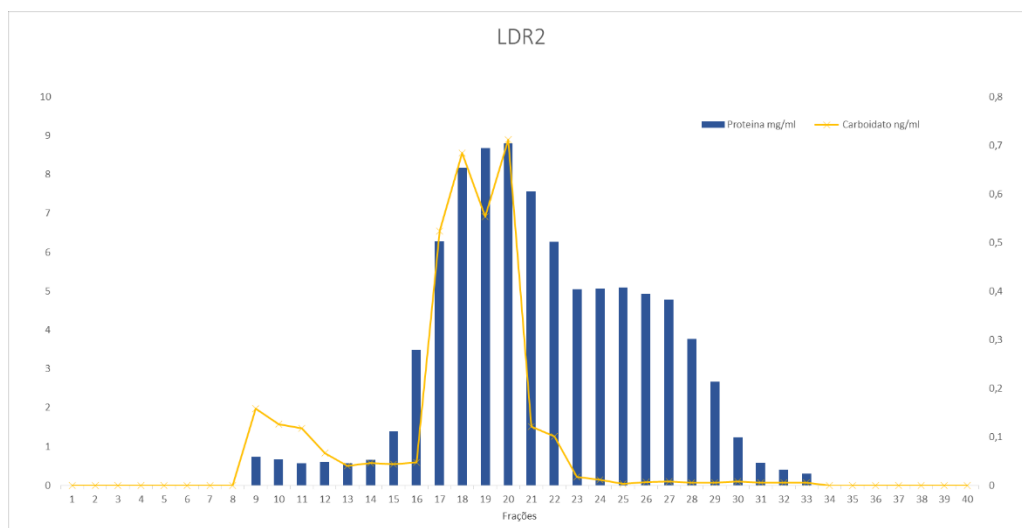


Figura 2: Perfil cromatográfico de nível de carboidratos e de proteínas das frações eluídas por coluna de cromatografia líquida de antígenos solúveis CFA do fungo LDR2.



O estudo da fração de alta MM é importante uma vez que Marquez e cols. (2005) sugeriram a possibilidade de se utilizar antígeno de alta massa molecular (~380 kDa) como diferencial da PCM crônica (forma menos grave da doença) da aguda (mais grave). No presente trabalho analisou-se o nível e sensibilidade de CH presentes na fração de alta MM.

A sensibilidade de CH da fração de alta MM a ação de periodato foi realizada por ELISA com amostras de CFAs tratadas ou não com periodato de sódio. A leitura em D.O. a 492nm foi próxima de zero, sugerindo oxidação de açúcar presente nas frações (figura 3).

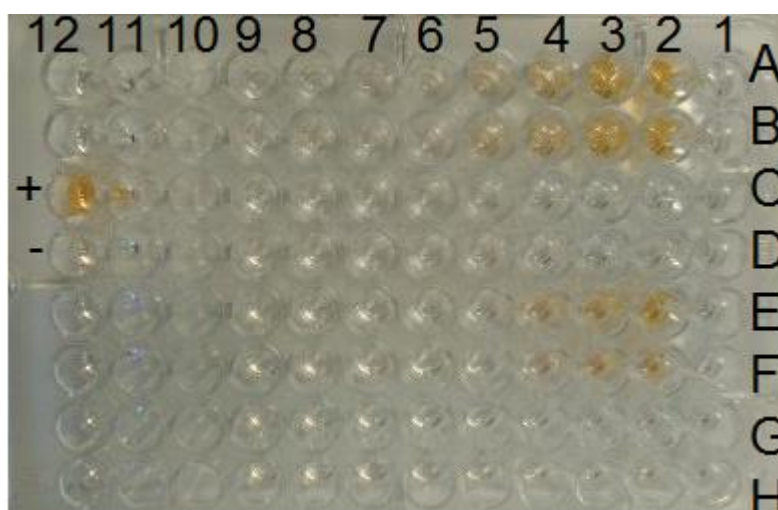


Figura 3. Resultado de ELISA Peirodato

Sendo:

A e B: frações *P. lutzii* com periodato de sódio.

C e D :frações *P. lutzii* sem periodato de sódio.

E e F: frações *P. brasiliensis* com periodato de sódio.

G e H: frações *P. brasiliensis* sem periodato de sódio.

Controle positivo em C

Controle negativo em D

A análise de fração de alta MM de 9 a 13 portanto 5 amostras e na placa, sendo:

Coluna 1- fração 9;

Coluna 2 - fração 10;

Coluna 3 - fração 11;

Coluna 4 – fração 12;

Coluna 5 – fração 13.

4.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises realizadas anteriormente junto com as demais, os resultados obtidos sugere que os anticorpos presentes em soros de pacientes com PCM reconhecem principalmente epítomos de CH na fração de alta MM, tanto de CFA proveniente de *P. lutzii* como de *P. brasiliensis*.

5.0. REFERÊNCIAS

Arantes, T. D. et al. Environmental Mapping of Paracoccidioides spp. in Brazil Reveals New Clues into Genetic Diversity, Biogeography and Wild Host Association. **PLoS Negl Trop Dis**, v. 10, n. 4, p. e0004606, Apr 2016

Coutinho, Z. F. et al. Paracoccidioidomycosis mortality in Brazil (1980-1995). **Cad Saude Publica**, v. 18, n. 5, p. 1441-54, 2002 Sep-Oct 2002

F. Kanetsuna, Luis M. Carbonell, Ichiro Azuma e Yuichi Yamamura 1972. Biochemical Studies on the Thermal Dimorphism of Paracoccidioides brasiliensis. JOURNAL OF BACTERIOLOGY, Apr. 1972, p. 208-218.

Marquez e cols. (2005)

RODRIGO BERZAGHI, SILVIA HELENA MARQUES DA SILVA E ZOILO PIRES DE CAMARGO. Variable gp43. Secretion by *Paracoccidioides brasiliensis* Clones Obtained by Two Different Culture Methods. **J Clin Microbiol**. 2005 Jan; 43(1): 491–493.

San-Blas G, Niño-Vega G, Iturriaga T. 2002 .*Paracoccidioides brasiliensis* and paracoccidioidomycosis: molecular approaches to morphogenesis, diagnosis, epidemiology, taxonomy and genetics. **Med Mycol**. 40(3):225-242.

Teixeira MM, Theodoro RC, de Carvalho MJ, Fernandes L, Paes HC, et al. 2009. Phylogenetic analysis reveals a high level of speciation in the Paracoccidioides genus **Mol Phylogenet Evol** 52: 273-283.

Vicentini AP, Gesztesi JL, Franco MF, de Souza W, de Moraes JZ, Travassos LR, et al. 1994. Binding of *Paracoccidioides brasiliensis* to laminin through surface glycoprotein gp43 leads to enhancement of fungal pathogenesis. *Infect Immun.* 62:1465-9.

Agradecimentos: PROEX/UEL, PPSUS//Fundação Araucária e MEC/PROEXT



ANÁLISE DO PERFIL CLÍNICO DOS GATOS REAGENTES AO TESTE RÁPIDO DE PANCREATITE FELINA (SNAP fPL®) ATENDIDOS EM 2014 NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Raquel Carolina Simões Siqueira – (discente UEL / apresentador)
Marcelo Soares (discente de pós-graduação Mestrado Profissional em Clínicas Veterinárias UEL)
Marcelo de Souza Zanutto– (docente UEL)

Área Temática: **Saúde Animal**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 01979

1. Introdução

A pancreatite felina consiste na inflamação do pâncreas desencadeada pela autodigestão das enzimas digestivas produzidas pelo próprio órgão. Neste processo, por consequência à lesão parenquimal, ocorre o extravasamento destas enzimas para a corrente sanguínea (com destaque a lipase pancreática) e clinicamente o animal manifesta sinais de anorexia, apatia, vômito, diarreia, desconforto abdominal e desidratação (XENOULIS, 2015).

Dependendo da forma com que ocorra a evolução da doença, o felino pode apresentar complicações sistêmicas graves e progredir rapidamente para o óbito, ou então, pode haver o processo de fibrose pancreática, promovendo sequelas como o diabetes mellitus, por exemplo (XENOULIS et al., 2008; XENOULIS, 2015).

A dificuldade do diagnóstico precoce da pancreatite em felinos deve-se à própria característica da espécie, que demonstra de forma sutil a presença dos sinais ou quando apresenta a sintomatologia clássica já possui a doença em estágio avançado. Adicionalmente, o meio diagnóstico tradicional, a ultrassonografia, proporciona muitos resultados falso-negativos, uma vez que as alterações presentes costumam ser discretas e dependendo da experiência ou acuidade do operador, pode-se passar despercebido (ARMSTRONG & WILLIAMS, 2012; XENOULIS, 2015).

Diante deste cenário, visando a aprimorar a capacidade diagnóstica da pancreatite felina, foi desenvolvido o teste rápido (SNAP fPL®), um dispositivo imunocromatográfico de alta sensibilidade, que identifica, de modo semiquantitativo, se a concentração de lipase pancreática felina encontra-se em níveis normais ou anormais para a espécie, dentro de um período de apenas 10 minutos, possibilitando um diagnóstico mais precoce e preciso em comparação as outras técnicas utilizadas. (CANEY, 2013; WILLIAMS et al., 2013; XENOULIS, 2015).

Com base em tudo que foi exposto previamente, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de traçar o perfil do felino com níveis anormais altos de lipase sugestivo de pancreatite, realizou-se a análise de dados referentes à resenha, anamnese, exame físico, exames complementares (laboratoriais e de imagem), assim, identificando a população mais vulnerável para desenvolver a doença, alertando os médicos veterinários quanto a essa possibilidade, permitindo uma intervenção precoce e, deste modo, aumentando as chances de um desfecho positivo.

2. Atividades desenvolvidas

Este projeto foi elaborado com o objetivo de atender a necessidade de novas informações acerca da pancreatite felina, no que diz respeito à população de risco ou fatores desencadeantes ou predisponentes, já que muitas vezes é classificada como idiopática pela escassez de informações, sendo utilizado o teste *SNAP fPL®* (IDEXX Laboratories), o meio diagnóstico mais sensível, específico e não invasivo desenvolvido para este fim.

Os benefícios gerados pelos resultados deste projeto implicam diretamente na rotina do médico veterinário, que estará mais apto para identificar a doença, pois ao reconhecer ao exame clínico elementos com o potencial de desencadear pancreatite, poderá intervir mais rapidamente, contornando melhor a situação e minimizando riscos.

Os animais de companhia na sociedade atual desenvolvem cada vez menos atividades relacionadas ao trabalho (no caso dos gatos, a caça com o objetivo de eliminação de pragas) e conquistam um lugar privilegiado no âmbito familiar. Portanto, pesquisas que contribuam, direta ou indiretamente, no aumento da sobrevivência desses animais tem um impacto social muito grande, devido a este novo papel que desempenham.

A relevância deste tipo de projeto no universo acadêmico, com destaque à graduação, é que instiga os discentes a formularem soluções ou inovações que auxiliem no exercício da profissão, seja na parte clínica ou laboratorial. Além disso, a participação de alunos em projetos de extensão com atividades científicas proporciona uma maior compreensão dos elementos que compõem uma experimentação, desta forma, enriquecendo o montante de conhecimento adquirido, que será refletido principalmente quando este aluno se inserir no mercado de trabalho.

3. Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, acompanharam-se os atendimentos dos gatos atendidos no Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina (HV-UDEL) no período de janeiro a dezembro de 2014, dos quais, após o consentimento do proprietário, colheram-se sangue (por meio de punção venosa na jugular principalmente), que foi despejado em tubos contendo EDTA, devidamente identificados com o nome do paciente, número de registro do HV-UDEL e data da colheita. Posteriormente, o material foi centrifugado e segregou-se uma alíquota de plasma, para enfim, ser armazenado a temperaturas inferiores a $-20\text{ }^{\circ}\text{C}$.

De janeiro a julho de 2017 as amostras foram gradualmente descongeladas (de acordo com a quantidade de testes que seriam realizados ao longo do dia) até que atingissem a temperatura ambiente, para a execução dos testes *SNAP fPL®*, (IDEXX Laboratories).

Para a realização de um teste *SNAP fPL®* basta previamente homogeneizar três gotas da amostra de plasma com quatro gotas do reagente específico fornecido pelo fabricante em um *ependorf*, e, posteriormente despejar o conteúdo no poço coletor, esperar alguns segundos até que esta atinja o círculo de ativação para que se possa liberar a solução de lavagem e o cromógeno da reação e, por fim, aguardar dez minutos para poder interpretá-lo. Foram considerados positivos ou reagentes para níveis anormais altos de lipase sugestivo de pancreatite aquelas amostras cujas colorações foram igual ou mais intensa que a do ponto de controle. Todos os resultados foram registrados em planilha física e digital.

Em um segundo momento, dos animais que foram reagentes ao teste, coletou-se informações de resenha, anamnese, exame físico, exames laboratoriais e de imagem do prontuário individual de atendimento do HV-UJEL, que foram registradas em formulário digitalizado, para posterior análise estatística descritiva do perfil do paciente felino com inflamação pancreática.

4. Resultados

De um total de 374 animais cujo soro foi testado pelo método de imunorreatividade da lipase pancreática felina, 119 apresentaram resultado reagente. Diante disto, realizou-se uma análise de dados referentes à resenha, anamnese, exame físico, exames laboratoriais e de imagem, com o objetivo de traçar o perfil do felino com nível anormal alto de lipase sugestivo de pancreatite.

Todos os quesitos elencados para que se pudesse atingir tal meta terão os resultados expressos em forma de porcentagem, sendo exibido, conjuntamente, em parênteses, o valor absoluto.

Do total de gatos reagentes, verificou-se que 52% (62) eram machos e 48% (57) fêmeas, sendo estes 87% (104) sem raça definida (SRD), 8% (9) Siamês, 4% (5) Persa e 1% (1) Angorá

Em relação à faixa etária eram 23% (27) filhotes, ou seja, animais com idade inferior a seis meses, 42% (50) jovens adultos, faixa etária compreendida entre seis e 23 meses, 19% (23) adultos (2 a 6 anos), 3,5% (4) adultos maduros (de 7 a 8 anos) e 9% (11) idosos, ou seja, idade superior a 8 anos. Por fim, 3,5% (4) dos animais os proprietários não tinham conhecimento de sua idade, e, portanto, não há registro destas em seus respectivos prontuários.

Foram inúmeras causas que desencadearam os proprietários a procurarem auxílio médico veterinário no HV-UJEL. Entre estas, é possível apontar que as razões para tal foram: 33% (41) trauma, 16% (20) procedimentos cirúrgicos eletivos, 16% (20) sinais inespecíficos, 9% (11) afecções reprodutivas, 7% (9) afecções do trato urinário, 6% (8) alterações respiratórias, 5% (6) alterações neurológicas, 4% (5) realização de exames complementares, 3% (4) afecções entéricas e 1% (1) aumento de volume apendicular compatível com neoplasia.

Em decorrência das alterações orgânicas destes felinos, alguns proprietários realizaram tratamentos anteriores, constituídos por um único ou múltiplos medicamentos, sob orientação de um médico veterinário ou de forma empírica.

De modo geral, a representatividade dos fármacos fornecidos foi de: 15,5% (22) antimicrobianos; 10% (15) fármacos antipiréticos e analgésicos; 7,6% (11) drogas de classes diversas; 3% (4) antiinflamatórios não esteroidais (AINEs); 3% (4) progestágenos; 2,1% (3) protetores gástricos; 2,1% (3) suplemento vitamínicos; 1,2% (2) fluidoterapia, 1,2% (2) corticóides; e 0,6% (1) organofosforado tópico. Em 2,1% (3) os proprietários não souberam informar qual fármaco foi outrora administrado.

Em contrapartida, observou-se que em 42,5% (61) não se realizou nenhuma intervenção terapêutica prévia. Já em 7% (10) não constava tal informação na anamnese.

Já se tratando do exame físico, os aspectos avaliados foram: estado nutricional, hidratação, coloração de mucosas, temperatura e alterações sistêmicas.

Sobre o estado nutricional, foi possível averiguar que 63% (75) encontravam-se com escore corporal ideal, 17% (20) estavam magros, 8,5% (10) caquéticos e 7,5% (9) obesos. Os demais 4% (5) não possuíam esta informação descrita no prontuário.

Em relação a hidratação, 60% (72) encontravam-se normohidratados, enquanto 14% (17) apresentavam desidratação leve (5 a 7% de desidratação), 9% (11) desidratação moderada (8 a 9% de desidratação), 8% (9) desidratação grave (10 a 12% de desidratação), 1% (1) em choque (desidratação superior a 12 %). Em 2% (2) os animais estavam desidratados, porém esta não foi graduada, impossibilitando sua classificação. Nos restantes 6% (7) esta informação encontrava-se ausente.

Já quanto à coloração das mucosas, dos animais avaliados, em 67,5% (80) encontravam-se normocoradas (rosadas), porém, em 21% (25) estavam pálidas, em 4% (5) hiperêmicas, em 2,5% (3) ictéricas e em 1% (1) cianóticas. Novamente, nos remanescentes 4% (5) não se realizou tal exame, uma vez que não há registro em seus respectivos prontuários.

Discorrendo-se sobre a análise da temperatura corpórea dos animais em questão, verificou-se que em 60% (72) a temperatura encontrava-se com valores dentro do intervalo de referência definido para a espécie (37,5° a 39,5°C). Já 15% (18) apresentavam hipotermia, sendo a temperatura mínima observada de 32,6°C. Em 14% (17) identificou-se hipertermia, tendo como limite superior, nesta análise, o valor de 41,2°C. Mais uma vez, não foi possível obter tal dado em 10% (12) pelo fato do exame físico ter sido realizado de forma incompleta.

Dentre as alterações evidenciadas pelo exame físico, de modo geral, é possível afirmar que havia alterações em: 14,5% (31) pele e anexos; 14,5% (31) ortopédicas; 9% (20) posturais; 8% (18) sistema nervoso; 7,5% (17) sistema reprodutivo; 7% (16) sistema respiratório; 7% (16) cavidade oral; 4,5% (11) sistema urinário; 4,5% (10) sistema digestório; 4,5% (10) globo ocular; 3% (8) sistema cardiovascular; 2,5% (7) musculatura e 1,5 % (5) sistema hemolinfático.

Apesar de tal expressividade de alterações, em 10% (22) não foram verificadas quaisquer anormalidades e, em 2% (6) o exame físico não foi realizado.

Também foi averiguado o tipo de acompanhamento médico veterinário do quadro clínico. Em 58,5% (70) não foi preciso hospitalizar o animal, sendo seu acompanhamento constituído por retornos semanais ao HV-UEL. Já em 31% (37) dos casos julgou-se necessária a internação, sendo que em 22% (26) os gatos receberam alta após, em média, quatro dias. Em contrapartida, os demais 9% (11) vieram a óbito, em sua maioria em torno de 30 horas após o internamento.

Em 4% (5) dos casos os gatos foram encaminhados para continuidade do tratamento em clínica particular uma vez que não havia vaga para internamento no HV-UEL. Além disso, em 3,5% (4) o acompanhamento foi descontinuado e nos demais 3% (3) realizou-se eutanásia devido ao péssimo estado geral dos animais.

Quanto aos exames complementares, avaliou-se hemograma, bioquímica sérica, urinálise e ultrassonografia abdominal. Entretanto, como esses exames não foram realizados em todos os animais avaliados (uma vez que a solicitação foi realizada com base na necessidade individual de cada caso), a análise estatística foi realizada de forma proporcional com os dados disponíveis.

O hemograma foi solicitado em 76 casos, que possibilitou evidenciar em 26% (24) anemia (volume globular inferior a 24%); 23% (21) leucograma inflamatório (leucocitose por neutrofilia, com ou sem desvio a esquerda); 12% (11) trombocitose; (plaquetas superiores a 600.000); 9% (8) leucograma de estresse (leucocitose por neutrofilia e linfopenia); 6% (6) somente linfopenia (linfócitos inferiores a 1500); 4% (4) trombocitopenia (plaquetas inferiores a 300.000); 3% (3) somente neutrofilia (neutrófilos superiores a 12.500); 1% (1) somente linfocitose (linfócitos superiores a 7.000); 1% (1) somente eosinofilia (eosinófilos superiores a 1.500); 1% (1) leucocitose por linfocitose (leucócitos superiores a 19.500, devido linfócitos superiores a 7.000) e 1% (1) eritocitose (volume globular superior a 45%). Nos demais 13% (12) não se observaram alterações.

A avaliação bioquímica sérica foi realizada em 67 animais, dos quais se averiguou: 30% (27) hiperglicemia (glicose superior a 110 mg/dL); 24% (22) azotemia (elevação sérica de creatinina e ureia); 13% (12) aumento das enzimas hepáticas (elevação sérica de alanina aminotransferase (ALT), fosfatase alcalina (FA) e gama glutamil transferase (GGT)); 7% (6) hipoproteinemia (proteína total inferior a 6 g/dL); 4% (4) hipoglicemia (glicose inferior a 70 mg/dL) e 2% (2) hiperproteinemia (proteína total superior a 8 g/dL). Em 20% (18) não foram identificadas alterações.

Já a urinálise, avaliada apenas em 11 gatos revelou: 27% (8) proteinúria; 17% (5) hematúria; 10% (3) bilirrubinúria; 10% (3) piúria; 10% (3) bacteriúria; 7% (2) hemoglobinúria; 7% (2) descamação celular significativa; 3% (1) glicosúria; 3% (1) cetonúria e 3% (1) cristais de fosfato amorfo. Em 3% (1) não havia alterações.

Por fim, a ultrassonografia foi realizada em somente 10 gatos, e esta permitiu a visualização de alterações em: 20% (5) vesícula biliar; 20% (5) rins; 16% (4) fígado; 12% (3) intestinos; 8% (2) baço; 8% (2) vesícula urinária; 4% (1) pâncreas; 4% (1) cavidade abdominal (líquido livre); 4% (1) linfonodos e 4% (1) útero.

5. Discussão

Nas pesquisas acerca do tema, não foi evidenciada predisposição sexual, entretanto em relação à idade, de acordo com a literatura, animais com idade superior a sete anos são mais susceptíveis, o que não significa que animais mais jovens estejam isentos de desenvolver a doença. Talvez o que justifique uma maior incidência em felinos jovens adultos seria o fato de estes serem mais ativos, e conseqüentemente, mais expostos a situações que possibilitem o trauma, um fator de predisposição (De COCK et al., 2007; ARMSTRONG & WILLIAMS, 2012; CANEY, 2013; XENOULIS, 2015).

O fator racial não é considerado um elemento de predisposição da pancreatite em felinos. O fato de haver uma predominância quase absoluta de animais SRD justifica-se pelas condições sócio-econômicas da maioria da população atendida no HV-UEL (De COCK et al., 2007; XENOULIS, 2015).

A pancreatite em felinos, na maioria dos casos, é classificada como idiopática uma vez que, durante a propedêutica clínica não se identifica a causa de base. Contudo, há diversos fatores que podem predispor o desenvolvimento da afecção, por isso deve-se atentar-se a anamnese à procura destes elementos (De COCK et al., 2007; XENOULIS, 2015).

Dentre importantes fatores desencadeantes descritos pela literatura, uma grande parcela dos animais reagentes, deste estudo, desenvolveu pancreatite por razão condizente, tendo destaque o trauma abdominal, seja decorrente de quedas de grandes alturas ou acidentes automobilísticos, nas quais as alterações pancreáticas

tendem a ser observadas entre 12 a 24 horas após o acidente. Também se pode elencar nesta categoria trauma pancreático por manipulação cirúrgica, evidenciado pela alta taxa de gatos com pancreatite após procedimentos cirúrgicos eletivos (WASHABAU & DAY, 2013).

Outro componente com potencial de provocar pancreatite são os fármacos, principalmente os AINEs, fato evidenciado por este trabalho, apesar de que em um nível menos expoente. Ademais, há relatos de gatos que desenvolveram pancreatite após o tratamento tópico com organofosforado usado para fins ectoparasiticidas, situação também evidenciada (CANEY, 2013).

Como mencionado anteriormente, a sintomatologia clássica da pancreatite em gatos é composta por anorexia, apatia, vômito, diarreia, sendo verificado ao exame físico dor abdominal, desidratação, icterícia e alteração de temperatura corpórea (sendo mais comum a hipotermia do que a pirexia). Entretanto, os felinos comumente mascaram ou retardam a manifestação dos sinais. Por este motivo, estas alterações foram observadas em uma menor expressividade no exame clínico (STOCKHAUS et al., 2013; WILLIAMS et al., 2013; XENOULIS, 2015).

Em casos em que há alterações, o hemograma evidencia normalmente leucograma inflamatório e/ou anemia (pela doença inflamatória), como também pode haver eritrocitose ou trombocitose pela desidratação, ou ainda, trombocitopenia pelos distúrbios coagulativos provocados pela pancreatite (ARMSTRONG & WILLIAMS, 2012; STOCKHAUS et al., 2013).

Já em relação às alterações de bioquímica sérica, o mais comum de ser observado é o aumento da concentração da bilirrubina total, azotemia (pré-renal) e aumento da atividade das enzimas hepáticas aspartato aminotransferase (AST) e ALT em decorrência dos efeitos locais das enzimas pancreáticas, ou ainda pela presença de doença hepática concomitante (WATSON, 2015).

Outra alteração hematológica bastante frequente são a hiperglicemia pela diminuição da liberação de insulina e aumento do glucagon, que também pode estar presente devido ao estresse. Já a hipoglicemia não costuma ocorrer, mas pode ser justificada por períodos prolongados de anorexia ou sepse (WATSON, 2015).

Já quanto à urinálise, as alterações que esta evidencia que são mais relevantes na avaliação do paciente com pancreatite diz respeito à bilirrubinúria, além de possibilitar distinguir azotemia de causa pré-renal ou renal (XENOULIS et al., 2008).

Quanto aos exames de imagem, especificamente a ultrassonografia, é bastante comum que não se visualize alterações sugestivas de pancreatopatia, pois a localização anatômica do pâncreas, o tempo de evolução da doença, o grau e a distribuição da inflamação pancreática influenciam negativamente na visualização de um processo lesional intercorrente no órgão (ARMSTRONG & WILLIAMS, 2012).

Considerações Finais

O advento de testes como o *SNAP fPL®* representa um grande avanço na medicina veterinária no que se diz respeito a pancreatite em animais de companhia, uma vez que proporciona a resolução para um problema diagnóstico de uma doença silenciosa que provoca graves malefícios no estado de saúde destes animais, fornecendo resultados de maneira rápida e eficaz, por meio de uma técnica fácil de ser executada e acessível, assim, permite que haja uma rápida intervenção

terapêutica, aumentando as chances de plena recuperação do paciente, desfecho desejado tanto pelo clínico como pelo proprietário.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, P. J.; WILLIAMS, D. A. Pancreatitis in cats. **Topics in Companion Animal Medicine**, v. 27, n. 3, p. 140-147, 2012.

CANEY, S. M. Pancreatitis and diabetes in cats. **Veterinary Clinics of North America: Small Animal Practice**, v. 43, n. 2, p. 303-317, 2013.

DE COCK, H. E. et al. Prevalence and histopathologic characteristics of pancreatitis in cats. **Veterinary Pathology**, v. 44, n. 1, p. 39-49, 2007.

STOCKHAUS, C. et al. Serial serum feline pancreatic lipase immunoreactivity concentrations and prognostic variables in 33 cats with pancreatitis. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 243, n. 12, p. 1713-1718, 2013.

WASHABAU, R. J. Diseases of the Gastrointestinal Tract. In: WASHABAU, R. J.; DAY, M. J. **Canine and Feline Gastroenterology**. 1st ed. Milton: Elsevier Saunders, 2013. p. 821-829.

WATSON, P. J. O pâncreas exócrino. In: Nelson, R. W.; Couto, C. G. **Medicina Interna de Pequenos Animais**. 5th ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p. 598-617.

WILLIAMS, J. M. et al. Ultrasonographic findings of the pancreas in cats with elevated serum pancreatic lipase immunoreactivity. **Journal of Veterinary Internal Medicine**, v. 27, n. 4, p. 913-918, 2013.

XENOULIS, P. G. Diagnosis of pancreatitis in dogs and cats. **Journal of Small Animal Practice**, v. 56, n. 1, p. 13-26, 2015.

XENOULIS, P. G.; SUCHODOLSKI, J. S.; STEINER, J. M. Chronic pancreatitis in dogs and cats. **Compendium on Continuing Education for the Practising Veterinarian**, v. 30, n. 3, p. 166-180, 2008.

Agradecimentos: PROEX/PROINEX



Análise dos dados sociodemográficos, reprodutivos e sexuais de mulheres HPV positivas com lesão e sem lesão

Aline Mie Nishimura (discente UEL / apresentadora); Aline Esposito; Ana Paula Lombardi Pereira; Erica Romão Pereira; Michelle Mota Sena; Rodolfo Sanches Ferreira; Fernando Cezar dos Santos; Kleber Paiva Trugilo; Nádia Calvo Martins Okuyama; Gabriela Cristine Queiroz Maria; Adriano Martins Felis Aranome; Karen Brajão de Oliveira (orientadora)

Área Temática: **Saúde Humana**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01986**

1. Introdução

O Papilomavírus Humano (HPV) é um vírus que acomete tanto homens quanto mulheres e sua infecção é a doença sexualmente transmissível (DST) de maior frequência (BRASIL, 2013). O HPV é associado a uma gama de condições clínicas que se estende desde lesões inócuas até o câncer (BURD, 2003). O HPV está presente em 99,7% dos casos de câncer (WALBOOMERS, 1999), podendo ser reconhecido como causador notório de condilomas, neoplasias intraepiteliais e carcinomas cervicais (WHO/ICO, 2017).

Contudo, a infecção pelo vírus papilomatoso é condição necessária, porém insuficiente para que haja o desenvolvimento do câncer cervical (KOWLI et al., 2013). Cofatores podem ter influência na progressão carcinogênica, como o início da atividade sexual e hábitos tabagistas, sendo um fenômeno transitório em, aproximadamente, 80% dos casos (RAMA et al., 2008).

O câncer de colo de útero está na quarta posição dentre os cânceres mais comuns na população feminina, com uma estimativa de incidência mundial de 528 mil casos no ano de 2012 (GLOBOCAN, 2012). No Brasil, é o terceiro mais frequente, com estimativa de 16.340 casos de câncer de colo uterino para o ano de 2016, podendo ser considerado um importante problema de saúde pública (BRASIL, 2015).

Após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Instituto Nacional do Câncer (INCA) tornou-se responsável pela formulação de políticas nacionais de prevenção e controle do câncer. Com o início do Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero, objetivou-se reduzir a incidência, a mortalidade e melhorar a qualidade de vida da mulher com esse câncer (BRASIL, 2017),.

Para se confirmar a infecção pelo vírus do papiloma humano, os exames laboratoriais de diagnóstico molecular empregam a técnica da *reação em cadeia da*

polimerase (PCR). A PCR amplifica um segmento específico de DNA alvo, mesmo em baixas concentrações de carga virótica (RODRIGUES, 2009), tendo a técnica, assim, alta sensibilidade.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo apresentar dados sociodemográficos, reprodutivos e sexuais das mulheres HPV positivas comparando-se ao desenvolvimento ou não de lesões intraepiteliais escamosas cervicais (LIEC) em mulheres atendidas pelos programas do Sistema Único de Saúde (SUS) para a prevenção contra o câncer de colo do útero, na região de Londrina, Paraná, Brasil.

2. Referencial Teórico

O Papilomavírus Humano (HPV) pertence à família *Papillomaviridae*, os quais são pequenos DNA vírus, atraídos por epitélios cutâneos e mucosos (KAJITANI; SCHWARTZ, 2015).

Já foi identificada uma quantidade superior a 200 tipos virais, categorizando-os segundo seu potencial carcinogênico em: alto risco (HPV-AR), baixo risco (HPV-BR) e risco indeterminado (HPV-RI) (BERTI, 2017a). O HPV16 e o HPV18 são classificados em HPV-AR prevalente em 70% da população mundial (OKUYAMA et al., 2016).

Estruturalmente, são vírus não-envelopados e seu DNA (ácido desoxirribonucleico) é dupla-fita circular, contendo uma quantidade aproximada de 8000 pares de base. O genoma do HPV possui em torno de 8 regiões *open reading frames* (ORF), possuindo ao menos 6 genes E (Early) de expressão precoce e 2 L (Late) de expressão tardia. Além disso, o DNA genômico do HPV compreende uma região de regulação, conhecida como *long control region* (LCR). Os genes L1 e L2 codificam o capsídeo viral. Os genes E1 e E2 estão relacionados à replicação viral, enquanto os genes E5, E6 e E7 são responsáveis pela produção proteica, contribuindo para a transformação celular (DOORBAR, 2007).

As lesões podem ser classificadas por dois métodos estratégicos: o histopatológico e o citológicos (SCHIFFMAN; SOLOMON, 2013). O primeiro baseia-se na classificação de Richart em 1968, com a nova terminologia denominada Neoplasia Intraepitelial Cervical (NIC), anteriormente generalizada como displasia. A NIC compreende um conjunto de atipias celulares localizadas no epitélio do colo uterino e foi separada em NIC I, correspondente à displasia leve com somente um terço do epitélio lesionado, NIC II à displasia moderada com dois terços de lesão epitelial, e NIC III em carcinoma *in situ* com total lesão do epitélio. A metodologia citológica toma como base a classificação do Sistema de Bethesda/TBS de 2001, na qual as lesões de colo de útero são denominadas Lesão Intraepitelial Escamosa Cervical/LIEC. Estas lesões são divididas em baixo grau (LIECBG) e de alto grau (LIECAG), ambas com ou sem atipias em células escamosas. (CARVALHO; QUEIROZ, 2010).

Infecções pelo HPV são transmitidas por contato pele-pele ou mucosa-mucosa. Com a modificação gradual do epitélio glandular vaginal em epitélio escamoso da cérvix uterina, há a formação de uma zona de intensa atividade metaplásica, denominada zona de transformação, tornando a região vulnerável à infecção pelo HPV (EGAWA, 2015).

A maior parte das infecções pelo HPV possuem transitoriedade e intermitência entre mulheres abaixo dos 30 anos de idade. Cerca de 70% são eliminados próximo de um ano, sendo que em dois anos há o desaparecimento de 90% das infecções. Apenas 10% das mulheres remanescentes permanecem com a infecção e chegam a

desenvolver alterações no epitélio cervical e, por eventualidade, o câncer cervical (TORRES-POVEDA, 2014).

Neste período de persistência viral, ocorre integração do DNA viral com o genoma celular do hospedeiro, provocando perda do controle da retroalimentação negativa dos oncogenes, desregulando o gene E2 para a regulação viral. Isso faz com que promova a replicação viral. Diversos vírus são responsáveis pela persistência infecciosa, levando a oscilações no grau de replicação viral ou a um período de latência, sem sintomas aparentes. (WOODMAN, 2007).

5. Procedimentos Metodológicos

5.1 Grupos analisados

As amostras foram coletadas de pacientes do sexo feminino, com idade acima dos 18 anos, atendidas em programas de prevenção ao câncer de colo de útero nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) Vivi Xavier e Armindo Guazzi e no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), localizados na região Norte do Paraná.

O delineamento do trabalho foi um estudo sociodemográfico realizado somente com pacientes que apresentaram detecção molecular positiva para o HPV (HPV+). Destas, categorizou-as de acordo com seu diagnóstico clínico em: sem lesões (grupo controle) e com lesões (grupo caso). No grupo caso, compreende-se as lesões de baixo (LIECBG) e alto graus (LIECAG).

5.2 Obtenção de amostras

Células do epitélio cervical uterino contidas em amostras de secreção cérvico-vaginal foram coletadas pelo(a) enfermeiro(a) ou médico(a) residente do local no momento do exame ginecológico preventivo de rotina. As amostras foram coletadas através de escovas cervicais estéreis, as quais foram acondicionadas em tubos plásticos cônicos de 15 mL, contendo 2 mL de solução tampão TE (Tris HCl 10 mM pH 8,0; EDTA 1mM).

Os tubos com as amostras foram mantidos sob refrigeração e transportados ao Laboratório de Genética Molecular e Imunologia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR. Em seguida, realizou-se a extração de DNA. O DNA extraído foi armazenado em freezer a -20°C.

5.3 Extração de DNA

O isolamento de DNA genômico provido da secreção cérvico-vaginal foi realizado através do reagente DNAzol Reagent (Life Technologies, Carlsbad, California, USA). Os fragmentos de DNA extraídos foram quantificados por espectrofotometria no aparelho NanoDrop 2000c (Thermo Fisher Scientific, Wilmington, Delaware, USA), em comprimento de onda de 260 nm (DNA) e 280 nm (proteínas), para cálculos de concentração de DNA (ng/ μ L) e verificação de pureza pela razão das absorvâncias (A260/A280). Nos experimentos foram utilizadas amostras de DNA que apresentaram razões próximas a 1,8.

5.4 Detecção molecular do HPV

A detecção de DNA do HPV foi realizada pela técnica de PCR, por ser altamente específico e sensível. Foram utilizados primer forward MY09 (5'-CGTCCMARRGGAWACTGATC-3') e primer reverse MY11 (5'-GCMCAGGGWCATAAYAATGG-3'), os quais flanqueiam a região gênica L1 do vírus de aproximadamente 450 pb, de acordo com o GenBank Accession number: AJ236888 (BAUER et al., 1991). Foram amplificados cerca de 100 ng de DNA em reação com volume final de 25,0 µL, contendo: Buffer 1X; 2,0 mM de MgCl₂; 0,1875 mM de dNTP; 0,5 µM de cada primer; e 1,25 U de Taq DNA polimerase (Life Technologies, Carlsbad, California, USA), em termociclador (Hangzhou Bio-gender technology Company Jianggan, Hangzhou, Zhejiang, China), com temperatura de 94° de desnaturação por 5 minutos, seguido de 40 ciclos de 94°C por 30 segundos (desnaturação); 55°C por 60 segundos (hibridização); e 72°C por 60 segundos (extensão), e temperatura de extensão final de 72°C por 8 minutos.

Todas as reações foram realizadas com um controle negativo, sem adição de DNA, assegurando ausência de contaminação por DNA exógeno, e com um controle positivo assegurando a efetividade da reação, utilizando DNA obtido da linhagem de células HeLa, o qual contém o material genético do HPV18 inserido em seu genoma.

Os fragmentos obtidos das PCR's de HPV e um padrão de peso molecular de 100 pb foram submetidos a eletroforese em gel de poliacrilamida 10%, 10x10 cm, a 100V, por 2h e corado com solução de nitrato de prata 0,15%. Posteriormente, o gel foi examinado em um transiluminador de luz branca e registrado por fotodocumentação.

5.5 Análise estatística

As análises estatísticas foram realizadas utilizando o programa SPSS Statistics 23.0 (SPSS Inc., Chicago, Illinois, USA). O nível de significância adotado em todas as análises foi de $p < 0,05$. Todos os testes realizados foram bicaudais. Foi calculado o teste de χ^2 em relação a distribuição esperada dos genótipos.

As análises de associação dos dados socioepidemiológicos e das características de comportamento sexual e reprodutivas (variáveis preditoras) com a infecção pelo HPV e com a presença de LIEC (variáveis dependentes) foram feitas pelo teste de χ^2 . Em sequência, para determinação das variáveis preditoras independentemente associadas com as variáveis dependentes, foi utilizada análise multivariada por regressão logística binária, método *forward stepwise* (razão de verossimilhança).

6 Resultados

O presente estudo compreendeu 210 pacientes (n=210) HPV+, as quais foram divididas em dois grupos, sem lesão (n=96) e com lesão (n=103). Dessas amostras, foram excluídas 11 pacientes, pois não apresentaram resultado de exame citológico.

Na análise dos dados socioepidemiológicos relacionados às lesões intraepiteliais cervicais (LIEC), somente pacientes HPV+ e com diagnóstico de LIEC ausente ou presente foram utilizadas (Figura 1). Os resultados da análise mostraram que o hábito tabagista ($p=0,017$) e renda própria menor que um salário mínimo ($p=0,019$) apresentaram associação com o desenvolvimento de lesões da cérvix uterina. Também foram analisados o comportamento sexual e reprodutivo com a progressão das LIEC (Figura 2), não encontrando nenhuma associação significativa ou tendenciosa. Verificando-se por análise de regressão logística binária, a

Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

associação das variáveis de hábito tabagista e de renda própria com o desenvolvimento de lesões, observou-se que apenas a renda própria de um a três salários mínimos teve associação independente ao desenvolvimento de LIEC (χ^2 Wald=5,824; OR=0,451 com IC95% de 0,236 a 0,861; p=0,019), conferindo proteção contra o aparecimento de lesões (Figura 3).

Figura 1: Análise das características socioepidemiológicas de pacientes HPV positivas sem e com lesão.

Características socioepidemiológicas	Sem lesão		Com lesão		p valor
	n	(%)	n	(%)	
Conhecimento sobre HPV					
Não	22	23,4	24	25,5	0,468
Já ouviu falar	51	54,3	43	45,7	
Sim	21	22,3	27	28,8	
Idade (anos)					
≤24	17	17,9	24	23,5	0,841
25-34	32	33,7	30	29,4	
35-44	20	21,0	22	21,6	
45-54	13	13,7	15	14,7	
≥55	13	13,7	11	10,8	
Ancestralidade					
Caucasoide	48	51,1	41	44,1	0,339
Não caucasóide	46	48,9	52	55,9	
Hábito tabagista					
Não	76	80,9	65	65,7	0,017
Sim	18	19,1	34	34,3	
Escolaridade					
Até fundamental incompleto	23	24,5	36	38,7	0,277
Fundamental completo	13	13,8	9	9,7	
Médio incompleto	13	13,8	16	17,2	
Médio completo	37	39,4	26	28,0	
Superior incompleto	3	3,2	3	3,2	
Superior completo	5	5,3	3	3,2	
Renda própria					
≤1 salário mínimo	29	31,2	45	51,2	0,019
1-3 salários mínimos	55	59,1	39	44,3	
≥3 salários mínimos	9	9,7	4	4,5	
Câncer cervical na família					
Não	81	87,1	86	86,0	0,824
Sim	12	12,9	14	14,0	

* Teste de Chi-quadrado (χ^2) e nível de significância de p < 0,05 (SPSS Inc., Chicago, Illinois, USA).

Devido à ausência de dados, algumas variáveis não completaram o total de 96 pacientes sem lesão (controle) ou 103 pacientes com lesão cervical.

Figura 2 - Análise das características dos comportamentos sexual e reprodutivos de pacientes HPV positivas sem e com lesões cervicais.

Características de comportamento sexual e reprodutivas	Sem lesão		Com lesão		p valor
	n	(%)	n	(%)	
Estado Civil					
Solteira	25	26,0	25	24,3	0,992
Casada	54	56,2	59	57,3	
Divorciada	11	11,5	12	11,6	
Viúva	6	6,3	7	6,8	
Uso de anticoncepcional					
Não	63	66,3	56	56,0	0,140
Sim	32	33,7	44	44,0	
Uso de preservativo					
Não	82	87,2	80	86,0	0,808
Sim	12	12,8	13	14,0	
Gestações					
Nenhuma	20	20,8	13	12,6	0,186
1	23	24,0	21	20,4	
2	22	22,9	22	21,3	
3	21	21,9	25	24,3	
≥4	10	10,4	22	21,4	
Aborto					
Não	65	86,7	67	100	0,145
Sim	10	13,3	0	0	
Menarca (idade)					
≤12	50	52,1	54	53,5	0,846
≥13	46	47,9	47	46,5	
Início de relação sexual (idade)					
≤17	56	58,3	67	67,7	0,176
≥18	40	41,7	32	32,3	
Parceiros sexuais durante a vida					
1	27	29,0	16	17,2	0,136
2-3	26	28,0	34	36,6	
≥4	40	43,0	43	46,2	
Parceiros sexuais nos últimos 6 meses					
1	90	96,8	77	93,9	0,364
≥2	3	3,2	5	6,1	

* Teste de Chi-quadrado (χ^2) e nível de significância de $p < 0,05$ (SPSS Inc., Chicago, Illinois, USA).

Devido à ausência de dados, algumas variáveis não completaram o total de 96 pacientes sem lesão (controle) ou 103 pacientes com lesão cervical.

Figura 3 – Característica socioepidemiológica associada ao desenvolvimento

Dados socioepidemiológicos	χ^2_{Wald}	OR (IC95%)	p valor
Renda própria			
≤1 salário mínimo	-	Referência	-

1-3 salários mínimos	5,824	0,451 (0,236 - 0,861)	0,019
≥3 salários mínimos	3,569	0,291 (0,081 - 1,047)	0,945

* Análise por regressão logística binária método *forward stepwise* (razão de verossimilhança), considerando o grupo sem lesão como referência e nível de significância de $p < 0,05$ (SPSS Inc., Chicago, Illinois, USA). Variáveis de entrada: renda própria e tabagismo.

7 Discussão

Com relação aos dados socioepidemiológicos relacionados ao desenvolvimento de LIEC, obteve-se associação das lesões com o hábito tabagista e possuir renda própria inferior a um salário mínimo. A respeito da análise dos comportamentos sexuais e reprodutivos, não houve associação com os fatores analisados.

O resultado deste estudo para o tabagismo mostra-se de acordo com outras pesquisas, que indicam que o hábito é um cofator para o desenvolvimento cervical pré-cancerígeno e para o câncer. Acredita-se que fumar causa inibição de respostas imunológicas. Outra explicação plausível seria que células infectadas pelo HPV expostas aos carcinógenos do tabaco apresentam danos ao material genético do hospedeiro ao mesmo tempo que as oncoproteínas do HPV impedem a apoptose. Porém, os mecanismos moleculares para o aumento do risco de pré-câncer e câncer da cérvix uterina ainda não estão elucidados (CASTLE, 2008).

Considerando-se a renda própria das mulheres HPV+, as LIEC foram associadas àquelas pacientes cuja renda era menor que um salário mínimo, aumentando as chances de desenvolver câncer do colo do útero. Em um sentido contrário, as mulheres cuja renda própria estava entre um e três salários mínimos apresentaram fator de proteção, verificado pela regressão logística binária. A baixa renda pode explicar a falta de acesso às informações e serviços de saúde, implicando em maior vulnerabilidade da mulher. Esta situação enfatiza a necessidade de formular e executar ações preventivas (COSER, 2016).

Considerações Finais

Tendo em vista os resultados encontrados e o que já se tem estabelecido na literatura sobre o HPV correlacionado às lesões da cérvix uterina, há a necessidade de aprimoramento e ampliação dos serviços de saúde da mulher. Desta forma, melhor e mais rápido poderão ser os atendimentos e as informações disponíveis à população a respeito do HPV e os fatores de risco para o desenvolvimento de lesões pré-cancerígenas, que se diagnosticado tardiamente, maiores são as chances de progredir para câncer cervical.

REFERÊNCIAS

BERTI, F. C. B.; PEREIRA, A. P. L.; CEBINELLI, G. C. M.; TRUGILO, K. P.; OLIVEIRA, K. B. The role of interleukin 10 in Human papillomavirus infection and progression to cervical carcinoma. **Cytokine e Growth Factor Reviews**, v. 34, p. 1-13, 2017a.

BRASIL. Estimativa 2016: incidência de câncer no Brasil. **Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva/INCA**, v. 157, 2015.

BRASIL. Guia do HPV: Entenda de uma vez o papilomavírus humano, as doenças que causam e o que já é possível fazer para evitá-los. **Instituto do HPV**, 2013.

BRASIL. Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero. **INCA**. 2017. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/PROGRAMA_UTERO_internet.PDF.

BURD, E. M. Human Papillomavirus and Cervical Cancer. **Clinical Microbiology Reviews**, v. 16, n. 1, p.1-17, 2003.

CARVALHO, M. C. M. P.; QUEIROZ, A. B. A. Cervical-uterine cancer precursor lesions: historical evolution supporting the gynecological nursing consultation. **Escola Anna Nery**, v. 14, n. 3, p. 617-624, 2010.

CASTLE, P. E.; MEYERS, C.; ALAM, S.; CONWAY, M. J. How does tobacco smoke contribute to cervical carcinogenesis? **Journal of Virology**, v. 82, n. 12, p. 6084–6086, 2008.

COSER, J.; BOEIRA, T. R.; WOLF, J. M.; CERBARO, K.; SIMON, D.; LUNGE, V. R. Cervical human papillomavirus infection and persistence: a clinic-based study in the countryside from South Brazil. **ELSEVIER: The Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 20, n. 1, p. 61-68, 2016.

DOORBAR, J. Papillomavirus life cycle organization and biomarker selection. **Diseases Markers**, v. 23, p. 297-313, 2007.

EGAWA, N.; EGAWA, K.; GRIFFIN, H.; DOORBAR, J. Human Papillomavirus: Epithelial Tropisms, and the Development of Neoplasia. **Viroses**, v. 7, p. 3863-3890, 2015.

GLOBOCAN. Cervical Cancer Estimated Incidence, Mortality and Prevalence Worldwide. **IARC**, 2012. Disponível em: http://globocan.iarc.fr/Pages/fact_sheets_cancer.aspx.

KAJITANI, N.; SCHWARTZ, S. RNA binding proteins that control Human papillomavirus gene expression. **Biomolecules**, v. 5, n. 2, p. 758-774, 2015.

KOWLI, S.; VELIDANDLA, R.; CREEK, K. M.; PIRISI, L. TGF- β regulation of gene expression at early and late stages of HPV16-mediated transformation of human keratinocytes. **Virology**, v. 447, n. 1-2, p. 63-73, 2013.

OKUYAMA, N. C. M.; DOS SANTOS, F. C.; TRUGILO, K. P.; OLIVEIRA, K. B. Involvement of CXCL12 pathway in HPV-related diseases. **AIMS Medical Science**, v. 3, n. 4, p. 417-440, 2016.

RAMA, C. H.; ROTELI-MARTINS, C. M.; DERCHAIN, S. F. M.; LONGATTO-FILHO, A.; GONTIJO, R. C.; SARIAN, L. O. Z.; SYRJÄNEN, K.; ALDRIGHI, J. M. Prevalência do HPV em mulheres rastreadas para o câncer cervical. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 1, p. 123-130, 2008.

RODRIGUES, A. D.; CANTARELLI, V. V.; FRANTZ, M. A.; PILGER, D. A.; PEREIRA, F. S. Comparação das técnicas de captura de híbridos e PCR para a detecção de HPV em amostras clínicas. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 45, n. 6, p. 457-462, 2009.

SCHIFFMAN, M.; SOLOMON, D. Cervical-cancer screening with Human papillomavirus and cytologic cotesting. **The New England Journal of Medicine**, v. 369, n. 24, p. 2324-2331, 2013.

TORRES-POVEDA, K.; BAHENA-ROMÁN, M.; MADRID-GONZÁLEZ, C.; BURGUETE-GARCÍA, A. I.; BERMÚDEZ-MORALES, V. H.; PERALTA-ZARAGOZA, O.; MADRID-MARINA, V. Role of IL-10 and TGF- β 1 in local immunosuppression in HPV-associated cervical neoplasia. **World journal of clinical oncology**, v. 5, n. 4, p. 753–63, 2014.

WALBOOMERS, J. M. M.; JAVOBS, M. V.; MANOS, M. M.; BOSCH, F. X.; KUMMER, J. A.; SHAH, K. V.; SNIJDERS, P. J. F.; PETO, J.; MEIJER, C. J. L. M.; MUÑOZ, N. Human papillomavirus is a necessary cause of invasive cervical cancer worldwide. *Journal of Pathology*, v. 189, p. 12–19, 1999.

WHO/ ICO. **Information Centre on HPV and Cancer** (HPV Information Centre). Human Papillomavirus and Related Diseases in the World. Summary Report, 2017.

WOODMAN, C. B. J.; COLLINS, S. I.; YOUNG, L. S. The natural history of cervical HPV infection: unresolved issues. **Nature Reviews Cancer**, v. 7, p. 11-22, 2007.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
--



ANÁLISES QUÍMICAS, CROMATOGRÁFICAS E ESPECTROMÉTRICAS NO CONTROLE DE QUALIDADE

Fernanda do Prado Ferreira – (discente UEL / apresentador)
Juliano Brisola – (mestrando UEL)
Cesar Augusto Tischer – (docente UEL)

Área Temática: **Biotecnologia/Bioquímica**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): **01960**

1. Introdução

A celulose é a macromolécula biológica mais abundante da terra, e apesar de profundamente estudada e usada pelo homem por milhares de anos, ainda há muito para se aprender a respeito deste polímero quanto a sua formação e aplicações.

A Celulose Bacteriana (CB) similar em vários aspectos a sua versão sintetizada por plantas, é caracterizada pelo seu alto grau de pureza, o que a diferencia da celulose vegetal, além da ausência da lignina, hemicelulose e pectina. Sua estrutura contém ligações de hidrogênio entre os grupos hidroxila, podendo ocorrer na mesma molécula (ligações intermoleculares), sendo responsáveis pela rigidez das cadeias unitárias proporcionando estabilidade lateral, ou entre moléculas adjacentes, que são responsáveis pela formação da estrutura supramolecular (D'ALMEIDA, 1981; OKSMAN et al., 2006).

Esta CB apresenta fibras com regiões altamente ordenadas, regiões cristalinas, entrecortadas por regiões menos ordenadas, regiões amorfas. Esse arranjo estrutural confere propriedades físicas únicas, como: força de tensão, elasticidade, durabilidade, além de não ser tóxica, nem alergênica. Devido tais propriedades é considerada um material biológico com potencial de uso industrial, o que leva a muitas pesquisas investigar o seu comportamento térmico, químico e até mecânico (LESTARI et al., 2014).

Dentre as bactérias utilizadas está a *Gluconacetobacter xylinus*, é o organismo modelo da produção de CB e é a única espécie conhecida capaz de produzir celulose em quantidades comerciais, apresentando-a livre de componentes indesejáveis (CALDEIRA, 2013).

Muitos derivados e modificações da celulose nativa tem sido estudadas. Um destes produtos é a nanocelulose considerando sua aplicação como reforço de componentes e nanocompósitos biodegradáveis, devido às excelentes propriedades mecânicas (SIRÓ; PLACKETT, 2010).

Esta nanocelulose é formada a partir da hidrólise ácida da celulose. Neste processo ocorre rompimento principalmente da região amorfa com liberação da porção cristalina, resultando em bastões de polímeros de celulose. Estes são altamente rígidos e cristalinos, propriedades de grande interesse para a indústria (LIMA et al., 2015).

Os grupos presentes na superfície dos nanocelulose são locais para introdução de grupos funcionais, processo denominado “Funcionalização da Superfície”. Esta interação que ocorre entre as nanopartículas com o exterior é mediada pelas características químicas da sua superfície, podendo se obter nanocelulose funcionalizada com os diferentes grupos funcionais (DANIEL; ASTRUC, 2004).

2. Objetivos

- Sintetizar e caracterizar filmes de celulose bacteriana em fermentação estática;
- Produzir nanocelulose (NCW) a partir de membranas de celulose bacterianas;
- Produzir nanocelulose com ácido succínico (NCW-sc) para posterior funcionalização;

3. Referencial Teórico

3.1 Celulose bacteriana (CB)

A celulose bacteriana é um biopolímero não ramificado, composto por dezenas de unidades de glucose lineares arranjadas em paralelo, considera-se uma estrutura única composta por fibras muito finas, 100 vezes menor que a celulose vegetal. É um dos materiais orgânicos mais rígidos produzidos pela natureza e apresenta algumas vantagens a celulose vegetal, por ter uma pureza elevada apresentando a vantagem de não requerer tratamentos químicos de purificação, exibir um maior grau de polimerização e índice de cristalinidade (60 a 90%), apresenta grande elasticidade, resistência a secagem e pode ser moldável, além disso possui maior retenção de água e maior força de tensão, maior resistência à tração, biocompatibilidade e estabilidade química (JONAS; FARAH 1998).

Estruturalmente a Celulose Bacteriana possui a mesma estrutura química da celulose vegetal, $(C_6H_{10}O_5)_n$, monômeros de glucose unidos entre si por ligações $\beta(1-4)$.

Observações com microscopia eletrônica mostraram que a celulose produzida por microrganismos ocorre na forma de nanofibras. As bactérias primeiro secretam uma substância, estruturalmente viscosa e homogênea, dentro da qual, depois de um curto tempo, as fibras de celulose são formadas (PRASHANT et al., 2009).

As fibras de celulose são definidas como um conjunto de microfibrilas, onde as moléculas de celulose são estabilizadas lateralmente através de ligações de hidrogênio entre os grupos hidroxilas (OKSMAN et al., 2006).

A CB apresenta regiões cristalinas que são resultados da ação combinada da biopolimerização e cristalização da celulose comandada por processos enzimáticos, e as regiões amorfas, que são resultados da má formação da estrutura devido à alteração o processo de cristalização, denominadas, por alguns autores, de regiões em que a cristalização ocorreu com defeito.

3.2 Fermentação estática

A fermentação estática é simples e não precisa de alta tecnologia, as culturas estáticas de *G. xylinus* são caracterizadas pela formação de um filme de celulose espessa na interface ar/líquido, onde as microfibrilas vão sendo liberadas pelas bactérias e se organizam em feixes que se sobrepõem (KRYSTYNOWICZ et al., 2002).

3.4 Nanocelulose

Para obtenção de nanocelulose, o método mais comumente utilizado é a hidrólise ácida, com ácidos fortes como o ácido sulfúrico (H₂SO₄), ácido clorídrico (HCl). O ataque do ácido nas fibras de celulose acontece primeiramente nas regiões amorfas da celulose. Os principais processos de isolamento destes materiais se apoiam no fato de que as regiões amorfas das fibras celulósicas serem solúveis em ácidos com concentração em torno de 60% m/m, enquanto que as regiões cristalinas não, levando à formação de estruturas altamente cristalinas (KRYSTYNOWICZ et al., 2002).

4. Procedimentos Metodológicos

4.1 Produção da celulose

O microrganismo utilizado foi *Gluconacetobacter xylinus*, que foi mantido em tubos tipo Eppendorf em glicerol 10% v/v sob-refrigeração a -80°C. O meio de cultura utilizado para o pré-inóculo e inóculo para a produção de celulose bacteriana, teve sua composição baseada nas principais fontes para o crescimento do microrganismo. A obtenção de membranas de celulose através de fermentação estática, o volume total foi distribuído em bandejas, mantidas a uma temperatura de 28°C, em uma estufa bacteriológica durante dez dias. A celulose produzida foi retirada com pinça e submetida ao tratamento com hidróxido de sódio para limpeza e clareamento. O filme reconstituído foi analisado por espectroscopia no infravermelho.

4.2 Produção de nanocristais (NCW) por hidrólise ácida

Em um balão de fundo redondo foram adicionados o ácido sulfúrico 64% (a proporção de ácido sulfúrico adicionada na reação deve ser equivalente a 0,5 g de membrana secas para 30 ml de H₂SO₄ – 64%), e as membranas cortadas, depois colocadas em banho de óleo, previamente aquecido a 45° C com agitação por 45 minutos. Neutralizou-se a solução resultante com NaOH 25% e o produto foi precipitado com álcool etílico gelado, em uma proporção de 1:3, centrifugado e o precipitado formado foi dialisado. Finalmente o material foi seco a temperatura ambiente.

4.3 Succinilação dos nanocristais de celulose (NCW-sc)

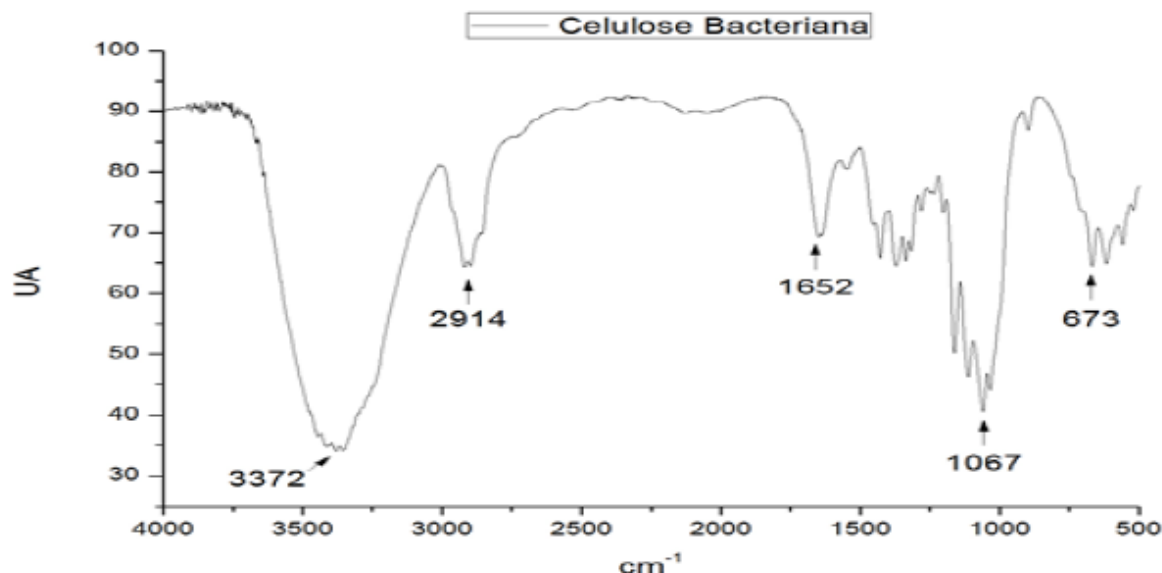
A reação de succinilação foi realizada segundo metodologia descrita por Ribeiro-Viana (2016) com modificações. Para esta reação foram adicionadas em um balão 0,2853 g do NCW-sc com 7,5 g de anidrido succínico (II), 20 ml de diclorometano (III) e 400 µL de piridina (IV). A reação ocorreu em 70°C com refluxo de 16 horas. Após este tempo, o material foi lavado com água e centrifugado três vezes e finalmente seco à temperatura ambiente. O filme reconstituído foi analisado por FT-IR.

5. Resultados e Discussões

As membranas celulares foram produzidas em fermentação estática, foram retirados manualmente, houve a formação de filmes entre a superfície líquido/ar

conforme observado por Jonas e Farah (1998). A membrana após ser removida do meio foi tratada com NaOH 2% por 24 h a temperatura ambiente e levada com água destilada para remoção de resíduos celulares. Uma vez limpa foi seca para posteriores análises de caracterização.

Figura 1: Espectro vibracional infravermelho de membrana de celulose bacteriana.



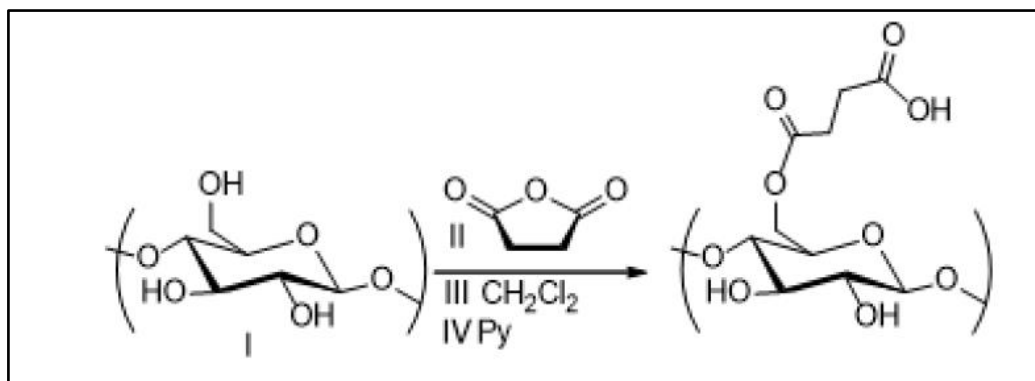
Fonte: Imagem cedida por Juliano Brisola.

O infravermelho é indicado para identificar um composto ou investigar a composição de uma amostra, fornecendo evidências da presença de vários grupos funcionais, nas estruturas orgânicas em membrana de celulose bacteriana. A partir do espectro vibracional da celulose bacteriana pode-se observar várias bandas relevantes características de celulose bacteriana, relacionadas com O-H, CH₂, C(O-H), C-O, C-OH. Estas amostras seguem o perfil característico relatado na literatura (SANZ; RUBIO; LAGARON, 2011).

Para a obtenção de nanocristais de celulose por hidrólise ácida foram utilizados materiais produzidos após 45 minutos de hidrólise. Esta técnica se apoia no fato que as regiões cristalinas são insolúveis em ácidos, devido a sua alta organização, assim o isolamento dos nanocristais é facilitado pela cinética de hidrólise mais rápida, apresentada pelas regiões amorfas que são naturalmente desorganizadas, em relação às regiões cristalinas.

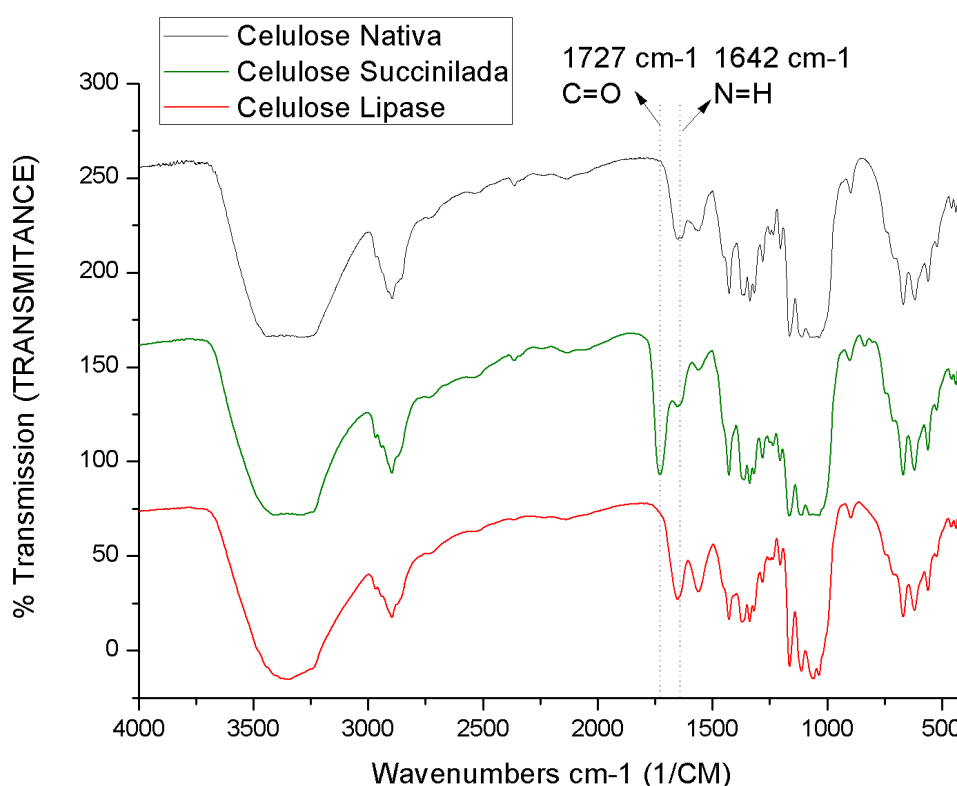
A reação de succinilação dos nanocristais ocorreu utilizando-se anidrido succínico em presença de piridina e diclorometano sob refluxo, como apresentado na **Figura 2**. O sucesso da reação foi confirmado pelas análises dos seus espectros no infravermelho.

Figura 2: Reação de succinilação de celulose.



Fonte: Modificado de Dr. Renato M. R. V.

Figura 3: Espectro vibracional infravermelho de celulose succinilada.



Fonte: Imagem cedida por Juliano Brisola.

Considerações Finais

No desenvolvimento deste trabalho, foi possível a produção de nanocristais de celulose a partir de celulose bacteriana, realizou-se com êxito a reação de succinilação. Os resultados que levaram a esta conclusão seguem:

1. A produção da celulose produzida pela bactéria *Gluconacetobacter xylinus* foi realizada em fermentação estática, obtendo-se um material apropriado, que serviu como base para a produção de nanocristais de celulose.
2. A obtenção de nanocristais de celulose (NCW) não depende somente da hidrólise, mas também, do processo de obtenção e é importante ressaltar que a fermentação estática permite obter uma celulose com alto índice de cristalinidade.

3. O sucesso da succinilação seguido da caracterização da nanocelulose foram evidenciados principalmente pela técnica de FT-IR apresentando bandas em destaque, referentes ao ácido carboxílico em 1727 cm⁻¹. Estes processos, vêm sendo aplicados visando o aumento das propriedades mecânicas, ampliando as aplicações industriais dos nanomateriais.

REFERÊNCIAS

MARTÍNEZ-SANZ, M.; Lopez-Rubio, A.; Lagaron, J. M.; **Carbohydr. Polym.** 85, 228, 2011.

OKSMAN, Kristina; MATHEW, Aji; BONDESO, Daniel; KVIEN. **Composites Science and Technology**, p. 2776-2784, 2006.

SILVA, DJ.; D'Almeida, M. L. Nanocristais de celulose – Cellulose whiskers. O PAPEL vol. 70, p. 34-52, JUL 2009.

LESTARI, Puji; Nitariani Elfrida. Study on the Production of Bacterial Cellulose from *Acetobacter xylinum* using Agro-Wast. **Jordan Journal of Biological Sciences**. All rights reserved, v.7, 2014.

CALDEIRA, MARIANA DA SILVA. **Produção de nanocompostos utilizando diferentes fontes de celulose como reforço**. 2013. Dissertação (mestre em agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Botucatu. 2013.

SIRÓ, I.; PLACKETT, D. Microfibrillated cellulose and new nanocomposite materials: A review. **Cellulose**, p. 459-494, 2010.

LIMA, Lais R.; SANTOS, DANIELE B.; SANTOS, Moliria V.; BARUD, Hernane S.; **Quim. Nova**, 1140-1147, 2015.

DANIEL, M.C.; Astruc, D.; Gold nanoparticles. **Chemistry Review**, p 293-346, 2004.

JONAS, R.; FARAH, L. F. Production and application of microbial cellulose. **Polymer Degradation and Stability**. P. 101-106, 1998.

KRYSTYNOWICZ, A. W. Czaja, A. Factors affecting the yield and properties of bacterial cellulose. **Journal of Industrial Microbiology & Biotechnology**, p 189-195, 2002.

Agradecimentos: Fundação Araucária - Programa de Inclusão Social



ANATOMIA AGENTE DE INTERAÇÃO DO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM - FASE II

Mayara dos Santos Fideles da Silva – (discente UEL / apresentadora)

Área Temática: Educação

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 01975

1. Introdução

O processo de ensino-aprendizagem é um desafio a ser trabalhado. Abordar de várias maneiras objetos de conhecimento é uma forma que tem se mostrado eficaz. O presente trabalho consiste em despertar o interesse da comunidade externa pelo aprendizado da anatomia. O projeto consiste na realização de atendimento teórico-práticos com peças anatômicas em laboratório, e visitação do museu em que apresenta uma grande variedade de peças da anatomia humana e animal.

O projeto foi elaborado junto ao departamento de anatomia, com a finalidade de contribuir para o aprendizado da comunidade externa (visitantes – ensino fundamental, médio, superior e/ou profissionalizante), bem como dar suporte aos alunos de graduação. O departamento dispõe de peças anat micas cadavéricas formolizadas à comunidade interessada. Diante dos atendimentos realizados,   notável a curiosidade e o interesse da comunidade externa.

O fato de estudar e aprender com as peças anat micas reais permite que se tenha uma maior noção de localização, tamanho, e textura da anatomia do corpo humano. O projeto então torna-se de grande importância para a comunidade externa e para a universidade, pois desperta o interesse e contribui para o aprendizado dos visitantes.

2. Procedimentos Metodológicos

O departamento de anatomia/CCB realiza o agendamento das visitas, que geralmente são solicitadas pelos núcleos de aprendizagem, abrangendo todos os níveis, escolas de nível fundamental, médio, técnico e superior. O Museu de Anatomia da UEL funciona de manhã, tarde e noite, todas as terças e quartas-feiras, já nas quintas e sextas-feiras apenas manhã e tarde, em horário comercial, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas. A equipe responsável por atender os visitantes é composta por alunos de graduação da própria UEL.

Inicialmente as escolas se deslocam em ônibus até o campus universitário, no centro de ciências biológicas (CCB). Os visitantes são atendidos pelos estagiários do projeto (alunos de graduação).

Primeiramente fazem uma breve apresentação e são passadas algumas informações aos visitantes presentes. Seguem então até o Museu de Anatomia Professor Carlos da Costa Branco que possui uma variedade de peças anatômicas e cadavéricas de diferentes animais e humanos. E ainda conta com modelos alternativos artificiais. Durante todo o trajeto os palestrantes passam informações e curiosidades sobre as peças.

Por último os estudantes são levados ao laboratório equipado com mesas contendo peças anatômicas reais de corpo humano, nessa etapa os estagiários passam o conteúdo teórico sobre os órgãos e sistemas do corpo humano. Os visitantes também são informados sobre como os corpos vão para universidade, e como é feito o tratamento e conservação das peças anatômicas. Essas peças ficam em tanques com uma concentração de 10% de formol.

3. Resultados e Discussões

Com esse projeto foi possível identificar a importância de usar uma metodologia diferente para ensinar. É visível que quando se é ofertado um ensinamento mais dinâmico e demonstrativo em um ambiente diferente da sala de aula, acaba deixando o aluno mais curioso e receptivo a aprender, facilitando o aprendizado o mesmo.

Assim além de serem eficientes, práticas e viáveis, as visitas tem contribuindo muito na educação da comunidade externa que envolve professores, alunos e funcionários de ensino fundamental, médio superior de Londrina e região, despertando um interesse maior dos alunos frente a aprender e estimular à comunidade a busca pelo conhecimento.

A seguir algumas imagens demonstrativas pelas figuras 1 e 2:

Imagens de algumas peças anatômicas e do local da visita da UEL onde parte da palestra é realizada e os visitantes observam as peças cadavéricas em vidros, animais empalhados, alguns com anomalia, e diversos animais em conservação.

Figura1. Corpo humano. (Fonte: Livro Atlas de Anatomia Humana – Sobotta, volume; 21° Edição)

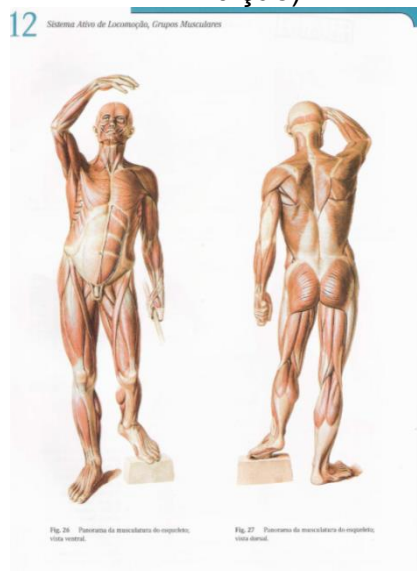


Figura 2. (Fonte: Departamento de Anatomia- CCB)



Museu de Anatomia Professor Carlos da Costa Branco, localizado no Centro de Ciências Biológicas (CCB), no Campus Universitário, registra 10 mil visitas por ano segundo o site da Universidade.

O Museu de Anatomia da UEL funciona de manhã, tarde e noite, todas às terças e quartas-feiras, já nas quintas e sextas-feiras apenas manhã e tarde, em horário comercial, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas.

O projeto “Anatomia: agente de interação do processo ensino aprendizagem”, existe desde 1989, e pretende dar continuidade.

Considerações Finais

Conclui-se que o projeto realizado tem sido de grande importância para o desenvolvimento educacional da população externa, por ter se demonstrado eficiente pratico e viável de ser realizado, e por despertar o interesse dos visitantes na busca pelo conhecimento gerado pela curiosidade na anatomia vista de forma mais real e palpável. Além de oferecer suporte aos bolsistas no projeto. Comprovando ainda que o aprendizado nasce da curiosidade.

REFERÊNCIAS

SOBOTTA, JOHANNES ET AL.. **SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA**. 23. ED. RIO DE JANEIRO: GUANABARA KOOGAN, 2012. 3 V.

MUSEU DE ANATOMIA RECEBE MAIS DE 10 MIL VISITAS POR ANO. DISPONÍVEL EM:

http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arg=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=15624&FWS_Cod_Categoria=2 ACESSO EM: 19nov.2017.

01975 - ANATOMIA: AGENTE DE INTERAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM - FASE II. DISPONÍVEL EM:

https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/pri/pex/index.php&pagina=pex_pdf_projetoscadastrados.php&p_num_ordem=01975&p_cod_depto=02030000&p_link=1 ACESSO EM: 19nov.2017.

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Orientadora Profa. Vilma Schwald Babboni



ANATOMIA DENTÁRIA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A ODONTOLOGIA- RELATO DE VIVÊNCIA

Naara Cristina Carvalho dos Santos – (discente UEL / apresentador)
Rodrigo Castellazzi Sella – (docente UEL)
Maria de Lourdes Ferreira – (docente UEL)

Área Temática: **Saúde**

Número de Cadastro do Projeto/Programa (UEL): 00599

1. Introdução

Uma das funções da Odontologia é restabelecer forma e função de elementos dentais ou de segmentos dos arcos dentais que foram parcial ou totalmente destruídos por causas diversas, como cáries ou traumas. A Anatomia dentária enfoca como o ramo da Biologia, o estudo e organização do dente, como entidade isolada e como integrante do sistema dental e do aparelho mastigador.

É através de profundo conhecimento anatômico que a Escultura dental objetiva a reintegração estética no sorriso, utilizando os mais diversos materiais restauradores.

Além do conhecimento anatômico de cada dente, o estudo das relações funcionais dos dentes na cavidade bucal é de grande importância.

Para poder expor a razão da existência dos dentes, das modificações que sofrem e sua importância, será necessário esclarecer frequentemente quais são suas funções e como os mesmos atuam, sejam isoladamente ou em conjunto, para manter a harmonia do arco dental e do aparelho mastigador.

É necessário conhecer como é, para que serve, quais são suas características, quantas dentições e grupos de dentes existem, que nomenclatura se utiliza para designar seus elementos e porções.

Para isso, foi preciso mesmo com o auxílio dos professores para ensino da anatomia dentária, a ajuda de monitores inseridos no programa de monitoria acadêmica, alunos que tem um conhecimento bom na área para auxiliar outros alunos geralmente de período mais iniciais, ou seja a monitoria é mais um estímulo ao aprendizado, tanto dos

monitores quanto dos alunos assistidos.

2. Referencial Teórico

2.1 Nomenclatura dos dentes

As divisões das arcadas dentais compreendem em superior e inferior, estando a superior no osso maxilar e a inferior na mandíbula. Cada uma dessas arcadas é dividida em hemiarcos ou quadrantes direito e esquerdo. A identificação destas arcadas é feita didaticamente por meio de números 1,2,3 e 4 a saber:

1 Hemiarca superior direita	2 Hemiarca superior esquerda
4 Hemiarca inferior direita	3 Hemiarca inferior esquerda

Os dentes incisivos centrais, incisivos laterais e caninos são os dentes superiores e a eles são atribuídos, respectivamente, os números 1,2 e 3. Os pré-molares e os molares são os dentes posteriores e a eles atribuímos os números 4,5,6,7 e 8 (primeiro pré-molar, segundo pré-molar, primeiro molar, segundo molar e terceiro molar, respectivamente).

2.2 Nomenclatura das Faces dos Dentes

O elemento dental é dividido em duas porções distintas: coroa e raiz. O limite divisório entre elas é de fácil visualização e se caracteriza como uma linha contínua, sinuosa e de formato variável que se estende por todos os lados dos dentes. É a linha do colo anatômico, correspondente à região cervical do dente. A cada um destes lados chamaremos faces. dem ser classificadas como:

- Faces livres (vestibular, lingual ou palatina): são faces dos dentes que não mantem contato com outros dentes da mesma arcada, estando voltadas, respectivamente para o lábio e bochechas (vestíbulo bucal) e para a língua ou palato;
- Faces proximais (mesial e distal): são as faces que mantêm contatos com os dentes da mesma arcada, estando voltadas, respectivamente, para o plano sagital mediano, e para a porção posterior dos arcos dentais. A face distal dos últimos molares na o faz contato com dentes vizinhos;
- Borda incisal: apesar de não ser uma face, é uma característica importante dos dentes anteriores. É formada pelo contorno das faces vestibular e lingual destes dentes.
- Face oclusal: é a face dos dentes posteriores voltada para o arco antagonista

Didaticamente, o estudo da anatomia da coroa dental é amplamente facilitado pela divisão das faces em terços e pelos sentidos de visualização. Em uma vista vestibular ou lingual, é dividida a face do dente no sentido horizontal em terço mesial, médio e distal, e no sentido vertical, em terço oclusal ou incisal, médio e cervical (fig. 2.2.1). Em vista proximal, é dividida a face do dente em terço vestibular, médio e lingual no sentido horizontal e, no sentido vertical, em terço incisal ou oclusal, médio e cervical (fig. 2.2.2). Por fim, em uma vista oclusal tem-se uma face dividida em terço mesial, médio e distal no sentido médio-distal e, no

sentido vestibulo-lingual tem-se os terços vestibular, médio e lingual (fig. 2.2.3)

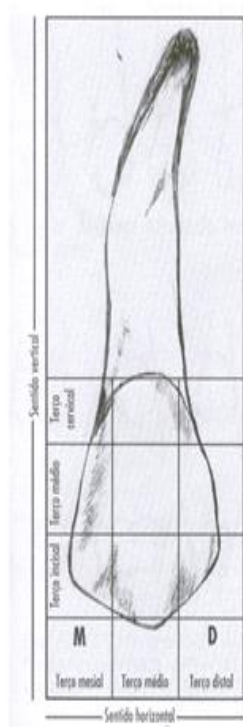


fig. 2.2.1 Vista vestibular. Dente 23

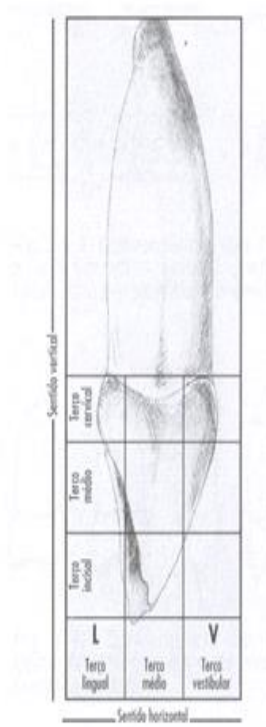


fig. 2.2.2 Vista proximal. Dente 23

- I. Para efeito de ilustração todos os desenhos terão sua raiz ou base desenhadas para baixo.
- II. M = mesial, D = distal, L = lingual

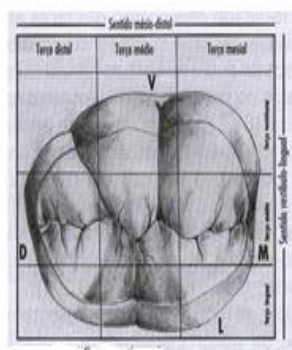


fig. 2.2.3 Vista oclusal

3. Nomenclatura das Faces dos Dentes

Existe uma disciplina do modulo 6MOD047 de Concepção e Formação do Corpo Humano do 1 ano com carga horaria de --, na qual são realizadas aulas laboratoriais de Simpósio de Extensão Universitária "Por extenso" (6 : 2017 : Londrina, PR). - ISSN 000-00-0000-000-0

escultura dos dentes, pelos alunos, o que serve como base teórico-prática para os atendimentos clínicos a paciente com necessidade de reabilitação oral (oclusão, dentística, prótese), onde é muito importante ter o domínio da anatomia dentária. Nesta disciplina, na aula laboratorial são organizados grupos pequenos (6 a 8) de alunos onde os professores e monitores fazem rodízio para acompanhá-los no processo de aprendizado.

Na disciplina de Concepção e Formação do Corpo Humano, as aulas teóricas e laboratoriais eram divididas em três subtemas: Escultura de dentes anteriores e Escultura dos dentes posteriores. Desta forma, os alunos tinham contato com o conhecimento teórico antes de partirem para a aplicação prática do mesmo. Os temas das aulas compreendiam: introdução a anatomia dentária, generalidades, notação dentária, sentido das faces, dimensão dos dentes e características gerais dos dentes anteriores e posteriores.

Os monitores auxiliaram os professores em suas aulas teóricas, dando suporte técnico para as mesmas transcorrerem da melhor forma possível: verificação dos equipamentos para aula (ar condicionado, computador, projetor, giz, chave da sala e apagador), e também dando suporte aos alunos como tirar dúvidas da matéria.

Nas aulas laboratoriais os monitores auxiliavam os alunos a esculpirem estruturas anatómicas comuns a todos os dentes como: a linha do colo, bordas, bossas, linha equatorial, cristas marginais, bem como a esculpirem estruturas anatómicas exclusivas de dentes anteriores como: cíngulo, fossa lingual, forame cego, sulcos de desenvolvimento, lóbulos de desenvolvimento, crista mediana, borda incisal e estruturas anatómicas exclusivas de dentes posteriores como: cúspide, vertente, arestas, sulcos principais, sulcos secundários, crista oblíqua, fossa central, fóssula e fosseta.

As atividades laboratoriais foram organizadas na sequência cronológica dos dentes permanentes na arcada superior e inferior, sincronizadas com o conteúdo visto nas aulas teóricas.

Além disso, os monitores ainda participavam de monitorias extras para auxiliar os alunos que estivessem com dificuldade nas atividades laboratoriais e também eram realizados plantões para tirar dúvidas e revisar os conteúdos ensinados nas aulas teóricas.

4. Resultados e Discussões

É visto que o programa de monitoria é de grande valia para todos os pilares do ensino e deve ser expandido, aprimorado e incentivado. Os benefícios do mesmo tem grande extensão e os recursos necessários para o mesmo são de baixo custo. O mais "caro" com certeza são os recursos humanos, ou seja, precisamos de acadêmicos motivados para se tornarem monitores e professores dispostos a dar o apoio necessário para que esta atividade ocorra.

O auxílio financeiro com bolsas de incentivo é uma medida extremamente salutar, porém, a monitoria não pode se tornar atraente aos acadêmicos somente por esse aspecto, caso contrário os alunos e professores não usufruirão de todos os benefícios que a mesma pode proporcionar.

A prática da monitoria privilegia um espaço da vida acadêmica que permite ao aluno a criação de vínculos diferenciados com a universidade, com o conhecimento e com as questões educacionais e administrativas. Percebe-se que pela proximidade de idade e também pela facilidade do monitor se conectar com as realidades e dificuldades dos alunos (por ter passado pelas mesmas), estes sentem muito à vontade em esclarecer

dúvidas e fazer perguntas em sala de aula.

Para os professores, o suporte técnico e o apoio nas disciplinas teóricas, laboratoriais e atividades avaliativas por parte dos monitores, permite que os mesmos ensinem com mais qualidade, já que podem delegar tarefas para os monitores e acabam não se sobrecarregando.

De acordo com NATÁRIO e SANTOS (2010), a experiência de monitoria acadêmica aperfeiçoa a formação do aluno, com melhoria nas habilidades e aprofundamento teórico na área de atuação docente, o que foi observado em nossa experiência.

Considerações Finais

Ao participar da monitoria, foi possível ver a importância dessa prática para com os alunos e com o professor orientador. A presença desse tipo de atividade na universidade se faz necessária, uma vez que o estudante tem a oportunidade de rever teorias e práticas já vivenciadas.

Foi muito prazeroso ajudar os alunos que estavam fazendo a disciplina e também auxiliar os professores, isso desperta ao discente o olhar diferenciado, uma proposta inovadora, olhando não só como cirurgião dentista, mas também um cirurgião dentista docente.

REFERÊNCIAS

- 1.Eugenio, Odila Santiago. **Anatomia e Escultura Dental: teoria e prática de ensino**. Ed. Santos, 1995.
- 2.Santos Junior. **Escultura e Modelagem dental na clínica e no laboratório** 6 ed. Editora Santos, 2000.
- 3.VIEIRA, Glauco Fioranelli Vieira. **Escultura Dental com Auxílio do Método Geométrico**. Edição eletrônica: Ad-Tech Comunicação 4ª edição, 2003.
- 4.TUNES, Florisa Maria Nunes.**Anatomia Dental**.ETEC Philadelpho.São José do Rio Preto, 2012

Agradecimentos: Fundação Araucária / SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Antonin Artaud e o Teatro Ritual

Como discorrer sobre Antonin Artaud? Tentar explica-lo seria como querer ter a mão o domínio de uma força viva, fazer um arremedo de um saber instintivo na tentativa de domesticar o fogo ou querer ter para si uma borboleta.

Observo as chamas, me aqueço da sua vivificação sem jamais toca-las. O que posso descrever são as fulgurações dadas pela luz que irrompe dessa fogueira para o alívio de uma fé que tem fome de tanto. Uma luz curativa que busca encontrar passagem arrebatando a carne cancerosa que entope meus sentidos e constitui meus órgãos, reestruturando meus ossos, tentando penetrar-me para reacender-me.

O que canto para você é meu sentir amplo no corpo que se manifesta na presença deste fogo. Artaud, ele mesmo já jaz putrefato, no intocável manto de carne derretida, ânima dos vermes, morada de um príncipe inaudito que na terra viveu e dela comeu.

Veja o rastro de seu atravessamento, ele que nos estende a mão do outro da vida, lá onde não é mais corpo, lá onde a terra já roeu sua língua, ele continua a se dizer:

Quem sou eu?
Donde venho?
Sou Antonin Artaud
e mal digo isto
como só eu sei dizer
imediatamente
vereis meu corpo atual voar em estilhas

e refazer
sob dez mil formas
notórias
um corpo novo
no qual jamais
me podereis
esquecer. (ARTAUD,1975, p.5)

Antonin Artaud, que tece em sua mão a escrita da eternidade, pois se reacende a cada novo corpo, outro que penetra, torna viva, embora a fonte mesma já desligada da matéria, que a cada língua se reencanta, canta na dança esguia, prima das serpentes, se reconecta para ferir nós a carne velha. Para trazer-nos a cura xamânica.

E mais do que as letras a dança que elas regem na procura de ultrapassar toda esta podridão fétida daninha, esse emaranhado de sombras, ilusões e representações para tocar fundo num feixe de vida.

Em Artaud, a simples leitura de seus escritos afeta-nos, desestrutura-nos e nos leva outro nível de compreensão não tão tacida e formalista, mas que compete ao próprio organismo e o desencadeamento de seus afetos.

Eis a transmissão da Peça Radiofônica; *Para Acabar de Vez com o Juízo de Deus*, a criação de uma tessitura sagrada, capaz de perfurar os músculos mais mórbidos de nossa profunda couraça, e encontrar “este centro frágil e turbulento que as formas não alcançam”(ARTAUD, 1993, p.7).

Ler Artaud é estar em estado de equilíbrio precário é um ato performático, presencial. Real que não desloca a crueza do mundo para pausa letrada, mas reacende os hieróglifos das letras, que só podem ser realmente consideradas como puro encantamento.

Uma escritura advinda das rochas que guarda sua sacralidade na poesia, no desencadeamento magico da pronuncia na vivificação de uma voz que enfeitiça ao ferir quem penetra.

E é justamente a sacralidade deste fazer presencial que precisa ser recuperada, o homem branco perdeu a si próprio em suas estratégias de dominação, na subjugação

tantos outros povos foi se perdendo no sangue que lhe encobre, a própria marca de humanidade.

È preciso reabitar os recônditos secretos de nossos corpos, mistério do qual fomos banidos por tanto tempo por uma cristianização porca regida por homens e que nada tinha de cristã ou religiosa, mas sobre tudo aquela que se ergueu em uma ditadura escravagista.

E além lá no alto nos cocares dos caciques há uma sabedoria sem data nem local de ser. E que já não podem nos fazer crer o contrario com as falsas margens de um ser ou não 'docilizado', que não é mais do que a denuncia de julgamento raso e de pouco discernimento, " sim, muito estranho isso que eu digo que os Indios anteriores a Colombo eram, ao contrario do que se crê, um povo estranhamente civilizado (ARTAUD,1993,p.47)"

Carregamos traços dessa "civilização" genocida nos dias do hoje. E enquanto o valor dos diferentes saberes for ditado, não estaremos libertos dos laços dessa dominação que engendra uma série de injustiças e permanece com o poder do julgamento a partir do qual compõe seus critérios que vem a favorecer uns mais que os outros.

È preciso que se repensem os meios, o modo institucional e academicista que se adequa ao liquido estado da vida. Que as rígidas letras se despreguem em consonância com o pulso vivo animal que as fabrica e explodir as linhas da logica num contexto menos frio e conformista.

È preciso acabar com os meandros desta impessoalidade suicida, e reabitar a intensidade de uma escrita das vísceras "com violência bastante para tornar inútil toda tradução numa linguagem logica e discursiva"(ARTAUD apud Lins,1999, p.9)

Precisamos reabitar os saberes florestios, valorizar a mão da colheita, operar um resgate humano no tange ao valor sacro dos objetos exteriores a nós mesmos e há na base dessa inabilidade em sentir-se integro uma noção de consciência destituída de natureza.

È justamente nesse pensamento dissociado do corpo, na crença desse ente que habita acima da própria cabeça como se a mesma fosse puro sopro abstrato, que esta a origem desta disfunção.

Como restituir este laço perdido? Como interromper o desenvolvimento dessa faculdade dissociativa que evoluiu ao ápice de tornar-se monstruosa?

O teatro entra nessa problemática como um possível antídoto, não porque busca exprimir os traumas psicológicos, ou por apontar um possível caminho para o entendimento racional do mal que nos acerca. Mas, por “agir sobre a base orgânica de todo o sistema de cultura”, o ser.

É tempo de recobrar-nos do teatro antigo ao que pertencemos, esse cirurgião dos órgãos, arquiteto dos esqueletos, engenheiro dos silêncios.

Teatro ritualístico, sacro em sua sapiência divina, que não se dobra em reproduzir a vida, mas em desencadeia-la. Um teatro segundo Artaud queria, preenhe em nascimentos e mortes “capaz de abalar violentamente nervos e o intelecto, a tônica trágica se sua própria trajetória existencial”(QUILICI, 2004, p.63).

Um teatro como força de aniquilação do eu que conduz a veracidade interna, na origem do que é radical, a vida em constante desdobramento, “ato de expurgação de sua própria origem material”.

Não falo de um teatro de palcos elisabetanos e “dramas psicológicos oriundos de Racine”, que tem como regente o texto dramático, mas um teatro de ator pautado na presença e no encontro entre pessoas. E que nesse encontro se estabeleça uma conexão real, que através do desnudamento do ator possam ser reveladas novas camadas de comunicação não sintática, onde a lógica e o formalismo do discurso racional cedam perante a multiplicidade sensorial, imagética e energética de um corpo em vida frente às lacerações da morte.

É nesse embate de forças entre o vivo e aquilo que lhe exige a vida, entre a gravidade que lhe empurra as vísceras pra baixo e a amplitude do céu que a coluna almeja que o ser incide.

Na consciência dessas oposições físicas que o corpo irrompe revelando suas camadas subjacentes, onde se desenrola um acontecer e neste acontecer um desenho poético que banha o espaço, e é neste estado de caminho violento e voluntário que esbarramos na proposta de Artaud no tangente Teatro da Crueldade: